Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Comitê de
Governança, Riscos e Controles

GRC

Ata da 75ª sessão do Comitê de Governança, Riscos e Controles

12 de agosto de 2026

Pág. 1 do doc. 2 (ATA DO GRC 75/2026-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

GRC

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Data e horário 12 de agosto de 2026, das 14h24 às 15h53

Local Sala de Reuniões nº 8 do 21º andar do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, em Brasília, em conexão com ambiente virtual

Membros participantes

Presencialmente

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente

Ailton de Aquino Santos
Diretor de Fiscalização

Gilneu Francisco Astolfi Vivan
Diretor de Regulação
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

Izabela Moreira Correa
Diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta

Rodrigo Alves Teixeira
Diretor de Administração

Por videoconferência

Nilton José Schneider David
Diretor de Política Monetária

Paulo Picchetti
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos
Diretor de Política Econômica

Demais participantes

Presencialmente

Arnaldo José Giongo Galvão
Assessor de Imprensa

Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha Gomes
Auditor-Chefe

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer
Procurador-Geral

Flávia Dantas Berçott
Chefe do Departamento de Comunicação

José Luiz Barros Fernandes
Chefe do Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais

Júlio César Costa Pinto
Chefe de Gabinete do Presidente

Liziane Castilhos de Oliveira Freitas
Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico substituta

Rogério Antônio Lucca
Secretário-Executivo

Relatores

Presencialmente

Germano Claro Simões Machado
Chefe-Adjunto do Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais

Pág. 2 do doc. 2 (ATA DO GRC 75/2026-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Por videoconferência

Elder Mauricio Silva
Auditor da Gerência de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio

Isabela Ribeiro Damaso Maia
Chefe da Gerência de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio

Os relatores que assessoraram os membros participaram somente da discussão dos assuntos que foram objeto da sua relatoria.

Secretaria

Gustavo Isaac Martins
Secretário do Comitê
Gestor de Segurança e Credenciamento

Nota da Secretaria

O Diretor Paulo Picchetti, em missão oficial no exterior, participou da reunião e foram consideradas suas manifestações nas deliberações, nos termos da Resolução BCB nº 509, de 3 de outubro de 2025.

Pág. 3 do doc. 2 (ATA DO GRC 75/2026-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



Assuntos

A pauta foi definida no início desta sessão, conforme estabelece o regulamento das reuniões do Comitê de Governança, Riscos e Controles

Voto 189/2026-GRC
Assuntos do **Presidente** e assuntos de **Cidadania e Supervisão de Conduta**

Propõe aprovar a prorrogação do prazo e o aumento do escopo do projeto corporativo Inova, a prorrogação do prazo do projeto corporativo Museu Virtual e a priorização dos projetos e programas que compõem o portfólio corporativo.

Relatora: Izabela Moreira Correa

Decisão: O GRC aprovou o voto.

Comunicação 190/2026-GRC
Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Apresenta o relatório de prestação de contas anual do Comitê Economia Sustentável – Ecos.

Relator: Paulo Picchetti

Decisão: O GRC ficou ciente do contido na comunicação.

Comunicação 191/2026-GRC
Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Apresenta o Relatório Trimestral de Gestão Integrada de Riscos – T2/2026.
ANEXO SECRETO
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

Relatores: Paulo Picchetti
Germano Claro Simões Machado
José Luiz Barros Fernandes

Decisão: O GRC ficou ciente do contido na comunicação.

Comunicação 192/2026-GRC
Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Apresenta a sexta edição do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos, relativa aos anos de 2025/2026.

Relatores: Paulo Picchetti
Elder Mauricio Silva
Isabela Ribeiro Damaso Maia

Decisão: O GRC ficou ciente do contido na comunicação.

Pág. 4 do doc. 2 (ATA DO GRC 75/2026-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



O Procurador-Geral não identificou impedimentos legais nas propostas que foram submetidas à deliberação do Colegiado.

Os atos normativos eventualmente aprovados na presente sessão são considerados assinados, para todos os efeitos, mediante assinatura do voto que lhes deu origem ou assinatura desta ata, pela mesma autoridade subscritora do respectivo voto, ficando legitimada sua publicação.

Assinam digitalmente esta ata:

(conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015)

GUSTAVO ISAAC MARTINS
GABRIEL MURICCA GALÍPOLO
AILTON DE AQUINO SANTOS
GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN
IZABELA MOREIRA CORREA
NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID
PAULO PICCHETTI
RODRIGO ALVES TEIXEIRA

Pág. 5 do doc. 2 (ATA DO GRC 75/2026-BCB/SECRE-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

VOTO 189/2026–GRC, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Assuntos do Presidente e assuntos de Cidadania e Supervisão de Conduta – Propõe aprovar a prorrogação do prazo e o aumento do escopo do projeto corporativo Inova, a prorrogação do prazo do projeto corporativo Museu Virtual e a priorização dos projetos e programas que compõem o portfólio corporativo.

Senhores Diretores,

1. A gestão eficaz de projetos corporativos baseia-se no equilíbrio entre escopo, prazo e custo, dimensões interdependentes que demandam monitoramento contínuo para assegurar o êxito das iniciativas estratégicas.

I - PRORROGAÇÃO DE PRAZO E AUMENTO DE ESCOPO DO PROJETO CORPORATIVO INOVA

2. O projeto “Inovação em planejamento, projetos e governança (Inova)”, da área do Presidente – Presi, Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico – Segov, objetiva fortalecer a gestão estratégica do Banco Central do Brasil – BCB para o ciclo 2026-2029, por meio do estímulo à gestão da inovação e à participação dos servidores, da atualização de metodologias, do aprimoramento de ferramentas e da ampliação de conhecimentos das equipes em planejamento, gestão de projetos e governança do BCB.

3. A solicitação prevê extensão de catorze meses. O projeto foi aprovado pelo Voto 74/2023–GRC, de 16 de março de 2023, com duração inicial de 24 meses, e já teve prorrogação de doze meses na alçada da Segov, devido à postergação do ciclo estratégico anterior, totalizando 36 meses. Com a nova extensão, a execução alcançará cinquenta meses.

4. O aumento de prazo destina-se à execução das novas atividades e entregas do pilar “Governança”, em sua nova ênfase em “Processos Decisórios” e, também, à continuidade de entregas ainda não finalizadas dos pilares “Planejamento Estratégico” e “Maturidade em Projetos”. A conclusão das entregas já existentes foi prejudicada pela restrição de recursos humanos ao longo da execução do projeto e pela necessidade de priorização, pela equipe, de demandas externas ao projeto, mas sob responsabilidade da Segov.

5. O aumento de escopo trata-se de uma especificação do pilar “Governança”, em razão da sua crescente relevância no cenário atual do Banco Central e da necessidade de desenvolvimento das seguintes ações do Plano de Integridade 2026-2027: “Política de Governança dos Processos Decisórios” e “Institucionalização da governança dos processos decisórios com processo piloto”.

6. O Comitê de Gestão Estratégica – CGE, em sua 37ª reunião, realizada em 7 de agosto de 2026, recomendou ao Comitê de Governança, Riscos e Controles – GRC a aprovação do aumento de escopo e da prorrogação em catorze meses, coincidindo assim, com o prazo de conclusão das ações do Plano de Integridade.

SECRETARIA DO GRC

Pág. 1 do doc. 3 (VOTO DO GRC 189/2026-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

II - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROJETO CORPORATIVO MUSEU VIRTUAL

7. O projeto "Primeiro museu virtual de economia da América do Sul (Museu Virtual)", da área de Cidadania e Supervisão de Conduta – Direc, Departamento de Promoção da Cidadania Financeira – Depef, objetiva implantar o primeiro museu virtual de economia da América do Sul para difundir temas econômicos, história dos meios de pagamento e educação financeira, por meio de experiências lúdicas e interativas, com a disponibilização dos acervos numismático e artístico sob a guarda do Museu de Valores do Banco Central do Brasil.

8. A solicitação prevê extensão de vinte meses. O projeto foi aprovado pelo Voto 32/2021–GRC, de 8 de abril de 2021, com duração inicial de 36 meses, e já teve prorrogação de dezoito meses na alçada da Segov, devido ao imperativo de adequação do cronograma do projeto ao andamento da obra das instalações físicas do Museu de Valores do BCB, totalizando 54 meses. Com a nova extensão, a execução alcançará 74 meses.

9. A extensão do prazo do projeto Museu Virtual garante a implementação das entregas de forma alinhada ao processo de reabertura do Museu de Valores. As atividades em andamento, que incluem a digitalização do acervo, o desenvolvimento do sistema de agendamento de visitas e a criação do *hotsite* do museu, demandam acréscimo de dez meses ao cronograma. Adicionalmente, a entrega do *tour* virtual requer mais dez meses para sua conclusão, em razão de sua dependência da reabertura do Museu de Valores.

10. O CGE, em sua 37ª reunião, recomendou ao GRC a aprovação da prorrogação em vinte meses, permitindo a conclusão das entregas previstas para o projeto Museu Virtual.

III - PORTFÓLIO CORPORATIVO DE PROJETOS E PROGRAMAS

11. O Portfólio Corporativo de Projetos e Programas do BCB conta com 33 projetos corporativos em execução e destina-se a implementar iniciativas definidas nas orientações estratégicas. Nesse sentido, com vistas a conferir maior eficiência na gestão e na alocação de recursos, propomos que se aprove a priorização dos projetos e programas que compõem o portfólio corporativo (Anexo I), conforme recomendações do CGE.

12. Os membros do CGE possuem prerrogativa exclusiva de atribuir até vinte pontos por projeto, no critério "Mérito, Oportunidade e Continuidade" [1]. Dessa maneira, em sua 37ª reunião, foi sugerido o seguinte acréscimo de pontuação: quinze pontos no projeto "Expansão e Fortalecimento da Supervisão de Conduta", do Departamento de Supervisão de Conduta – Decon, passando esse projeto da 15ª para a 7ª posição no portfólio.

[1] A metodologia de priorização de projetos corporativos do BCB, aprovada pelo Voto 41/2021–GRC, de 23 de setembro de 2021, é embasada em seis critérios. Os três primeiros critérios são avaliados pela Segov: **Mandatoriedade**, com uma pontuação máxima de quinze pontos; **Alinhamento Estratégico**, que pode atingir até trinta pontos; e **Benefícios**, com um total de até quinze pontos. O quarto critério, **Riscos**, é de competência do Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais – Deris, com a atribuição de até quinze pontos. O quinto critério, **Impacto em Processos**, é analisado pelo Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização – Depes, permitindo um máximo de 25 pontos. Adicionalmente, um sexto critério, denominado **Mérito, Oportunidade e Continuidade**, permite aos membros do CGE atribuir até vinte pontos por projeto, reforçando a importância da avaliação estratégica na priorização de projetos.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 2 do doc. 3 (VOTO DO GRC 189/2026-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

13. Em conclusão, propõe-se a aprovação da prorrogação de prazo de catorze meses do projeto corporativo Inova e seu aumento de escopo, a prorrogação de prazo de vinte meses do projeto corporativo Museu Virtual e a priorização dos projetos e programas que compõem o portfólio corporativo (Anexo I), nos termos do art. 139, inciso III, alínea "d", item 1, do Regimento Interno do BCB.

GABRIEL MURICCA GALÍPOLO
Presidente

IZABELA MOREIRA CORREA
Diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 3 do doc. 3 (VOTO DO GRC 189/2026-BCB/Presi-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO I – PRIORIZAÇÃO DO PORTFÓLIO DE PROJETOS E PROGRAMAS CORPORATIVOS DO BCB

Prioridade	Unidade	Projeto	Mandato-riedade	Alinhamento Estratégico	Benefícios	Riscos	Processos	Mérito	Total
1	DESIG	**SCR 3**	15	30	15	12	25	0	**97**
2	DEATI	**Cidadania Digital 2.0**	15	30	15	8	25	0	**93**
2	DERIS	**Resiliência Operacional**	15	30	10	13	25	0	**93**
3	DECEM	**Pix - Agenda Evolutiva**	15	30	10	9	25	0	**89**
4	DENOR	**Real Digital**	7	30	13	13	25	0	**88**
4	DEPEP	**Inovações**	7	30	15	11	25	0	**88**
5	DEPES	**Inovação em Gestão de Pessoas**	7	30	13	3	12	20	**85**
6	COMUN	**Monitoramento de Imagem**	0	30	8	10	25	10	**83**
6	DEPEP	**Modelos e plataformas na fronteira**	3	30	11	9	25	5	**83**
7	DECON	**Supervisão de Conduta**	0	30	11	7	12	20	**80**
7	DENOR	**Regulação de Inovações Tecnológicas**	0	30	10	0	25	15	**80**
8	DEGEF	**Resiliência Tecnológica SFN**	15	30	11	11	12	0	**79**
8	DESEG	**Controle de acesso 2**	0	30	11	11	12	15	**79**
9	DENOR	**Funding imobiliário**	7	30	8	8	25	0	**78**
9	DENOR	**Regulação de Prevenção a Fraudes & Segurança Cyber**	15	30	8	13	12	0	**78**
10	DEBAN	**LFL 2.0**	7	30	11	13	12	0	**73**
10	DEROP	**Bureau de Crédito Rural do Banco Central - BCRBC**	3	30	8	7	25	0	**73**
11	DEPIN	**Hedge Cambial**	15	30	8	6	12	0	**71**
11	DERIN	**BC no Mundo**	3	30	13	13	12	0	**71**
12	DEBAN	**D+1**	0	30	8	7	25	0	**70**
12	DSTAT	**Estatísticas Avançadas**	7	30	11	10	12	0	**70**
12	SECRE/SUCON	**MGC - Moderniza Sucon**	3	20	11	11	25	0	**70**
13	DEREG	**Inovações em pagamentos e capitais internacionais**	15	20	15	7	12	0	**69**
13	DESIG	**Projeto Fluxo Financeiro**	0	30	8	6	25	0	**69**
14	DECEM	**Organização Industrial das IMFS**	0	30	8	8	12	10	**68**
14	SECRE/DIPEC	**Sala de Transparência**	15	30	11	0	12	0	**68**
15	GERIP	**BC Sustentável**	3	20	11	15	12	0	**61**
16	DEREG	**Fortalecimento da Regulação Prudencial**	0	30	10	7	12	0	**59**
17	DEMAB	**Selic Internacional**	0	30	8	7	12	0	**57**
18	SECRE/SEGOV	**Inova**	7	20	13	0	12	0	**52**
19	DEPEF	**Museu virtual**	0	20	13	6	12	0	**51**
19	SECRE/SEGOV	**FSAP 2025**	7	20	8	8	0	8	**51**
20	DEPIN	**Processo de investimento das reservas**	0	30	8	0	0	0	**38**

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

COMUNICAÇÃO 190/2026–GRC, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos – Apresenta o relatório de prestação de contas anual do Comitê Economia Sustentável – Ecos.

Senhor Presidente e Senhores Diretores,

1. A Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio – Gerip apresenta o relatório anual de prestação de contas das atividades do Comitê Economia Sustentável – Ecos relativo ao período compreendido pelo segundo semestre de 2025 e o primeiro semestre de 2026, em atendimento ao art. 14 de seu regulamento, anexo à Resolução BCB nº 388, de 5 de junho de 2024. Ressalta-se que as atas e apresentações das reuniões do Ecos estão devidamente divulgadas no sítio da intranet do Banco Central do Brasil – BCB.

2. O Ecos foi criado pela Resolução BCB nº 169, de 2 de dezembro de 2021, com o objetivo de reforçar a estrutura de governança para sustentabilidade, de maneira que os assuntos relativos ao tema que excediam o escopo de atuação do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Organizacional – CRSO pudessem ser contemplados. Instituído sob natureza consultiva, o comitê objetiva promover a coordenação das iniciativas, dos projetos e das atividades realizadas pelas distintas áreas do BCB relativas à sustentabilidade e, quando oportuno, debater e recomendar ações adicionais. Para isso, detém, entre suas competências, a promoção da discussão de diretrizes a serem seguidas pelo BCB na seara sustentável, a proposta de novas iniciativas e projetos, a apresentação de sugestões às ações em andamento e a atuação como instância consultiva de assuntos interdepartamentais em relação às ações sociais, ambientais e climáticas.

3. Com mais de quatro anos de funcionamento, o Ecos mostrou ser um importante colegiado para discussões de temas estratégicos. Em sinalização de sua relevância, a Resolução BCB nº 388, de 2024, expandiu o rol de competências do órgão, ao incluir a análise e elaboração de recomendações frente a propostas de revisão da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco Central do Brasil – PRSAC–BCB. Além disso, ampliou o número de áreas representadas, passando de seis para sete, e incluiu a representação do CRSO entre seus membros.

4. Ao longo do período referente à presente prestação de contas, foram realizadas quatro reuniões.

5. Destaco que, na 15ª Reunião do Ecos, realizada em 12 de setembro de 2025, foram trazidas atualizações sobre a agenda de sustentabilidade na presidência brasileira do BRICS e os preparativos do Banco Central para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP30, com destaque para os avanços da Taxonomia Sustentável Brasileira – TSB e seus mecanismos de monitoramento e governança. A reunião contou ainda com apresentações sobre o acordo de cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e sobre os avanços no mapeamento de riscos climáticos físicos, reforçando os esforços do Banco Central na incorporação de aspectos ambientais e climáticos à

SECRETARIA DO GRC
Pág. 1 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

regulação, supervisão e gestão de riscos.

6. Na 16ª Reunião do Ecos, realizada em 1º de dezembro de 2025, tratou-se de temas centrais da agenda de sustentabilidade do Banco Central, incluindo a consulta pública sobre o novo modelo de divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas – Relatório GRSAC, avanços em modelagem econômico-climática e atualizações do estudo de vulnerabilidades socioambientais e climáticas. A reunião contou ainda com o balanço da participação do Banco Central na COP30, destacando as contribuições da instituição para iniciativas internacionais, a implementação da TSB e os resultados alcançados ao longo de 2025 no fortalecimento da agenda de sustentabilidade e finanças verdes.

7. Já na 17ª Reunião do Ecos, realizada em 27 de março de 2026, apresentaram-se avanços relevantes na agenda de sustentabilidade do Banco Central, com atualizações sobre a atuação internacional da instituição em fóruns como a *Network for Greening the Financial System* – NGFS e a *Coalition of Finance Ministers for Climate Action*, bem como sobre iniciativas relacionadas à Agenda BC, integridade institucional e governança estratégica. Além disso, foram discutidos os desdobramentos do programa *Eco Invest Brasil* e o desenvolvimento do projeto de *hedge* cambial voltado à mobilização de investimentos privados para a transformação ecológica. Na sequência, foram apresentados os resultados do estudo sobre o mapeamento das exposições da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional aos riscos da natureza, que evidenciou a materialidade desses riscos, especialmente no setor agropecuário, reforçando sua utilização como subsídio para atividades de supervisão e aprimoramento das ferramentas de monitoramento socioambiental e climático. Por fim, houve informes sobre taxonomia sustentável, gestão de riscos climáticos, projetos de pesquisa e ações internas de sustentabilidade, consolidando o papel do Banco Central como referência técnica e institucional na agenda de finanças sustentáveis.

8. Em continuidade às discussões anteriores, na 18ª Reunião do Ecos, realizada em 8 de junho de 2026, foram discutidos temas relevantes da agenda de sustentabilidade nacional e internacional, com destaque para os avanços das discussões no âmbito do BRICS, a evolução da TSB e a apresentação dos principais resultados do Relatório de Cidadania Financeira. Além disso, foram compartilhadas atualizações das áreas sobre cooperação internacional, gestão de vulnerabilidades, riscos climáticos e socioambientais, supervisão baseada em inteligência artificial e projetos de pesquisa relacionados aos impactos das mudanças climáticas sobre o sistema financeiro. Por fim, foram apresentados os próximos passos para a elaboração da nova edição do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos – RIS, bem como iniciativas institucionais voltadas ao fortalecimento da agenda BC Sustentável, reforçando o papel do Banco Central na promoção de finanças sustentáveis, cidadania financeira e gestão de riscos climáticos.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 2 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

9. A diversidade de temas e apresentações realizadas neste último ano, resultado do alto engajamento dos membros nas reuniões, é mais um sinal da relevância desta instância para a organização.

10. É o que trago ao conhecimento deste colegiado com o relatório anexo.

PAULO PICCHETTI
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 3 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



Relatório Anual de Prestação de Contas do Comitê Economia Sustentável – Ecos

2025/2026

BC# | BANCO CENTRAL DO BRASIL

Pág. 4 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



Seção 1: O Comitê

Criado em dezembro de 2021, o Comitê Economia Sustentável (Ecos) consolidou-se como o principal fórum interno de coordenação e acompanhamento da agenda de sustentabilidade do Banco Central do Brasil (BC). Ao longo de seus mais de quase cinco anos de funcionamento, o Comitê acompanhou a evolução do contexto nacional e internacional relacionado às finanças sustentáveis, promovendo debates sobre temas estratégicos como as discussões da Network for Greening the Financial System (NGFS), a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), as iniciativas de finanças sustentáveis no âmbito do G20 e dos BRICS, o programa Eco Invest Brasil, os relatórios de riscos climáticos e de natureza, a gestão de vulnerabilidades nas instituições supervisionadas, a cidadania financeira, o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (RIS), além de estudos e projetos voltados à incorporação de riscos sociais, ambientais e climáticos na supervisão e na formulação de políticas públicas.

Desde sua criação, o Ecos realizou dezoito reuniões ordinárias, constituindo um espaço permanente para o compartilhamento de informações, alinhamento institucional e intercâmbio de experiências entre as diversas áreas do Banco Central envolvidas com a agenda de sustentabilidade. Em cada reunião, os representantes das áreas apresentam atualizações sobre iniciativas, projetos e ações em andamento, bem como perspectivas para o desenvolvimento de novas frentes de trabalho, contribuindo para a coordenação interna e para o fortalecimento da atuação institucional no tema.

Com o objetivo de ampliar a transparência e disseminar conhecimento dentro da instituição, as atas, apresentações e demais materiais produzidos pelo Comitê permanecem disponíveis para consulta na página do comitê na intranet. Apresentado este breve histórico do Ecos, segue-se o Relatório Anual de Prestação de Contas de suas atividades, referente ao período compreendido entre o 2º semestre de 2025 e o 1º semestre de 2026, conforme previsto em seu Regulamento.

Pág. 5 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Seção 2: Números do Ecos no período

Ao longo do 2º semestre do ano de 2025 e do 1º semestre de 2026 foram realizadas 4 reuniões. O calendário de reuniões, divulgado previamente, foi cumprido nas datas programadas.



9 titulares

(7 Áreas representadas + CRSO)



Média de cerca de 23 participantes (titulares + convidados) por sessão



4 reuniões realizadas



13 apresentações feitas

As reuniões realizadas no período contaram com a participação de seus 9 membros: o Coordenador, Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos (Direx); representantes das áreas de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos (Direx); de Fiscalização (Difis); de Política Econômica (Dipec); de Política Monetária (Dipom); de Regulação (Dinor); do Presidente (Presi); de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta (Direc); do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática Organizacional (CRSO); ou seus substitutos indicados.

As reuniões contaram também com a participação de servidores convidados que detinham domínio técnico ou responsabilidades nos tópicos de cada pauta proposta.

As reuniões foram secretariadas pela Gerip.

Seção 3: Reuniões e tópicos

Esta seção apresenta maiores detalhes sobre as pautas das quatro reuniões realizadas durante o período deste Relatório Anual.

A **15ª Reunião do Ecos** foi realizada em 12 de setembro de 2025 e contou com atualizações das áreas sobre iniciativas de sustentabilidade em andamento. A Dipec apresentou avanços do projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FibraS), incluindo estudos sobre exposição de tomadores de crédito a riscos climáticos e análise dos

Pág. 6 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

impactos financeiros de riscos físicos no sistema financeiro, além do desenvolvimento de modelo de teste de estresse climático de transição. Também foram relatadas atualizações normativas que viabilizam a coleta e a compilação de estatísticas sobre títulos sustentáveis emitidos por empresas brasileiras e estrangeiras, bem como a perspectiva de um possível projeto FibraS III em parceria com a GIZ. A Presidência informou a incorporação do tema sustentabilidade nas discussões do planejamento estratégico institucional, enquanto a Dinor apresentou alterações normativas relacionadas ao reporte de títulos sustentáveis, avanços na contabilização de ativos e passivos sustentáveis e discussões sobre aperfeiçoamentos dos critérios socioambientais aplicáveis ao crédito rural.

Durante a reunião, foram apresentados os resultados da atuação do Banco Central na trilha de sustentabilidade da presidência brasileira do BRICS. Houve detalhamento dos trabalhos realizados no âmbito do *Finance Track*, incluindo a elaboração do relatório *Climate risks approaches and climate risks stress tests in the finance sector* e a organização de seminários voltados ao enfrentamento de lacunas de dados e à avaliação de riscos financeiros relacionados ao clima. O relatório destacou convergências entre os países do grupo, como a adoção da materialidade financeira e a consideração de riscos físicos e de transição, bem como diferentes níveis de maturidade na realização de testes de estresse climático. Também foram compartilhadas informações sobre os debates internacionais relacionados ao G20 e à agenda de finanças sustentáveis.

A Direx apresentou atualizações sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), aprovada pelo Comitê Interinstitucional, detalhando sua estrutura de governança, seus objetivos ambientais, climáticos e sociais e o cronograma de implementação. Foram destacadas inovações da taxonomia, como a incorporação de objetivos sociais, a definição de salvaguardas mínimas e a criação do sistema de monitoramento, relato e verificação dos fluxos financeiros sustentáveis, incluindo o futuro Portal MRV. Também foram discutidos os preparativos para a participação do Banco Central na COP30, abrangendo a organização de um evento de alto nível em parceria com a NGFS, a contribuição para o relatório *Roadmap Baku to Belém* e iniciativas de comunicação e articulação institucional relacionadas ao evento.

Outro tema abordado foi o convênio firmado com a Embrapa para o desenvolvimento de soluções de apoio ao monitoramento do crédito rural e do Proagro, utilizando

Pág. 7 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

geotecnologias, inteligência artificial e sensoriamento remoto. Em complemento, a Difis e o Degef apresentaram avanços no mapeamento de riscos climáticos físicos ao nível do tomador de crédito, com foco inicial em riscos de inundação. O trabalho descreveu a utilização de bases georreferenciadas e mapas de risco de alta resolução para estimar impactos financeiros potenciais sobre empresas e operações de crédito, além de perspectivas para ampliação da metodologia a outros riscos climáticos. Ao final, foram reforçados os avisos relativos à divulgação da versão em inglês do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (RIS) e à realização de evento de apresentação do relatório.

A **16ª Reunião do Ecos** foi realizada em 1º de dezembro de 2025 e teve como destaque o balanço das principais entregas da agenda de sustentabilidade do Banco Central ao longo do ano. Durante as atualizações das áreas, foram apresentados avanços relacionados ao programa Eco Invest, incluindo a assinatura do contrato ISDA entre o Banco Central e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), etapa considerada fundamental para a operacionalização do mecanismo de proteção cambial voltado à atração de investimentos sustentáveis. Também foram compartilhados avanços da supervisão prudencial, com a divulgação dos resultados do teste de estresse climático associado à intensificação do fenômeno El Niño, que indicou a resiliência do sistema financeiro, além da evolução do Documento de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (DRSAC) e de análises horizontais sobre a gestão de riscos climáticos em instituições financeiras. A Presidência apresentou a atualização da missão, visão e valores organizacionais do Banco Central, reforçando a sustentabilidade como valor institucional e destacando iniciativas permanentes relacionadas à agenda socioambiental e climática.

A reunião também trouxe informações sobre pesquisas e projetos em desenvolvimento. Foram relatados estudos concluídos sobre impactos de geadas e riscos climáticos de transição na economia brasileira, além da aprovação de novos projetos relacionados a mercado de carbono e cadeias de suprimentos verdes. Houve atualização das atividades do FiBraS 2, incluindo trabalhos sobre riscos físicos e modelagem econômica e financeira, bem como iniciativas de capacitação em geoprocessamento e riscos climáticos. O CRSO compartilhou avanços no inventário de gases de efeito estufa do Banco Central, destacando a renovação gradual da frota de caminhões utilizada na distribuição de numerário e os estudos para implantação de sistemas de geração de energia solar nos edifícios da instituição.

Pág. 8 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



Entre os temas centrais da reunião esteve a apresentação da Consulta Pública nº 127, voltada ao aprimoramento do Relatório de Gerenciamento de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC). Foi explicado que a proposta amplia o conjunto de informações exigidas das instituições financeiras, incorporando novas tabelas quantitativas e reforçando o alinhamento às recomendações do Comitê de Basileia e aos padrões internacionais de divulgação de sustentabilidade. Um dos principais avanços consiste na obrigatoriedade de reporte das emissões financiadas (escopo 3), segmentadas por setores econômicos e regiões geográficas, além da inclusão de análises de sensibilidade para riscos físicos baseadas nos cenários do Adapta Brasil. Também foram mantidas exigências relacionadas a riscos sociais e ambientais específicos do contexto brasileiro, incluindo exposições associadas a embargos ambientais, trabalho análogo à escravidão e barragens em situação de emergência.

Outro destaque foi a apresentação do Derin sobre modelagem econômico-climática. O trabalho busca adaptar e aperfeiçoar cenários climáticos globais à realidade brasileira por meio de modelos capazes de estimar perdas de produto potencial decorrentes de eventos climáticos extremos. Foram apresentados os resultados preliminares de um modelo baseado em agentes, utilizando dados municipais e projeções demográficas para avaliar impactos econômicos setoriais ao longo do tempo. Também foram discutidos os próximos passos para a incorporação de modelos do tipo *Integrated Assessment Models* (IAMs), capazes de integrar emissões de gases de efeito estufa, aumento de temperatura e danos econômicos decorrentes das mudanças climáticas, ampliando as possibilidades de análise dos custos de inação e dos benefícios associados à transição climática.

No pilar social da agenda de sustentabilidade, a Direc apresentou os avanços dos trabalhos de supervisão relacionados à gestão das vulnerabilidades dos consumidores financeiros. Foram detalhadas as ações desenvolvidas pelas instituições financeiras para identificação de clientes em situação de maior vulnerabilidade e implementação de medidas específicas de proteção, abrangendo temas como comunicação direcionada, prevenção de golpes, desenho de produtos e atendimento diferenciado. Também foi anunciada a elaboração de um Guia de Práticas de Supervisão sobre vulnerabilidades, previsto para 2026.

Por fim, a representante da Direx apresentou um balanço da atuação do Banco Central na COP30 e da agenda sustentável desenvolvida ao longo de 2025. Foram destacados o

Pág. 9 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

trabalho do Grupo de Trabalho Interdepartamental (GTI), a participação da instituição em eventos nacionais e internacionais, as contribuições para o relatório "From Baku to Belém", os avanços regulatórios, os exercícios de estresse climático, a participação na Taxonomia Sustentável Brasileira, as ações no âmbito da presidência brasileira do BRICS e os reconhecimentos internacionais recebidos pelo Banco Central. Na conclusão, foi reforçado o compromisso com a continuidade da agenda de sustentabilidade, mesmo diante das restrições de recursos e dos desafios impostos pelo cenário internacional.

A **17ª Reunião do Ecos** foi realizada em 27 de março de 2026 e contou com atualizações sobre a atuação internacional do Banco Central na agenda de sustentabilidade. Foram destacados os desdobramentos da participação da instituição, pela primeira vez, na Coalition of Finance Ministers for Climate Action, iniciativa complementar à NGFS que reúne Ministérios da Fazenda para discussão de financiamento climático e transformação ecológica. Também foram compartilhadas informações sobre um novo projeto de cooperação em pesquisa com o Luiz Awazu Pereira, atualmente vinculado à London School of Economics, voltado à análise de aspectos climáticos na política monetária. Adicionalmente, foram apresentados os principais resultados da Plenária Anual da NGFS, com destaque para o novo plano estratégico 2026-2027, o fortalecimento de atividades de implementação, capacitação e desenvolvimento de ferramentas para avaliação de riscos climáticos e de natureza, além da criação de grupos regionais de trabalho com papel relevante para a América Latina.

No âmbito institucional, a Presidência apresentou atualizações relacionadas à Agenda Estratégica do Banco Central, incluindo a reformulação da governança para acompanhamento das ações estratégicas e a incorporação de iniciativas diretamente relacionadas à sustentabilidade. Houve ainda informações sobre a criação da Unidade Setorial de Integridade (USI), a elaboração do Plano de Integridade 2026-2027 e a publicação do Relatório Integrado de Gestão de 2025. Entre os resultados destacados no relatório, foi mencionada a obtenção de 100% de reciclagem do meio circulante, além de outras iniciativas voltadas à redução dos impactos ambientais das operações da instituição.

Foram também compartilhadas atualizações da agenda regulatória e de pesquisa. A Dinor informou que segue em andamento a avaliação das contribuições recebidas na Consulta Pública 127, mantendo a previsão de publicação da regulamentação definitiva ainda no

Pág. 10 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

primeiro semestre. Destacou-se também o Projeto Geotech, desenvolvido em parceria com a GIZ, voltado ao uso de tecnologias geoespaciais para monitoramento de riscos socioambientais, bem como a implementação das exigências da Resolução nº 5.267, que tornou obrigatório o monitoramento por sensoriamento remoto de operações de crédito rural em áreas superiores a 300 hectares. Pela Dipec, foram apresentados avanços em projetos de pesquisa sobre cadeias de suprimento sustentáveis, riscos de transição, efeitos da seca sobre inadimplência no crédito rural e desenvolvimento de bases de geocodificação, além das entregas realizadas no âmbito do FiBraS 2 e da produção de estatísticas sobre títulos verdes e sustentáveis relacionadas à Data Gaps Initiative do G20.

Na agenda operacional, o CRSO apresentou os avanços associados à instalação de sistemas de geração de energia solar nos edifícios do Banco Central, projeto que será implementado gradualmente ao longo dos próximos anos e que deve contribuir para reduzir a segunda maior fonte de emissões de gases de efeito estufa da instituição, além de gerar economia financeira relevante. Também foram relatados os avanços na atualização dos inventários de emissões e a continuidade da renovação da frota utilizada na distribuição de numerário. O comitê recebeu ainda informações sobre contribuições do Banco Central aos trabalhos da NGFS relacionados a planos de transição e contribuições climáticas de bancos centrais.

A reunião contou com uma apresentação detalhada sobre o Programa Eco Invest, voltado à atração de investimentos internacionais para projetos de transformação ecológica por meio de instrumentos de proteção cambial de longo prazo. Foram apresentados os fundamentos econômicos da iniciativa, a estrutura institucional construída em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o contrato ISDA firmado entre as instituições e o papel do Banco Central como intermediador das operações, sem assunção de risco cambial ou de crédito. Também foram discutidos aspectos regulatórios, operacionais e tecnológicos necessários para a implementação do programa.

A Difis apresentou atualizações sobre o novo layout do Documento de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (DRSAC) e os trabalhos de supervisão relacionados à gestão de riscos climáticos no crédito rural. Em seguida, foi realizada apresentação sobre o "Mapeamento das exposições da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional aos riscos da natureza". O estudo utilizou metodologias alinhadas à TNFD e à NGFS para avaliar riscos físicos e de transição associados à natureza, combinando informações

Pág. 11 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

setoriais, dados territoriais e bases públicas nacionais. Os resultados indicaram que as exposições são materiais para o sistema financeiro, com forte concentração no agronegócio, setor que simultaneamente apresenta elevada dependência dos serviços ecossistêmicos e elevado potencial de impacto sobre a natureza. Também foi observado que instituições financeiras com maior atuação regionalizada apresentam elevada exposição relativa a esses riscos. O trabalho passará a subsidiar atividades de supervisão e será utilizado como caso de aplicação em publicações internacionais da NGFS, reforçando a posição do Banco Central como referência técnica nesse tema.

Por fim, foram compartilhados informes sobre a próxima atualização da composição do Comitê Ecos, o início dos trabalhos relacionados ao próximo Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (RIS), a participação do Banco Central no grupo de disclosure da NGFS e o anúncio do evento Green Swan 2026, promovido pelo BIS. O Coordenador do Comitê, Paulo Picchetti, encerrou a reunião destacando a qualidade das apresentações e a crescente relevância dos temas discutidos para a atuação estratégica do Banco Central.

A **18ª Reunião do Ecos** ocorreu em 8 de junho de 2026 e trouxe atualizações sobre a evolução da agenda de sustentabilidade do Banco Central, incluindo desdobramentos da governança internacional da Network for Greening the Financial System (NGFS), iniciativas de cooperação internacional e avanços em projetos estratégicos relacionados a riscos climáticos, cidadania financeira e taxonomia sustentável. O Coordenador do Comitê destacou as recentes mudanças na governança da NGFS, a criação de mecanismos de coordenação regional para as Américas e o fortalecimento do foco da rede em implementação, capacitação e desenvolvimento de ferramentas para avaliação de riscos climáticos e de natureza. Também foram compartilhadas informações sobre novas oportunidades de cooperação internacional e pesquisas voltadas à integração de aspectos climáticos à política monetária.

Pela Direx, foram apresentadas informações sobre a visita de representantes do banco central e do governo da Rússia ao Banco Central do Brasil, com destaque para o interesse da delegação em temas relacionados à taxonomia sustentável, à integração dos riscos climáticos na regulação e supervisão financeira e à incorporação de princípios ESG nas operações de bancos centrais. A iniciativa foi apresentada como oportunidade de intercâmbio técnico e fortalecimento da cooperação internacional no âmbito da agenda

Pág. 12 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



de sustentabilidade.

No âmbito doméstico, foram compartilhadas atualizações sobre a agenda de gestão das vulnerabilidades dos consumidores financeiros. A Direc informou a continuidade do acompanhamento das instituições financeiras de médio porte e a discussão de uma regulamentação complementar para detalhar requisitos relacionados à identificação e ao tratamento de clientes em situação de vulnerabilidade. Também foi destacado que o tema passou a integrar de forma mais estruturada o Relatório de Cidadania Financeira, reforçando sua relevância para a agenda social de sustentabilidade.

A Difis apresentou atualizações relacionadas ao DRSAC, aos estudos sobre riscos climáticos físicos e à análise horizontal das exposições das carteiras de crédito rural a esses riscos. Foram compartilhadas ainda informações sobre o projeto PRISMA, iniciativa que emprega inteligência artificial para apoiar a supervisão prudencial por meio da análise automatizada de documentos institucionais e sua aderência aos requisitos regulatórios. Também foi informado o encerramento das atividades principais do projeto FiBraS 2, restando apenas ações residuais de capacitação e disseminação de conhecimento.

A Dipec trouxe informações sobre a evolução dos estudos relacionados a riscos climáticos físicos, incluindo a publicação de nota técnica com dados observados e projeções climáticas corrigidas para eventos extremos, tais como incêndios florestais, enchentes e temperaturas extremas. Foram apresentados avanços do FiBraS 2 e as propostas em discussão para o FiBraS 3, com foco na mensuração dos impactos dos riscos climáticos sobre o crédito agrícola e a renda dos produtores rurais. Também foram destacados projetos relacionados às cadeias produtivas sustentáveis (*Green Supply Chain*), ao uso de dados da CDP para análises mais granulares e ao monitoramento das possíveis implicações econômicas de um novo episódio intenso de El Niño.

A primeira apresentação temática da reunião abordou a agenda de sustentabilidade do BRICS em 2026. Foi apresentado o papel crescente do grupo na coordenação internacional das discussões sobre finanças sustentáveis, especialmente após a redução da relevância do tema no G20. Destacaram-se os trabalhos desenvolvidos pelo Sustainable Finance Group (SFG), incluindo debates sobre financiamento da transição climática, mitigação de risco cambial, integração de riscos climáticos à modelagem macroeconômica e financiamento de projetos sustentáveis. Também foram

Pág. 13 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

compartilhadas informações sobre iniciativas relacionadas ao uso de inteligência artificial para economia verde e sobre a contribuição brasileira por meio da apresentação do programa Eco Invest como instrumento de mitigação de risco cambial para investimentos sustentáveis.

Outra apresentação tratou dos resultados do Relatório de Cidadania Financeira, destacando que cerca de 96% da população adulta já possui acesso ao sistema financeiro e que o Pix exerceu papel relevante na ampliação da inclusão financeira. Foram discutidas diferenças observadas no uso dos serviços financeiros sob a perspectiva de gênero e raça, incluindo evidências de maior vulnerabilidade financeira de mulheres, especialmente mulheres negras, em aspectos relacionados ao acesso e ao custo do crédito. Também foram compartilhados resultados preliminares de pesquisas sobre educação financeira e os desafios associados à inclusão financeira de qualidade, ao endividamento e à oferta responsável de crédito.

Por fim, foi apresentada uma atualização sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), destacando a evolução dos trabalhos relacionados à segunda fase da iniciativa. Foram compartilhadas informações sobre o desenvolvimento dos critérios associados à biodiversidade, economia circular, uso sustentável do solo e redução das desigualdades regionais, bem como sobre os avanços do sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), incluindo a construção de uma plataforma eletrônica de reporte de informações. Também foi ressaltado o início da fase de testagem da taxonomia junto a instituições financeiras e empresas selecionadas, além da atuação do Banco Central como observador nesse processo e na revisão futura de seu arcabouço regulatório.

A reunião foi encerrada com atualizações sobre a elaboração da sexta edição do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (RIS), a organização do evento BC Sustentável e do encontro Finanças, Florestas e Futuro (3F), além dos preparativos para renovação da composição do Comitê Ecos. O Coordenador, Paulo Picchetti, agradeceu aos participantes e reforçou a relevância estratégica da agenda de sustentabilidade para as atividades do Banco Central.

Nesse contexto, as reuniões do Ecos realizadas entre setembro de 2025 e junho de 2026 reforçaram o papel do Comitê como principal fórum de integração da agenda de sustentabilidade do Banco Central. Ao longo do período, foram compartilhados avanços em temas como riscos climáticos e da natureza, Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB),

Pág. 14 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



BRICS, COP30, Eco Invest, cidadania financeira, supervisão prudencial, sustentabilidade operacional e pesquisas desenvolvidas no âmbito dos projetos FiBraS.

As discussões demonstraram a crescente transversalidade da agenda socioambiental e climática, permitindo o alinhamento entre áreas, o intercâmbio de experiências, o acompanhamento de iniciativas estratégicas e a identificação de oportunidades de cooperação interna e externa. O Comitê também se consolidou como espaço para disseminação de conhecimentos, apresentação de estudos e compartilhamento de informações sobre fóruns e iniciativas nacionais e internacionais relevantes para o Banco Central.

Por fim, destaca-se que o Ecos segue cumprindo plenamente os objetivos estabelecidos em seu regulamento, promovendo a coordenação e a integração de diferentes áreas em torno de uma agenda cada vez mais estratégica para a instituição. A diversidade de perspectivas representadas no Comitê tem contribuído de forma decisiva para a qualidade das discussões, para o fortalecimento da atuação institucional e para o aprimoramento contínuo das iniciativas relacionadas à sustentabilidade.

Pág. 15 do doc. 4 (COMUNICAÇÃO DO GRC 190/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

COMUNICAÇÃO 191/2026–GRC, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos – Apresenta o Relatório Trimestral de Gestão Integrada de Riscos – T2/2026.

Senhor Presidente e Senhores Diretores,

1. O Relatório Trimestral de Gestão Integrada de Riscos tem o propósito de fornecer ao Comitê de Governança, Riscos e Controles – GRC uma visão tempestiva e integrada dos riscos – financeiros e não financeiros – incorridos pelo Banco Central do Brasil na execução de suas atividades, bem como os resultados da gestão de continuidade de negócios e da conformidade.

2. A gestão integrada de riscos tem como principal objetivo dar suporte ao processo decisório da alta administração por meio de, entre outros aspectos, proatividade na identificação e tratamento de ameaças; maior transparência, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos; preparação da organização para enfrentar surpresas em um ambiente de contínua mudança; e melhoria dos padrões de governança.

3. No intuito de fornecer ao GRC uma análise integrada dos riscos relacionados a esta Autarquia, apresento o anexo Relatório Trimestral de Gestão Integrada de Riscos referente ao segundo trimestre de 2026.

4. Assim, com base no disposto no art. 139, inciso III, alíneas “f”, “g” e “h”, e no art. 15, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, trago o assunto ao conhecimento deste colegiado.

PAULO PICCHETTI
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 1 do doc. 5 (COMUNICAÇÃO DO GRC 191/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



Secretaria da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional - Sucon

Nota da Secretaria

Emitida em 18/9/2026

O documento identificado a seguir encontra-se classificado em grau de sigilo e arquivado em conformidade com a legislação aplicável e as normas específicas. Após o decurso do prazo de restrição de acesso e mediante manifestação da autoridade classificadora, esta Secretaria promoverá a sua inserção nos autos deste Processo Eletrônico (PE).

Documento	**Anexo da Comunicação 191/2026-GRC**
Sessão	**75ª do GRC**
Data	12/8/2026
Grau de sigilo	Secreto
Prazo	15 anos
CIDIC	18600.099953/2026-61.S.06.12/08/2026.11/08/2041.N
	Documento classificado nos termos do art. 23 da Lei n° 12.527, de 2011 (LAI).

GUSTAVO ISAAC MARTINS
Secretário do Comitê

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Pág. 1 do doc. 7 (DOCUMENTO INTERNO 75418/2026-BCB/SECRE) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

COMUNICAÇÃO 192/2026–GRC, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos – Apresenta a sexta edição do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos, relativa aos anos de 2025/2026.

Senhor Presidente e Senhores Diretores,

1. Refiro-me à sexta edição do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos – RIS do Banco Central do Brasil – BCB, conforme documento anexo. A publicação do RIS é uma ação de prestação de contas à sociedade e contribui para a ampliação da transparência e do compromisso institucional com a sustentabilidade, fortalecendo a posição desta Autarquia como referência em finanças sustentáveis e contribuindo para um sistema financeiro mais preparado para os desafios climáticos.

2. O relatório usa como referência a estrutura proposta pelo World Economic Forum – WEF[1], em que as informações são organizadas em quatro pilares: "Governança", "Planeta", "Pessoas" e "Prosperidade", que correspondem a capítulos desta edição. Além deles, o capítulo "Perspectivas" apresenta iniciativas com expectativa de conclusão futura, como pesquisas em andamento, aprimoramentos no arcabouço regulatório, a incorporação da sustentabilidade no novo Museu de Economia, entre outras.

3. A elaboração do relatório é coordenada pela Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio – Gerip e conta com a colaboração de diversas unidades do BCB. São também utilizados como subsídios as notas à imprensa, as atas do Comitê de Economia Sustentável – Ecos, algumas matérias levadas à Diretoria Colegiada por meio de votos e comunicações, as matérias do Conexão Real, o Relatório Integrado do Banco Central do Brasil, os Relatórios de Estabilidade Financeira, entre outras comunicações do BCB. Após a elaboração de uma versão preliminar, o relatório passa pela revisão de todos que contribuíram para sua elaboração.

4. É importante ressaltar que o RIS é um esforço de consolidação de iniciativas que ocorrem transversalmente no BCB e que demonstram os esforços da Autarquia em promover avanços na temática em frentes de atuação distintas, mas ligadas ao mandato institucional de formulador de política monetária, regulador do Sistema Financeiro Nacional e promotor do bem-estar da sociedade. Além disso, é ação institucional relevante do BCB como membro de órgãos e parcerias internacionais, com destaque para a Network for Greening the Financial System – NGFS.

5. Essa edição do RIS contempla ações realizadas entre julho de 2025 e junho de 2026. Nesse período, a sustentabilidade foi consolidada como valor estratégico do BCB para o período 2026-2029. Ademais, estudos e pesquisas aprofundaram a avaliação dos riscos climáticos e de natureza para o Sistema Financeiro Nacional, com destaque para pesquisas sobre riscos físicos, de crédito e disponibilidade hídrica. Na dimensão social, houve avanços relevantes em cidadania financeira, proteção ao consumidor e diversidade, incluindo a expansão do

[1] *Framework* proposto pelo WEF em seu documento de 2020 denominado *Measuring Stakeholder Capitalism Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation*.

SECRETARIA DO GRC
Pág. 1 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

BANCO CENTRAL DO BRASIL

programa Aprender Valor e a institucionalização da agenda de diversidade e inclusão do BCB. Outro destaque reside nos projetos inovadores do ecossistema LIFT, elementos que reforçaram a vertente da inovação sustentável. Também devem ser consideradas as ações de cunho interno, como a adoção de medidas para o inventário de gases de efeito estufa, reconhecendo a importância de consumir recursos naturais de forma responsável e de minimizar os impactos das atividades do próprio BCB sobre o meio ambiente.

6. A publicação da sexta edição do RIS deve ocorrer em setembro, em linha com a programação do mês de promoção do valor institucional da sustentabilidade.

7. Com base no disposto no art. 11, inciso XIII, alínea “a”, combinado com o art. 139, inciso III, e no art. 15, incisos VII e XI, todos do Regimento Interno do BCB, anexo à Resolução BCB nº 340, de 21 de setembro de 2023, bem como no art. 10 do Regulamento do Comitê de Governança, Riscos e Controles – GRC, anexo à Resolução BCB nº 509, de 3 de outubro de 2025, trago o assunto ao conhecimento deste colegiado.

PAULO PICCHETTI
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

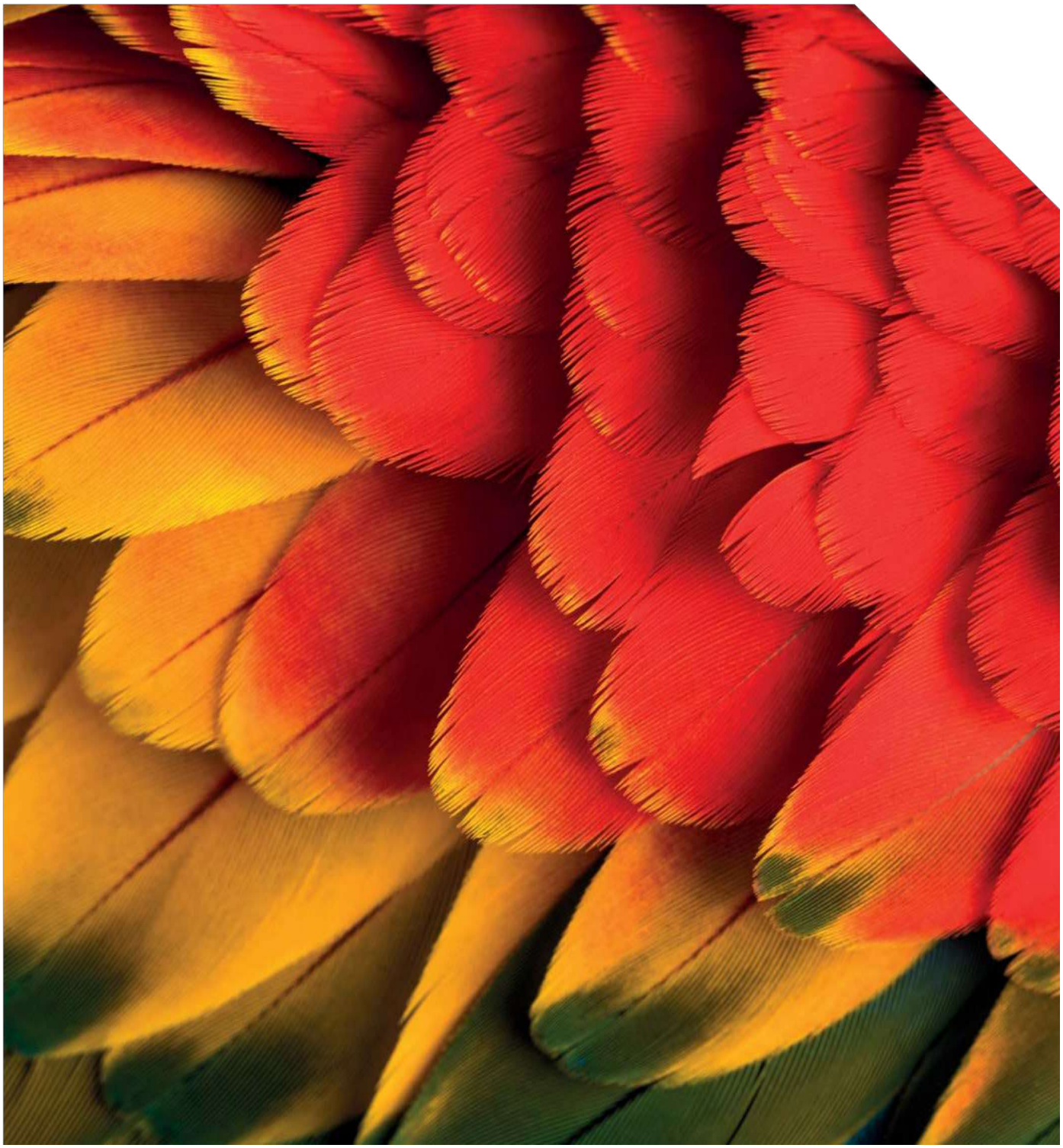
Anexo: 1.

SECRETARIA DO GRC

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

Pág. 2 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos

Volume 6 | Setembro 2026

BC | BANCO CENTRAL DO BRASIL

Pág. 3 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19



Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos

Volume 6 | Setembro 2026

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Pág. 4 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos

Publicação anual do Banco Central do Brasil (BC)

É permitida a reprodução do conteúdo deste relatório desde que mencionada a fonte: Banco Central do Brasil, Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de uma ligação local)

Internet: https://www.bcb.gov.br/meubc/faleconosco

Pág. 5 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Sumário

Sumário 4
Prefácio 5
Sumário Executivo 7
Governança 10

1

1.1 Propósito e estratégia 10
1.2 Gestão integrada de riscos corporativos 12
1.3 Parcerias e engajamento internacional 13
Planeta 17

2

2.1 Estabilidade financeira 17
2.2 Reservas internacionais 25
2.3 Emissões de gases de efeito estufa 32
2.4 Evoluções Regulatórias 34
Pessoas 40

3

3.1 Relacionamento do BC com a sociedade 40
3.2 Cidadania financeira 43
3.3 Diversidade, aprendizagem e políticas de bem-estar 46
3.4 Atuação internacional e inovação em financiamento sustentável: Programa Eco Invest Brasil e o BRICS 51
Prosperidade 54

4

4.1 Inclusão Financeira 54
4.2 Inovação e competitividade 55
Perspectivas 62

4

5.1 Pesquisas em andamento 62
5.2 Regulação e supervisão 65
5.3 Participação em iniciativas lideradas pelo governo federal 66

Pág. 6 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Prefácio

Vivemos um período de transformações profundas na economia global e nas formas de produzir, financiar e inovar. Os avanços tecnológicos, aliados às mudanças climáticas, configuram um contexto que não apenas amplia o leque de oportunidades de negócios e inovação, mas também redefine de maneira substancial o balanço de riscos enfrentados por empresas, instituições e pela sociedade em geral. Nesse cenário, impõe-se a necessidade de uma abordagem mais rigorosa e integrada na identificação, avaliação e gestão desses riscos, considerando sua crescente complexidade e interdependência. Torna-se, assim, imprescindível uma atuação tempestiva, estratégica e continuamente informada, capaz não apenas de antecipar impactos, mas também de orientar decisões e assegurar a construção de soluções sustentáveis, inclusivas e resilientes.

O ano de 2025 consolidou-se como um momento de destaque para o protagonismo do Brasil na construção de respostas coordenadas aos desafios globais. Ao presidir o G20 em 2024 e os BRICS em 2025, o país contribuiu para colocar no centro da agenda internacional temas como financiamento climático, estabilidade financeira e desenvolvimento sustentável, culminando na realização da COP30 em território nacional. Em um contexto geopolítico desafiador, marcado por questionamentos aos modelos tradicionais de integração internacional, a realização da COP30 no Brasil representou marco relevante para o aprofundamento das discussões multilaterais e para a internalização dessa agenda como eixo estruturante de políticas públicas e estratégias institucionais.

O Banco Central do Brasil participou ativamente desses processos, mobilizando sua expertise técnica, promovendo o diálogo com parceiros internacionais e reforçando a importância da cooperação entre economias no enfrentamento de desafios cuja natureza transcende fronteiras. Essa atuação reflete a convicção de que a construção de uma governança financeira global mais efetiva, justa e resiliente depende de diálogo aberto, cooperação internacional e compromisso com soluções coletivas.

No plano interno, a preparação para a COP30 — conduzida por grupo de trabalho interdepartamental — possibilitou a coordenação transversal de iniciativas e a consolidação da sustentabilidade como um dos pilares da estratégia institucional para o período 2026–2029. Esse avanço evidencia o amadurecimento de uma agenda que vem progressivamente se incorporando aos instrumentos de política, à supervisão, à governança e ao relacionamento internacional da instituição.

O Plano Estratégico Institucional 2026–2029 reafirma o papel do Banco Central como instituição essencial à estabilidade econômica, à modernização do Sistema Financeiro Nacional e ao bem-estar da sociedade. A integração entre inovação, sustentabilidade, excelência operacional e diversidade reflete uma visão orientada para resultados duradouros e alinhados às melhores práticas internacionais.

Nesta edição, o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos apresenta iniciativas estruturantes, diagnósticos e avanços regulatórios, supervisionais e institucionais que reforçam o compromisso do Banco Central com a transparência e a boa governança. O relatório expressa a compreensão de que estabilidade financeira, solidez das instituições e sustentabilidade são dimensões indissociáveis de um mesmo objetivo: contribuir para uma economia mais resiliente, inclusiva e preparada para os desafios contemporâneos.

Que esta publicação siga fortalecendo o diálogo entre os diversos atores da sociedade, estimulando parcerias e promovendo soluções coletivas capazes de ampliar a resiliência e as oportunidades da economia brasileira. Ao enfatizar a necessidade de respostas coordenadas e tempestivas diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, o Banco Central do Brasil

Pág. 7 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 33

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Certifica que o documento abaixo é cópia fiel do original
reafirma seu compromisso com a construção de um futuro mais estável, inovador e sustentável.

Que esta publicação siga fortalecendo o diálogo entre os diversos atores da sociedade, estimulando parcerias e promovendo soluções coletivas capazes de ampliar a resiliência e as oportunidades da economia brasileira. Ao enfatizar a necessidade de respostas coordenadas e tempestivas diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, o Banco Central do Brasil reafirma seu compromisso com a construção de um futuro mais estável, inovador e sustentável.

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente do Banco Central do Brasil

Pág. 8 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 34

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Sumário Executivo

O Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (RIS) de 2026 consolida os avanços institucionais, regulatórios e supervisionais do Banco Central do Brasil relacionados a fatores ASG (ambientais, sociais e de governança) no período de julho de 2025 a junho de 2026. As ações do BC estão organizadas em cinco eixos: Governança, Planeta, Pessoas, Prosperidade e Perspectivas. O documento reflete a crescente integração da sustentabilidade à estratégia, aos processos de trabalho do BC e ao relacionamento internacional da Autarquia, evidenciando o amadurecimento de uma agenda que permeia instrumentos de política, governança e atuação no Sistema Financeiro Nacional.

No eixo de Governança, o Plano Estratégico Institucional 2026–2029 reafirmou o papel do Banco Central como instituição essencial à estabilidade econômica e ao bem-estar da sociedade. A sustentabilidade foi consolidada como valor organizacional e objetivo estratégico, ao lado de integridade, excelência, cooperação, diversidade e inovação. A atuação internacional foi ampliada com a liderança da Trilha Financeira do BRICS, que coordenou debates sobre governança financeira global, integração de pagamentos, inteligência artificial e segurança cibernética. A convite do Banque de France, o Banco Central contribuiu para a nota técnica da NGFS sobre impactos de eventos climáticos extremos, elaborada no âmbito da Presidência Francesa do G7.

No eixo Planeta, a Pesquisa de Estabilidade Financeira sobre Riscos Climáticos no SFN evidenciou que o risco de crédito, especialmente a inadimplência, segue como principal canal de transmissão dos riscos climáticos para a estabilidade financeira. Além disso, a percepção de impacto esperado permanece baixa no longo prazo, e a seca continua sendo apontada como evento de maior relevância potencial. Essa percepção, corroborada por estudos internos do Banco Central, orientou a realização de ações supervisórias direcionadas às entidades mais expostas aos riscos climáticos, com o objetivo de fomentar o aprimoramento de suas práticas de gestão e mitigação de riscos. Um estudo específico sobre a exposição do SFN aos riscos da natureza também apontou a disponibilidade hídrica como fator relevante para consideração no sistema de gestão de riscos. A gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos também avançou com o Projeto Geotec, que ofereceu capacitação para o uso sistemático de sensoriamento remoto e geotecnologias na supervisão do crédito rural e do Proagro. Finalmente, com base na integração de exposições de crédito geolocalizadas com projeções de inundação, um estudo mostrou que, embora a exposição média do sistema financeiro brasileiro ao risco de enchentes seja baixa, existem concentrações regionais relevantes de crédito em áreas altamente vulneráveis, evidenciando potenciais focos de perdas

Pág. 9 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Cópia gerada pelo Sistema Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

correlacionadas e de risco sistêmico.

No eixo Pessoas, as iniciativas de cidadania financeira, proteção ao consumidor e diversidade registraram avanços relevantes. O programa Aprender Valor alcançou mais de 140 mil profissionais e 27 mil escolas, e foi integrado ao programa "Na Ponta do Lápis", do Ministério da Educação. O BC PROTEGE+ ampliou a proteção contra fraudes por uso indevido de identidade, e o Relatório de Cidadania Financeira 2025 trouxe, pela primeira vez, recortes por gênero e raça. A agenda de diversidade avançou com a aprovação da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão do Banco Central do Brasil (PDIBC) e a criação do Subcomitê de Diversidade, Equidade e Inclusão (CODEI), formalizando a governança dedicada ao tema.

No eixo Prosperidade, as cooperativas de crédito e o Open Finance reforçaram a inclusão financeira e a competitividade do Sistema Financeiro Nacional. As cooperativas mantêm presença em mais de três mil municípios e atendem mais de vinte milhões de cooperados, com crescimento do ativo total de 21% em 2024. O Open Finance ultrapassou 197 milhões de consentimentos ativos e incorporou a portabilidade de crédito, com prazo reduzido para três dias úteis. A Jornada Otimizada — que integra, em uma mesma experiência, a autorização de pagamentos e o compartilhamento de dados — e a constituição da Associação Open Finance Brasil marcaram novos estágios de maturidade do ecossistema.

Destaca-se, ainda, o ecossistema do Laboratório de Inovação Financeira e Tecnológica (LIFT) do BC em parceria com a Fenasbac, no âmbito do qual, em 2025, foram concluídos projetos voltados à sustentabilidade no LIFT Lab, no LIFT Learning e no LIFT Data[1], abrangendo temas como modelagens financeiras sustentáveis, ativos reais (RWA), soluções baseadas em dados abertos para desafios climáticos e aplicações de inteligência artificial, tokenização e geotecnologias. Ao todo, 23 projetos alcançaram a fase final dos programas, com elevada complexidade técnica e conexão direta com demandas estruturais do Sistema Financeiro Nacional. Em especial, o LIFT Data, lançado em 2025, teve sua primeira edição dedicada à agenda climática, com soluções alinhadas às prioridades do BC e às metas da COP30, reforçando o uso estratégico de dados abertos e inovação para o enfrentamento dos desafios de transição.

No eixo Perspectivas, o Banco Central deverá avançar em múltiplas frentes regulatórias, supervisionais e de pesquisa voltadas ao desenvolvimento das finanças sustentáveis e à resiliência do sistema financeiro. Pesquisas em andamento sobre riscos climáticos, mercados de carbono e educação financeira para mulheres têm potencial de auxiliar o aprimoramento das políticas institucionais. A continuidade dos compromissos assumidos no contexto da COP30 deve reforçar a sustentabilidade como eixo estruturante da estratégia institucional nos próximos anos.

[1] O LIFT (Laboratório de Inovação Financeira e Tecnológica), conduzido pelo Banco Central em parceria com a Fenasbac, organiza-se em três verticais complementares: o LIFT Lab, voltado ao desenvolvimento de provas de conceito de soluções inovadoras para o Sistema Financeiro Nacional, com foco em tecnologias emergentes como inteligência artificial, tokenização e ativos reais (RWA); o LIFT Learning, programa de capacitação que promove a formação prática de estudantes e profissionais em projetos aplicados de inovação financeira; e o LIFT Data, criado em 2025, dedicado ao desenvolvimento de soluções baseadas em dados para desafios estruturais do sistema financeiro, com primeira edição voltada à agenda climática.

Pág. 10 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

O relatório reafirma a compreensão de que estabilidade financeira, solidez institucional e sustentabilidade constituem dimensões complementares de um mesmo objetivo. Ao integrar avanços em governança, supervisão, inovação, inclusão e cooperação internacional, o Banco Central do Brasil consolida sua atuação como instituição comprometida com a construção de um sistema financeiro mais resiliente, transparente e preparado para os desafios contemporâneos, alinhado às necessidades da sociedade brasileira e aos compromissos assumidos no cenário internacional.

Pág. 11 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

1 Governança

1.1 Propósito e estratégia

O Banco Central do Brasil (BC) é uma autarquia federal de natureza especial, com missão legalmente definida e autonomia operacional assegurada. Instituído pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e com autonomia garantida pela Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o BC tem como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, promover um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo e contribuir para o bem-estar econômico da sociedade.

O Plano Estratégico Institucional do Banco Central do Brasil (PEI-BC) 2026–2029 reafirma o papel da Autarquia como instituição essencial à estabilidade econômica do país. O plano consolida orientações que traduzem a missão institucional enquanto a visão de futuro projeta um Banco Central reconhecido pela excelência técnica e pela atuação autônoma, capaz de controlar a inflação com credibilidade, fortalecer a resiliência e a disciplina do SFN e ampliar o acesso da população a instrumentos que promovam a cidadania financeira. O documento expressa, assim, uma perspectiva institucional de longo prazo, voltada à construção de um ambiente econômico seguro, transparente e alinhado às melhores práticas internacionais.

A execução do PEI-BC 2026–2029 é sustentada por valores organizacionais que orientam comportamentos, práticas de gestão e decisões estratégicas. Integridade, excelência e foco em resultados formam a base de uma atuação comprometida com o interesse público e com a eficiência institucional. Cooperação e abertura para mudanças reforçam o papel do Banco Central como agente capaz de se adaptar a transformações estruturais, dialogar com diferentes atores e incorporar inovações tecnológicas e regulatórias. Paralelamente, sustentabilidade, diversidade e empatia refletem o compromisso com um ambiente organizacional mais inclusivo, com a promoção da diversidade, da equidade e da inclusão, refletindo o compromisso com um ambiente organizacional mais plural, responsável e alinhado às demandas da sociedade. Esses valores estabelecem fundamentos que orientam a trajetória institucional nos próximos anos, fortalecendo a coerência entre

Pág. 12 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 38

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Protocolo gerado em 18/09/2026 às 12h19

propósito, práticas e resultados esperados.

Os objetivos estratégicos do Banco Central do Brasil estruturam a atuação da Autarquia e orientam decisões e iniciativas do ciclo vigente. Entre esses objetivos, destaca-se o compromisso de aprimorar a efetividade da transmissão da política monetária, elemento essencial para assegurar a estabilidade de preços e garantir que as decisões do Copom se reflitam de forma adequada na atividade econômica. De forma complementar, o Banco Central busca elevar o padrão regulatório e reforçar a supervisão prudencial, promovendo um sistema financeiro mais sólido, seguro, resiliente, disciplinado e comprometido com a sustentabilidade. A agenda estratégica contempla, ainda, ações voltadas ao aumento da eficiência do sistema financeiro e das infraestruturas digitais públicas, com vistas a impulsionar o bem-estar econômico e ampliar o acesso da população a serviços financeiros adequados. O fortalecimento da comunicação institucional constitui outro eixo relevante, ao apoiar o aprimoramento dos relacionamentos, a ampliação do reconhecimento da instituição e a consolidação de sua inserção internacional. Por fim, o Banco Central reafirma o propósito de fortalecer sua capacidade institucional por meio da inovação, da excelência, da diversidade e da sustentabilidade, assegurando que a Autarquia permaneça apta a entregar resultados consistentes e duradouros à sociedade brasileira.

O RIS integra, assim, o conjunto de instrumentos de planejamento, monitoramento e transparência do BC. Inserido no contexto do PEI-BC, o RIS evidencia as iniciativas relacionadas à agenda social, ambiental e climática, derivadas das ações estratégicas orientadas ao cumprimento dos objetivos institucionais.

A maior parte dessas iniciativas é reportada de forma consolidada no Relatório Integrado do Banco Central (RIG), que reúne os principais resultados alcançados pela Instituição no ano de 2025. O RIS, por sua vez, aprofunda a análise dos riscos e das oportunidades associados à agenda de sustentabilidade, contribuindo para o fortalecimento da transparência, da gestão de riscos e da governança institucional.

Pág. 13 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 39

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

1.2 Gestão integrada de riscos corporativos

O Banco Central do Brasil adota uma robusta estrutura de gestão integrada de riscos baseada na abordagem de *Enterprise Risk Management* (ERM), com visão abrangente da exposição institucional e alinhamento a um apetite de risco conservador. A Política de Gestão Integrada de Riscos (PGR-BC) organiza a atuação da gestão de risco na instituição.

A gestão integrada proporciona tanto a criação de valor, pelo uso da informação de risco como suporte de processos decisórios, quanto a proteção de valor, pelo tratamento, controle e mitigação dos riscos identificados. No BC, são consideradas diferentes tipologias de risco, especialmente os riscos financeiros, relacionados às exposições do balanço patrimonial do BC, e organizacionais, com foco nos processos de trabalho internos da instituição.

Entre os riscos organizacionais, destacam-se os riscos estratégicos e os operacionais, tratados de forma transversal na instituição. Essa abordagem facilita a padronização da informação de risco e promove o alinhamento entre planejamento estratégico, execução operacional e gestão cotidiana dos riscos, fortalecendo a resiliência institucional e a proteção de valor público.

Os riscos estratégicos (RE) são relacionados à avaliação de incertezas que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos ou da missão do BC. A metodologia considera, de forma estruturada, a magnitude dos impactos potenciais, a probabilidade de ocorrência e a urgência de resposta ao risco identificado, permitindo priorizar tratamentos e ações sobre riscos mais críticos.

Para esse tipo de risco, o processo de identificação combina percepção por consenso[1] entre especialistas do nível tático do banco e julgamento técnico (*expert judgement*[2]) pela Alta Administração, resultando em visão consolidada dos principais riscos que demandam atenção da Diretoria Colegiada, especialmente para alocação de recursos e definição de respostas estratégicas.

Para o Plano Estratégico Institucional (PEI-BC) 2026–2029, destacam-se, entre os riscos associados aos fatores sociais, ambientais e climáticos (RSAC):

- aumento da inflação por fatores ambientais (pressões inflacionárias associadas à transição para uma economia mais sustentável – *green inflation*), com impacto sobre a estabilidade de preços;
- ocorrência de eventos climáticos extremos, com potencial de afetar a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Já a gestão dos riscos operacionais (RO) refere-se à identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de eventos que possam comprometer a execução dos processos institucionais do BC. A

Pág. 14 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

metodologia abrange falhas de processos, sistemas, pessoas e eventos externos, com ênfase na prevenção de perdas e na continuidade das operações críticas.

Sua aplicação assegura que a implementação das decisões estratégicas ocorra de forma controlada e aderente aos limites de risco, mediante a adoção de controles internos, planos de continuidade de negócios e mecanismos de contingência.

Dentre os principais riscos operacionais identificados, destacam-se:

- eventos hidrometeorológicos extremos (chuvas intensas, alagamentos e inundações), com potencial de danificar instalações e interromper operações;
- interrupção ou restrição no abastecimento de água, afetando condições operacionais e atividades presenciais;
- desastres naturais de maior magnitude, com impacto sobre a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, podendo gerar indisponibilidade de sistemas críticos.

[1] Modelo de percepção por consenso: modelo desenvolvido pelo BC e composto de rodadas para avaliação de riscos com a participação de especialistas do BC até que seja alcançado o consenso a respeito da relevância dos riscos e de suas mensurações.
[2] *Expert judgment*: validação, pelos membros do GRC, dos riscos mapeados no modelo de percepção por consenso, e eventual reavaliação.

1.3 Parcerias e engajamento internacional

O Banco Central do Brasil (BCB) aprofundou sua atuação internacional com foco na incorporação de referenciais voltados à identificação, mensuração e gestão de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticos (ASG).
O engajamento internacional do BCB tem se apoiado na participação em fóruns e redes de cooperação técnica, incluindo bancos centrais, autoridades de supervisão, organismos multilaterais, investidores, agências de classificação de risco, blocos regionais e agências de cooperação. Essas interações contribuem para a construção de consensos internacionais e para a internalização de boas práticas internacionais e o aprimoramento de instrumentos regulatórios e das capacidades de supervisão, com impactos sobre a avaliação e o monitoramento de riscos no SFN, contribuindo para o fortalecimento de sua resiliência frente a desafios climáticos e sociais.
A cooperação e o engajamento internacional contribuíram para o aprimoramento das capacidades institucionais do BCB relacionadas à incorporação de aspectos ASG, especialmente por meio da assimilação de boas práticas e referenciais técnicos internacionais. Esses insumos subsidiaram o desenvolvimento de instrumentos regulatórios e metodológicos, com reflexos sobre a supervisão, a gestão de riscos e o aprimoramento da gestão interna da instituição. No campo das parcerias institucionais, destaca-se a atuação do Banco Central do Brasil (BCB) em iniciativas internacionais , com ênfase no Network for Greening the Financial System (NGFS). Membro desde 2020 e integrante do Steering Committee de 2022 a 2025, o BCB participa ativamente de grupos de

Pág. 15 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Público

trabalho e intercâmbios técnicos, que subsidiam o desenvolvimento de normativos, metodologias e relatórios na agenda ASG.

Essa atuação é complementada pela participação em outras redes multilaterais, como a Sustainable Banking and Finance Network (SBFN), que contribuem para o alinhamento a boas práticas internacionais e para o fortalecimento da supervisão e da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O BCB também tem sido demandado por instituições estrangeiras para compartilhar sua experiência em temas ASG, incluindo sua agenda de sustentabilidade e abordagens relacionadas à inclusão e à educação financeira, comunicação e gestão de pessoas. Essas interações se materializam em iniciativas de cooperação técnica, como missões de assistência técnica promovidas pelo Fundo Monetário Internacional para países africanos francófonos, seminários técnicos com autoridades da Colômbia e intercâmbios com bancos centrais da América Latina, favorecendo a disseminação de conhecimento e o aperfeiçoamento de práticas institucionais.

No âmbito da cooperação com organismos multilaterais, destacam-se as iniciativas desenvolvidas em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como o seminário “Economia, Clima e Sustentabilidade: o papel dos Bancos Centrais”, realizado em setembro de 2025, e o workshop da rede Central Bank Adaptation to Climate Change, promovido em março de 2026 em conjunto com o Banco Central do Paraguai, as quais contribuíram para o aprofundamento do conhecimento técnico sobre os impactos dos riscos climáticos na atuação de autoridades monetárias. Ressalta-se ainda a parceria com o BID, no âmbito do Programa Eco Invest Brasil, iniciativa que mobiliza financiamento externo para projetos sustentáveis, por meio de mitigação de riscos cambiais e da oferta de proteção de longo prazo, fortalecendo a atração de capital privado e a estabilidade financeira.

Em nível regional, a atuação junto ao Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA) concentrou-se na capacitação e no intercâmbio técnico em temas como divulgação de riscos climáticos, taxonomias de finanças sustentáveis e testes de estresse climático, com participação do BCB tanto como expositor quanto como participante em iniciativas de treinamento, contribuindo para a disseminação de metodologias, a convergência de práticas e o fortalecimento da agenda de gestão de riscos no âmbito dos bancos centrais participantes.

Por fim, destaca-se a continuidade do Projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS), desenvolvido em parceria com o governo da Alemanha e a GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, agência que atua no Brasil principalmente em nome do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ, sigla em alemão). Em sua segunda fase (2022–2026), o projeto tem contribuído para o fortalecimento das capacidades institucionais do BCB, incluindo o desenvolvimento de ferramentas de supervisão e regulação, como testes de estresse climático e análises de riscos físicos e de transição, e a capacitação técnica de servidores. Observou-se, ainda, avanço no cumprimento de requisitos normativos pelas instituições financeiras e na consolidação de competências internas, criando bases para o desenvolvimento de iniciativas futuras.

1.3.1 Presidência brasileira do BRICS

Durante a presidência brasileira do BRICS, a atuação do Banco Central do Brasil (BCB) na trilha financeira, em coordenação com o Ministério da Fazenda, contemplou iniciativas voltadas ao avanço da agenda de sustentabilidade, com ênfase na integração de riscos e oportunidades

Pág. 16 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 42

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

climáticos ao debate sobre resiliência financeira. No âmbito do Grupo de Trabalho de Finanças de Transição e Sustentabilidade, foram aprofundadas análises sobre a gestão de riscos climáticos no sistema financeiro, com consolidação de insumos técnicos sobre testes de estresse, abrangendo metodologias, uso de cenários, limitações de dados e práticas adotadas por bancos centrais e autoridades supervisoras. As atividades incluíram, ainda, intercâmbios técnicos sobre riscos físicos e de transição e sobre o aprimoramento de instrumentos prudenciais, contribuindo para o alinhamento de abordagens entre os membros e para o fortalecimento da capacidade de monitoramento desses riscos no âmbito das agendas nacionais.

1.3.2 Nota Técnica da NGFS sobre os impactos dos eventos climáticos extremos

A convite do Banque de France, o BCB participou da elaboração da nota técnica "NGFS Note on the economic and financial impacts of extreme weather events"[2]. Foram utilizadas informações relativas aos impactos das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024, incluindo as medidas adotadas pelo BC para preservar a estabilidade financeira e mitigar os efeitos da tragédia no estado. O documento foi desenvolvido no âmbito das contribuições da NGFS à Presidência Francesa do G7, dentro da temática dos impactos econômicos e financeiros de eventos climáticos extremos, com o objetivo de fomentar o diálogo internacional em políticas públicas sobre o tema. Com base em 31 estudos de caso abrangendo 28 economias, a nota apresenta novas percepções empíricas sobre os canais de transmissão de eventos climáticos extremos, evidenciando seus efeitos sobre o produto, a inflação e a estabilidade financeira, tanto por meio de mecanismos da economia real quanto do setor financeiro.

[2] NGFS Note on the economic and financial impacts of extreme weather events

Pág. 17 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

1.3.3 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – Conferência das Partes (COP30)

A preparação integrada do Banco Central para a COP30 consolidou a sustentabilidade como eixo estratégico da instituição. A articulação interna conduzida ao longo de 2025 mobilizou diversas áreas da autarquia no âmbito do Grupo de Trabalho Interdepartamental (GTI COP30), criado para coordenar de forma transversal as ações relacionadas à conferência. Esse processo reforçou o papel central da sustentabilidade na estratégia institucional, que permanece no novo planejamento estratégico 2026–2029, consolidando o tema como valor organizacional e objetivo estratégico voltado à orientação das prioridades da instituição nos próximos anos.

A atuação internacional do BC em 2025 ampliou sua influência nos debates globais sobre financiamento climático. Nesse contexto, o Banco Central participou de um painel no evento "*Principles for Responsible Investments – PRI in Person"*, e liderou o painel "Sem tempo a perder: A urgência econômica para ampliar o financiamento e a ação climática", parte do evento "Capital for Climate: Harnessing Taxonomies and Interoperability", destacando a importância de expandir o financiamento climático e alertando para os custos da inação, em mensagem construída em parceria com a *Network for Greening the Financial System* (NGFS). O debate contou com especialistas de alta relevância internacional, reforçando o engajamento da instituição em fóruns globais. Além disso, o BC contribuiu significativamente para o COP30 Circle of Finance Ministers Report, documento estruturante do "Mapa do Caminho de Baku a Belém", especialmente em temas regulatórios e na construção da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), cuja primeira versão foi publicada em outubro de 2025 e ingressou em 2026 na fase inicial de implementação e testagem com participação ativa da autarquia.

A Regional do Banco Central em Belém desempenhou papel estratégico no suporte operacional e institucional à COP30. O edifício-sede na capital paraense serviu como base para equipes da Casa Civil e de outros órgãos envolvidos na organização da conferência, fornecendo infraestrutura e apoio logístico a reuniões estratégicas e eventos preparatórios. Durante os dias da COP30, representantes do BC participaram de diversos painéis e encontros, incluindo o LIFT Data's Breakfast realizado na Green Zone, que reuniu parceiros nacionais e internacionais e ampliou a visibilidade do trabalho do BC em inovação voltada à sustentabilidade. Essas iniciativas reforçaram a imagem do Banco Central como ator de referência nos debates sobre mudanças climáticas e finanças sustentáveis no cenário nacional e internacional.

Pág. 18 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 44

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

2 Planeta

2.1 Estabilidade financeira

A seção de Estabilidade Financeira consolida as principais análises e iniciativas do Banco Central voltadas à identificação, avaliação e mitigação dos riscos climáticos e socioambientais com potencial impacto sobre o Sistema Financeiro Nacional. São apresentados destaques da Pesquisa de Estabilidade Financeira sobre Riscos Climáticos, que capta a percepção das instituições financeiras **a respeito** dos efeitos desses riscos sobre a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, bem como do teste de estresse conduzido pelo Banco Central para avaliar os impactos de um cenário severo de El Niño sobre a carteira de crédito rural. A seção também aborda os avanços na gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos do Bureau de **C**rédito **R**ural, com destaque para o Projeto Geotec, que introduz o uso de sensoriamento remoto e geotecnologias na supervisão do crédito rural e do Proagro, incorporando inovações tecnológicas e aprimoramentos normativos voltados ao fortalecimento da fiscalização, da conformidade socioambiental e da resiliência do sistema financeiro.

2.1.1 Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) sobre riscos climáticos

O BC realiza anualmente uma Pesquisa de Estabilidade Financeira sobre Riscos Climáticos[3] (PEF – Riscos climáticos) para identificar as percepções das instituições financeiras sobre os efeitos dos riscos climáticos na estabilidade financeira do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O período de coleta dos dados ocorreu de 9 de janeiro a 6 de fevereiro de 2026. Das 96 instituições convidadas (74 reguladas pelo BC e 22 reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e Superintendência de Seguros Privados – Susep), 71 responderam à pesquisa, correspondendo a aproximadamente 94% dos ativos totais da amostra.

A PEF – Riscos climáticos indica que, em 2025, o percentual de instituições financeiras afetadas por eventos climáticos retornou a níveis semelhantes aos observados em 2022 e 2023, após o pico associado aos eventos extremos de 2024. Apesar da materialização de eventos, a percepção predominante é de que o impacto médio esperado dos riscos climáticos, tanto físicos quanto de transição, permanece baixo no longo prazo. As

[3] Disponível no Relatório de Estabilidade Financeira: Relatório de Estabilidade Financeira – Maio 2026

Pág. 19 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 45

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

instituições avaliam que os riscos físicos continuam sendo transmitidos principalmente por meio de impactos sobre ativos, processos produtivos e renda, com reflexos sobre o mercado de crédito e a inadimplência, enquanto os riscos de transição afetam sobretudo os custos decorrentes de adaptações regulatórias e a possibilidade de reprecificação de ativos.

No que se refere aos riscos climáticos físicos, observa-se redução significativa no número de instituições que reportaram impactos em 2025, com efeitos concentrados especialmente em atividades agropecuárias, em razão de episódios como secas, enchentes e tempestades. Ainda assim, os impactos reportados foram considerados pouco significativos e, em vários casos, serviram como aprendizado para o aprimoramento das práticas de gestão de riscos climáticos. Na avaliação prospectiva, o impacto esperado médio de eventos físicos agudos e crônicos nos ativos das instituições é classificado como baixo, e a seca continua sendo apontada como o evento de maior relevância em termos de impacto potencial.

Gráfico 1 – Efeito dos riscos físicos agudos nos ativos das IFs no longo prazo (de cinco a trinta anos)

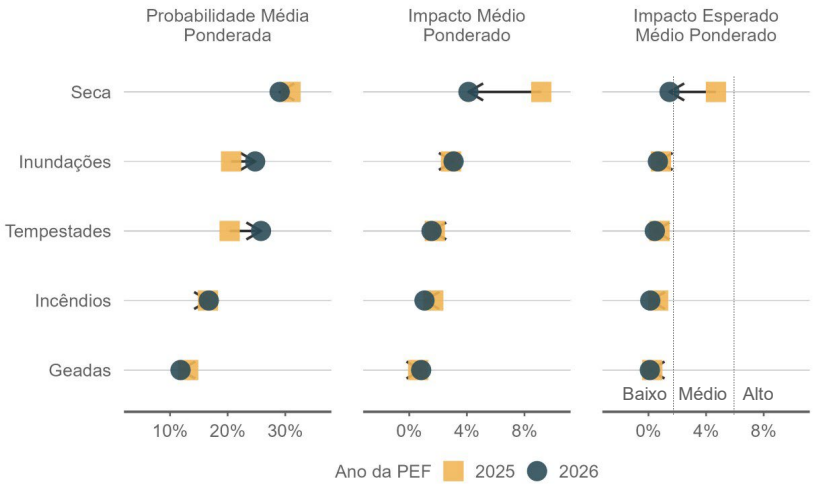
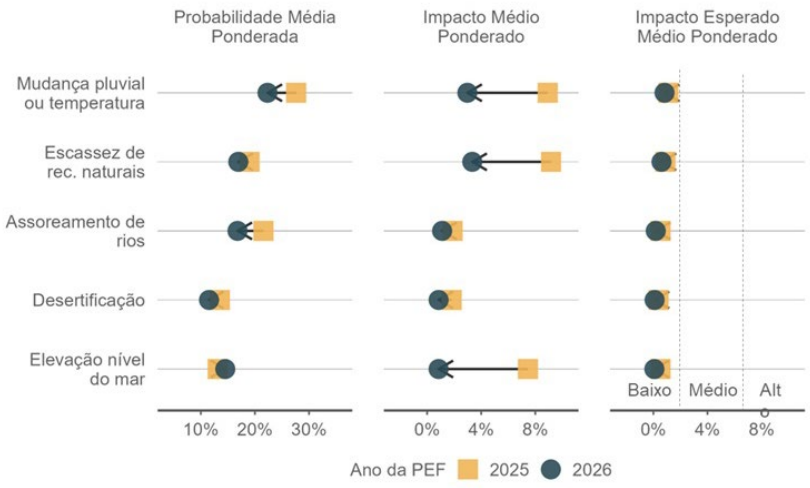


Gráfico 2 – Efeito dos riscos físicos crônicos nos ativos das IFs no longo prazo (de cinco a trinta anos)



Em relação aos riscos climáticos de transição, o número de instituições que os incorporam ao gerenciamento de riscos permaneceu estável, com predominância da análise em horizontes de curto prazo, ainda que tenha aumentado o percentual de IFs que relatam considerar horizontes mais

Pág. 20 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 46

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

longos. O impacto esperado desses riscos sobre os ativos é avaliado majoritariamente como muito baixo no curto prazo e baixo nos horizontes médio e longo.

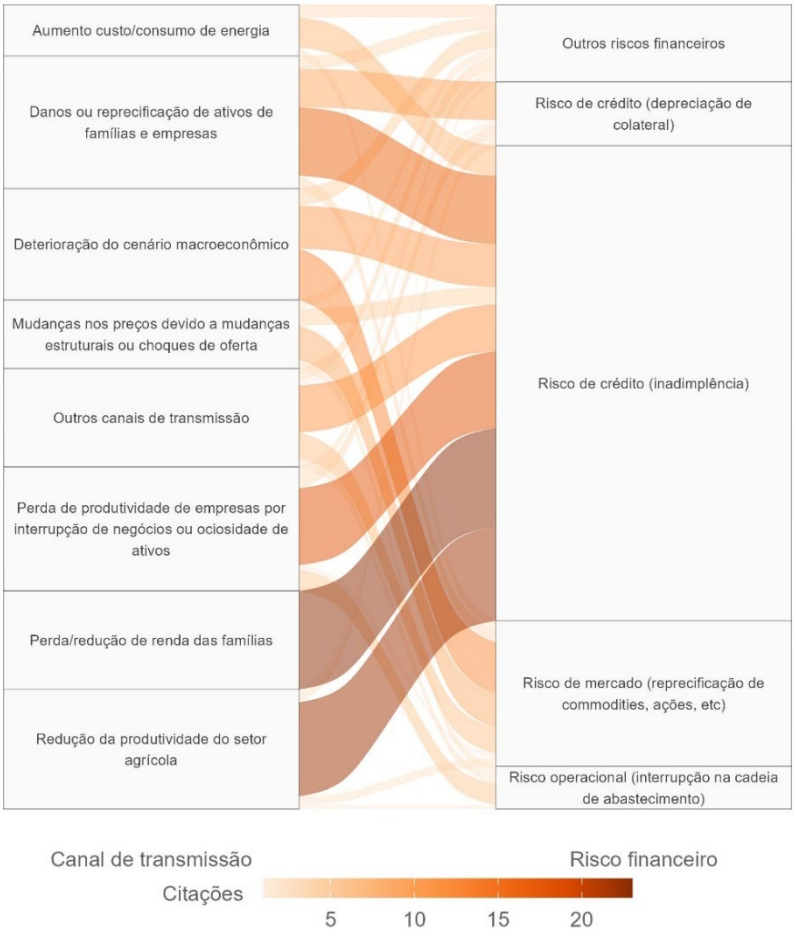
Tabela 1 – Gerenciamento de risco climático de transição

Tabela 2.5.2 – Gerenciamento de risco climático de transição

Gerencia risco transição?	IFs (%)	Prazo (em anos)	
		Média	Desvio padrão
Sim	39	-	-
Longo Prazo	25	15	9
Médio Prazo	25	7	3
Curto Prazo	32	2	1
Não	61	-	-

A pesquisa também reforça que o risco de crédito, especialmente a inadimplência, segue como o principal canal de transmissão dos riscos climáticos para a estabilidade financeira, tanto no caso de riscos físicos quanto de transição. As instituições reconhecem que eventos climáticos extremos ou uma transição desordenada para uma economia de baixo carbono podem gerar perdas de renda, aumento de custos, desvalorização de ativos e maior volatilidade macroeconômica, com potenciais efeitos adversos sobre o sistema financeiro. No entanto, esses cenários são percebidos como de baixa probabilidade no momento.

Gráfico 3 – Canais de transmissão de riscos climáticos físicos para riscos financeiros



Pág. 21 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 47

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Gráfico 4 – Canais de transmissão de riscos climáticos de transição para riscos financeiros



Por fim, a seção aponta avanços graduais na governança e na maturidade das instituições financeiras no gerenciamento de riscos climáticos, com evolução em dimensões como governança, alinhamento a iniciativas sustentáveis, práticas junto a clientes e engajamento com *stakeholders*. As instituições reiteram demandas ao regulador para ampliar a padronização de dados, metodologias e testes de estresse, além de fomentar capacitação, transparência e cooperação institucional, de modo a fortalecer a resiliência do sistema financeiro frente aos riscos climáticos.

2.1.2 Teste de estresse de risco climático físico – Intensificação do fenômeno El Niño

O fenômeno El Niño está associado a mudanças no regime de precipitação na América do Sul, intensificando as chuvas na região Sul e aumentando a incidência de secas em partes das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Além disso, o aquecimento global tem contribuído para a maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos. Diante desse contexto, conforme exposto no Relatório de Estabilidade Financeira de nov/25, o Banco Central do Brasil (BCB) conduziu um teste de estresse climático com o objetivo de avaliar os impactos de um evento severo de El Niño sobre os ativos problemáticos da carteira de crédito rural, considerando que a agricultura é altamente

Pág. 22 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 48

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Documento gerado pelo usuário 07111111111 - Gedoc em 18/09/2026 às 12h19

dependente do regime pluviométrico.

Assim, foi simulada uma ocorrência equivalente ao El Niño mais intenso da última década, acrescida de um aumento de 0,6°C na temperatura das águas do Oceano Pacífico, associado ao aquecimento global. A partir dessa hipótese, estimou-se o efeito sobre a variação dos ativos problemáticos de cada instituição financeira.

Comparando os resultados com um cenário neutro, sem a ocorrência do El Niño, verifica-se um aumento de 1,5 ponto percentual nos ativos problemáticos do sistema. Ainda assim, as perdas financeiras permaneceriam inferiores a 10% do capital regulatório do sistema bancário brasileiro, sem provocar o descumprimento de requisitos prudenciais por parte de instituições classificadas nos segmentos S1, S2, S3 ou S4.

2.1.3 Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Com o objetivo de aprimorar continuamente os instrumentos de supervisão e as metodologias de avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos, foram ampliadas as análises horizontais, o uso de matrizes de risco e o aprofundamento da capacidade institucional de identificar os efeitos de eventos climáticos físicos, como secas, sobre carteiras financeiras. As análises horizontais incluíram a avaliação da adequação do processo de gestão de riscos climáticos físicos em entidades supervisionadas mais expostas. Nesse contexto, a incorporação de tecnologias mais sofisticadas para o fortalecimento da fiscalização mostrou-se fundamental para reduzir assimetrias de informação, elevar a precisão das avaliações e promover uma supervisão prudencial mais aderente às condições reais do território e da atividade produtiva.

Na mesma linha, uma iniciativa relevante foi o desenvolvimento de uma ferramenta para associar os endereços dos tomadores de crédito às suas coordenadas geodésicas.[4] Essa ferramenta permitiu mapear as exposições do SFN ao risco de enchentes. Embora a exposição média do sistema financeiro brasileiro ao risco de enchentes tenha sido avaliada como baixa, o estudo identificou concentrações regionais relevantes de crédito em áreas altamente vulneráveis, evidenciando potenciais focos de perdas correlacionadas e de risco sistêmico.

É nesse movimento evolutivo que se insere o Projeto Geotec, ao oferecer capacitação para o uso sistemático de sensoriamento remoto, geotecnologias e o cruzamento ampliado de bases financeiras, cadastrais e territoriais como instrumentos voltados ao fortalecimento da atuação preventiva do Banco Central no monitoramento do crédito rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). A iniciativa materializa avanços esperados na agenda de gestão dos RSAC, ao ampliar a capacidade institucional de identificar riscos relacionados ao uso do solo, à conformidade ambiental e às dinâmicas produtivas, contribuindo

4 Marco Antonio Laes, Rodrigo Leitao Punaro Baratta, Carlos Eduardo Vinagreiro, Enrico Dalla Riva, “Mapping Climate Physical Exposure with National Credit Data: A Borrower-Level Assessment of Flood Risks in Brazil”, Nota Técnica do Banco Central do Brasil 58 - https://www.bcb.gov.br/publicacoes/notastecnicas/NT_58_202604

Pág. 23 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Gerado para a evolução das práticas de supervisão. em 09/04/2026 às 12h19

Inserido no processo de modernização da supervisão, o Projeto Geotec amplia a capacidade do Banco Central e da sociedade de acompanhar e mitigar riscos socioambientais associados ao crédito rural. A capacitação foi estruturada no âmbito da cooperação entre Brasil e Alemanha, por meio da parceria com a GIZ (Agência Alemã de Cooperação Internacional, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) no Projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (Fibras II), e recebeu mais de 5,3mil inscrições. **O** Geotec amplia a visão territorial da supervisão e reduz assimetrias de informação ao permitir avaliações contínuas das condições produtivas, do uso do solo e da conformidade territorial. [https://bacen.sharepoint.com/sites/conexaoreal/SitePages/Banco-Central-lan%C3%A7a-projeto-Geotec.aspx]

A integração de bases financeiras, cadastrais e geoespaciais fortalece a capacidade institucional do Banco Central de antecipar riscos e promover maior conformidade ambiental e territorial. O uso combinado dessas bases, articulado às tecnologias de observação terrestre, contribui para uma leitura mais precisa dos riscos associados aos financiamentos, reforçando o alinhamento entre financiamento, produção e sustentabilidade. Essa abordagem também eleva a eficiência regulatória ao capacitar profissionais para o uso de ferramentas avançadas aplicadas ao monitoramento e à fiscalização do crédito rural e do Proagro, favorecendo uma atuação mais preventiva e reduzindo a probabilidade de inadimplência e de inconsistências declaratórias. Adicionalmente, essas bases também permitiram a realização de estudos sobre a exposição do sistema financeiro aos riscos da natureza, que indicaram a disponibilidade hídrica como um fator de risco relevante para parte do universo supervisionado.

2.1.4 Bureau de Crédito Rural

O *Bureau* de Crédito Rural é um sistema que armazena dados de crédito rural e de uso de recursos do Proagro. O crédito rural ocupa papel central na agenda estratégica do BC devido à sua importância para a economia e para o SFN. Atualmente, 12,4% do montante de crédito das operações realizadas por instituições do SFN corresponde ao crédito rural.

O Proagro é um programa do governo federal, análogo a um seguro rural, que indeniza beneficiários de financiamentos de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida em virtude de eventos meteorológicos adversos ou pragas e doenças sem controle. O programa tem como foco principalmente os pequenos produtores rurais, embora esteja aberto a todos dentro do limite de cobertura estabelecido na regulamentação. Para os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o enquadramento ocorre em um subprograma denominado Proagro Mais, que, além das coberturas ordinárias do Proagro, também assegura ao agricultor familiar renda mínima até seu próximo ciclo produtivo.

Pág. 24 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

No âmbito do processo de modernização do Proagro e da adequação de suas regras, diversas inovações foram introduzidas. Entre elas, destacam-se o incentivo à adoção de melhores práticas agrícolas e a ampliação da participação da agricultura familiar no Programa, consolidando o Proagro como vetor de indução de melhorias tecnológicas e de respeito ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), com impacto positivo na mitigação de riscos climáticos das operações. Os efeitos desse processo de modernização já puderam ser observados ao longo de 2025, período em que o Programa apresentou melhora significativa em seus principais parâmetros: redução efetiva de custos da ordem de R$3,2 bilhões em relação a 2023, com saldo positivo de R$758 milhões em 2025.

No contexto de fortalecimento dos mecanismos de gestão, controle e supervisão do Programa, foi firmado convênio entre o BC e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo de desenvolver instrumentos voltados ao aprimoramento da verificação de potenciais irregularidades em empreendimentos enquadrados no Proagro. Os instrumentos a serem desenvolvidos utilizarão sensoriamento remoto e modelagem agroclimática, além da integração de dados provenientes de diferentes fontes para fins de análise. Ferramentas de inteligência artificial serão incorporadas a esses instrumentos, de modo a refiná-los, ampliando a capacidade analítica e preditiva do BC para os eventos monitorados e aumentando a tempestividade da resposta da atividade de supervisão.

Os conhecimentos e as metodologias desenvolvidos no âmbito do convênio poderão, ainda, ser aplicados às operações de crédito rural não enquadradas no Proagro e supervisionadas pelo BC, ampliando os benefícios da iniciativa para além do Programa.

O processo de supervisão do crédito rural foi modernizado, com a criação de diversas rotinas automatizadas chamadas de situações monitoradas. Essas rotinas permitem a verificação de ocorrências como embargos no imóvel após a contratação, desvio de finalidade, fraudes no Proagro, paralelismo de crédito, entre outros. Assim, desde 2023, foram identificadas 3.605 operações, em valor superior a R$ 4,48 bilhões, com indícios de irregularidades. Após interpelação das instituições financeiras, houve desclassificação em 1.043 operações, com R$ 800,8 milhões desclassificados.

Em continuidade ao aprimoramento das regras para concessão de crédito rural, consoante os critérios sociais, ambientais e climáticos, e após tratativas técnicas entre os componentes do CMN e outros órgãos governamentais, diversos itens da seção 9 do capítulo 2 do Manual de Crédito Rural (MCR) foram alterados conforme a Resolução CMN n° 5.268, de 18 de dezembro de 2025, atualizada pela Resolução CMN nº 5.303, de 12 de maio de 2026. Destacam-se: i) a explicitação de que pessoas físicas e jurídicas inscritas no cadastro de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à de escravo não poderão contratar, manter, prorrogar ou renovar operações de crédito rural; ii) especificação de condicionantes para a concessão de crédito ao amparo do Pronaf em unidades de conservação; iii) equiparação da condição de sobreposição do imóvel com terras quilombolas às demais áreas sensíveis; iv) padronização das exigências de regularidade fundiária para os imóveis sobrepostos a florestas públicas não destinadas; v) necessidade de comprovação da regularidade de supressão de vegetação nativa ocorrida após 31 de julho de 2019; e vi) inclusão, além das obrigações ambientais,

Pág. 25 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

das obrigações sociais como critérios para eventual desclassificação da operação de crédito rural.

Desde a implementação dessas alterações em 2024, foram bloqueadas 31.738 operações no valor de R$9,7bilhões.

Impedimentos		
Ano	Quantidade de Operações	Valor das Operações (R$ milhão)
2020	5	8,05
2021	42	29,51
2022	421	103,45
2023	527	173,61
2024	8.808	4.334,02
2025	22.930	5.396,87
Totais	**32.733**	**10.045,51**

Pág. 26 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

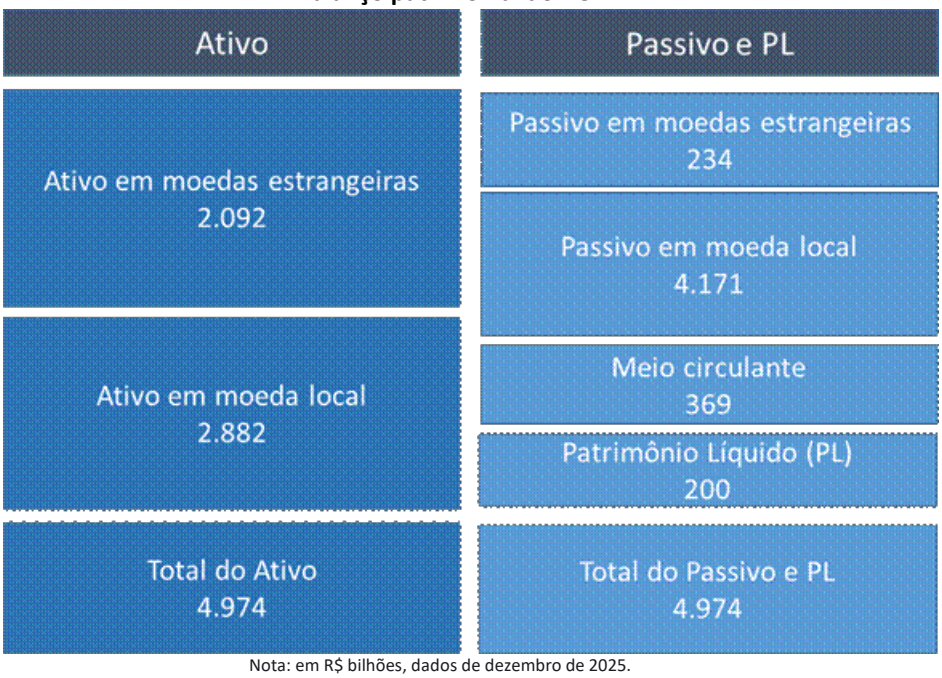
2.2 Reservas internacionais

A gestão das reservas internacionais observa a preferência por riscos da instituição. No que se refere às iniciativas do BC relacionadas à gestão de riscos associados às mudanças climáticas e seus impactos econômicos e financeiros, as informações apresentadas nesta seção estão divididas em quatro pilares, alinhados ao ISSB (International Sustainability Standards Board) : governança, estratégia, gestão de riscos e métricas. Além disso, o BC divulga anualmente o Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, que aborda aspectos que vão desde a conjuntura econômica e a governança, passando pela política de investimento e a administração de riscos, até a demonstração dos resultados da gestão das reservas.

2.2.1 Governança

O Balanço Patrimonial do BC de 31 de dezembro de 2025 é apresentado de forma esquemática na figura abaixo. A carteira de títulos públicos federais (maior parte do ativo em moeda local) é composta apenas por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional do Brasil e, por esse motivo, não será analisada nesta edição do relatório. No balanço, observa-se que as reservas internacionais (que compõem o ativo em moedas estrangeiras) representam parte significativa dos ativos do BC. Essas reservas são investidas em diversas classes de ativos nos principais mercados financeiros internacionais, e as métricas de riscos climáticos apresentadas a seguir se referem a esses investimentos.

Balanço patrimonial do BC



Nota: em R$ bilhões, dados de dezembro de 2025.

Compete ao Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC) estabelecer os objetivos estratégicos, bem como o perfil de risco e de retorno das reservas internacionais do país. No que diz respeito ao gerenciamento dos investimentos, a estrutura de governança das reservas está amparada na PGR-BC (Política de Gestão Integrada de Riscos do Banco Central). Os investimentos são realizados de acordo com diretrizes estabelecidas pelo GRC, que define uma carteira de referência detalhada e replicável, limites

Pág. 27 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 53

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

operacionais para os desvios em relação à carteira de referência e critérios de mensuração de resultados, em linha com o perfil de risco conservador da instituição. Entre os critérios de alocação estratégica, parâmetros relacionados aos riscos ambientais e climáticos fazem parte do processo decisório.

2.2.2 Estratégia

Os investimentos das reservas internacionais possuem perfil conservador e buscam realizar a cobertura cambial da dívida externa bruta do país, com o objetivo de reduzir a exposição do país a oscilações cambiais, e obter uma alocação com perfil anticíclico. A alocação é feita com o auxílio de técnicas de otimização risco-retorno de carteira, observados os critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, priorizados nessa ordem.

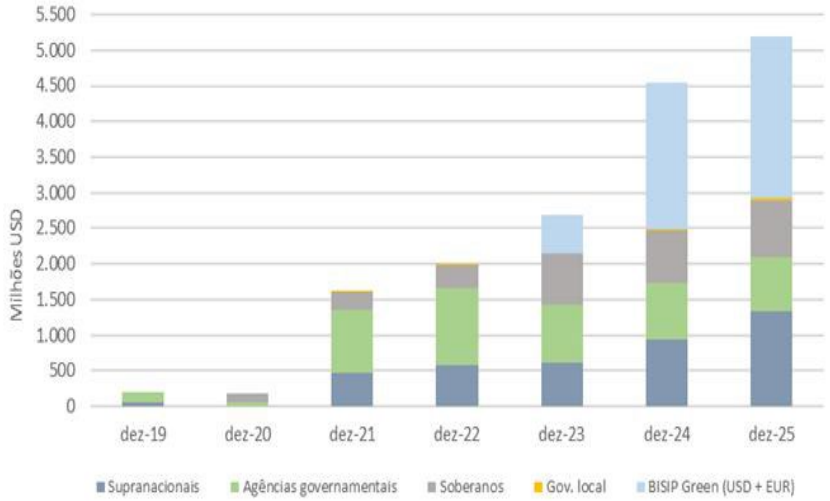
Os exercícios de otimização para a alocação estratégica das reservas internacionais levam em consideração diversas classes de ativos, incluindo aquelas associadas a títulos com rótulo sustentável, e índices de exposição a riscos climáticos da carteira são considerados, de maneira a contribuir para o processo decisório. O BC, portanto, investe em ativos com essas características no portfólio das reservas, observando restrições referentes a liquidez, segurança e rentabilidade que também se aplicam aos demais ativos.

Conforme se observa a seguir, o BC tem aumentado o percentual de títulos com rótulo sustentável nas reservas internacionais. Inicialmente, a aquisição de *green bonds* foi feita em títulos de renda fixa emitidos por agências governamentais, supranacionais e governos centrais no âmbito da gestão ativa dos investimentos das reservas internacionais. Em 2021, definiu-se pela alocação estratégica em *green bonds* na carteira de referência dos investimentos das reservas internacionais, considerando o perfil de risco e retorno do conjunto de classes de ativos. Mais recentemente, a carteira passou a contar também com *sustainability* e *social bonds*. Em 2023, iniciou-se o investimento em fundos do Bank for International Settlements – BIS dedicados a investimento verde (BISIP Green USD e BISIP Green EUR). O Gráfico 5 apresenta a alocação das reservas internacionais em investimentos com rótulo sustentável ao final de cada ano desde 2019, onde pode ser verificada a mudança provocada pela alocação estratégica.

Pág. 28 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 54

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Gráfico 5 - Investimentos com rótulo sustentável nas reservas internacionais



Fonte: BC, dados de dezembro de 2025.

2.2.3 Riscos

A análise dos riscos associados ao processo de investimento é fundamental para o entendimento dos resultados financeiros e para a adequação da carteira de referência aos objetivos de investimento das reservas internacionais.

Os diferentes riscos assumidos na aplicação das reservas internacionais são monitorados diariamente pelo BC. Além dos riscos financeiros (como riscos de mercado, crédito e liquidez), também são acompanhados os registros de eventuais incidentes operacionais, bem como métricas associadas a lançamentos de GEE na atmosfera, construídas com base em "emissões equivalentes de CO_2 (CO_2e)".

O acompanhamento das medidas de CO_2e visa à avaliação do impacto de diferentes estratégias de investimento no perfil de carbono da carteira. A carteira das reservas internacionais é investida majoritariamente em títulos soberanos e, embora exista exposição aos mercados acionários norte-americano e europeu, não há aquisição direta de ações de empresas. Assim, o acompanhamento dos índices e métricas associados à carteira é predominantemente influenciado por indicadores associados a países, e não a empresas.

2.2.4 Métricas

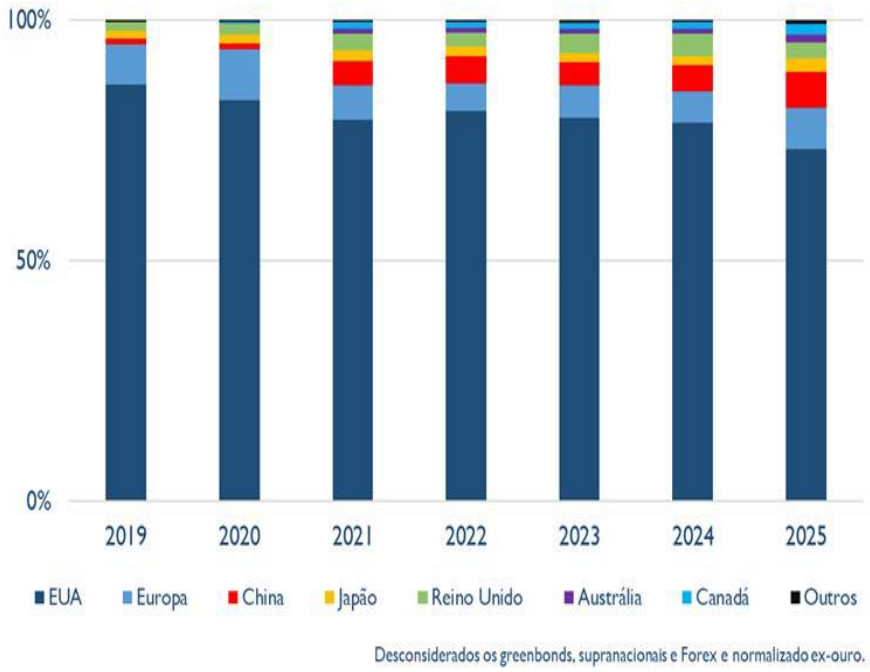
Na gestão das reservas internacionais, o BC acompanha métricas relacionadas aos riscos climáticos.

O dólar norte-americano segue como moeda de maior participação nos investimentos das reservas internacionais, principalmente devido à estratégia de cobertura cambial do passivo externo (no qual esta também é a moeda dominante), com 73,2% das reservas internacionais alocadas em emissores sediados nos Estados Unidos no final de 2025. Dessa forma, as métricas relacionadas aos riscos climáticos para as reservas internacionais apresentam influência preponderante dos indicadores do país norte-americano.

Pág. 29 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 55

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

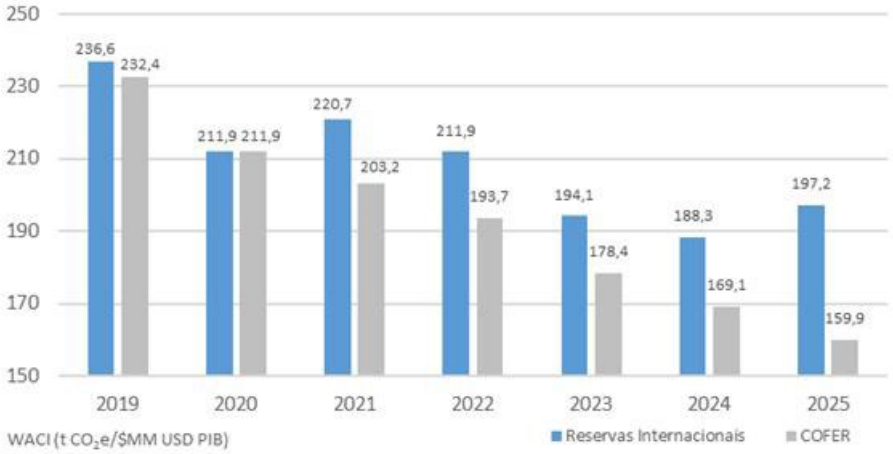
Gráfico 6 – Distribuição das reservas internacionais brasileiras por país



Fonte: BC, dados de dezembro de 2025.
Nota: foram desconsiderados os títulos verdes, supranacionais e Forex, e normalizado ex-ouro.

O BC acompanha medidas utilizadas internacionalmente, como a média ponderada da intensidade de carbono (*Weighted Average Carbon Intensity* – WACI). A combinação da alocação por países com dados de emissão de CO_2e normalizados pelo PIB leva à composição da métrica que é exibida no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Média ponderada da intensidade de carbono das reservas internacionais



Fonte: BC, com dados do IEA, do serviço Moody's Data Buffet e Fundo Monetário Internacional (FMI).
Dados de dezembro de 2025.

Conforme se observa no Gráfico 7, em 2025, o WACI das reservas internacionais aumentou em relação ao valor de 2024, devido principalmente à diminuição de alocação da carteira em títulos emitidos nos Estados Unidos para uma maior alocação em títulos emitidos por países com maior intensidade de carbono normalizada pelo PIB, como China, Japão e Canadá.[1]

O Gráfico 7 apresenta também, para efeito de comparação, o WACI de uma carteira teórica de bancos centrais composta pela distribuição de moedas das reservas internacionais agregadas globalmente, conforme apresentado no sítio do FMI (COFER – *Currency Composition of Official*

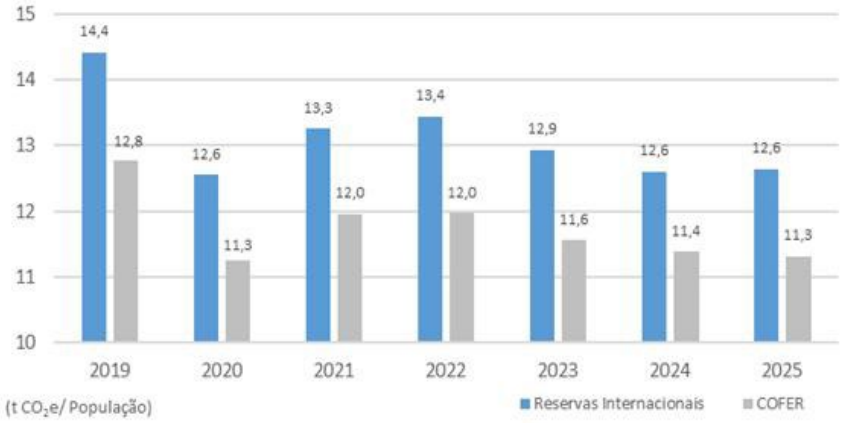
Pág. 30 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 56

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

Foreign Exchange Reserve). No período de 2019 a 2025, a queda no valor do WACI das carteiras analisadas reflete basicamente a queda de emissões de carbono dos países normalizada pelo PIB.

Outra métrica refere-se às emissões de CO_2e per capita, que permite acompanhar a intensidade das emissões em relação à população do país. Atualmente, a média mundial de emissão per capita é de 6,5 t CO_2e. Semelhante ao WACI, o Gráfico 8 apresenta a média ponderada da combinação da alocação nos países com os dados de emissão de CO_2e normalizados pela população, ou seja, emissões per capita.

Gráfico 8 - Média ponderada da emissão de CO_2 per capita



Fonte: BC, com dados do IEA, FMI e Banco Mundial.
Dados de dezembro de 2025.

Uma das principais fontes de emissão de GEE é a geração de energia. A partir de dados da Agência Internacional de Energia (*International Energy Agency* – IEA) sobre a composição da matriz energética dos países, é possível compor o perfil de geração de energia associado à alocação das reservas internacionais nas diferentes moedas dos investimentos. Essa composição permite acompanhar de que forma as reservas internacionais são distribuídas entre as diversas fontes de geração de energia produzidas pelos países.

A IEA discute dois cenários de evolução do perfil de geração de energia e sua aderência ao compromisso estabelecido pelo Acordo de Paris. Esse compromisso é de que o aumento da temperatura global, neste século, não ultrapasse dois graus centígrados em relação às temperaturas do período pré-industrial.

A IEA não procura realizar projeções do que vai acontecer, mas se propõe a explorar diferentes cenários possíveis: um em que são refletidas as intenções e metas políticas anunciadas até o momento, e outro com base no cumprimento integral das metas de energia sustentável. Trata-se, respectivamente, do Cenário de Políticas Declaradas (*Stated Policies Scenario* – STEPS) e do Cenário de Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Scenario* – SDS). O STEPS reflete não apenas as políticas existentes, mas também as intenções e planos já anunciados e seus impactos no clima.

O SDS propõe uma evolução do perfil das políticas de forma aderente aos objetivos do Acordo de Paris de "manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e buscar

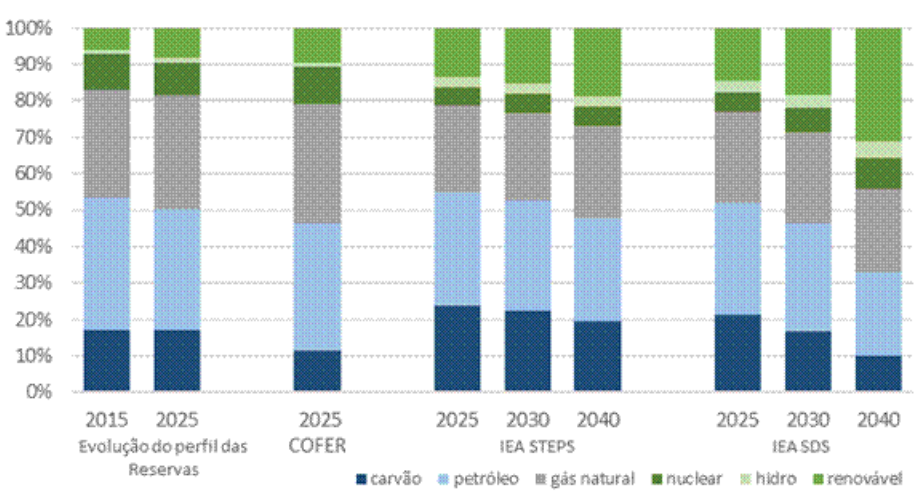
Pág. 31 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 57

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais". Para atingimento desse objetivo, é exigido um nível de emissões líquidas zero (balanço de emissões produzidas com remoções por captura e sequestro de carbono) na segunda metade deste século.

O Gráfico 9 ilustra o perfil de fontes de geração de energia ponderado das aplicações das reservas internacionais nos países que compõem seus investimentos. O perfil é afetado pelas mudanças de alocação dos ativos que compõem as reservas, bem como pelo perfil da matriz energética dos países. O gráfico apresenta também os perfis das aplicações das reservas para os cenários (STEPS e SDS).

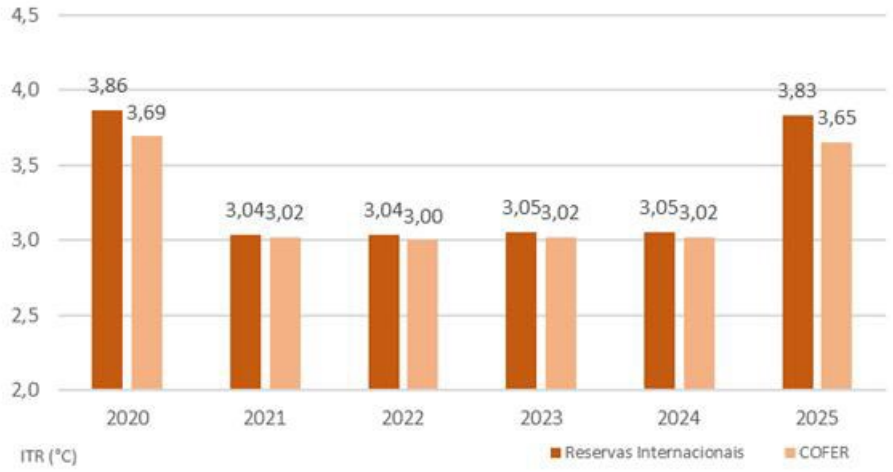
Gráfico 9 – Perfil de geração de energia



Fonte: BC, com dados do IEA. Dados de dezembro de 2025.

Outra métrica acompanhada é o aumento de temperatura implícito (*Implied Temperature Rise* – ITR) associado aos investimentos das reservas internacionais, exibido no Gráfico 10. O ITR fornece uma medida que indica o alinhamento de um país, de uma instituição ou de um portfólio de investimentos aos objetivos climáticos globais. Assim, pode-se comparar, por exemplo, os valores calculados para uma carteira aos limites de aumento de temperatura do Acordo de Paris.

Gráfico 10 - Aumento de temperatura implícito
(limite superior em °C)



Fonte: BC, com dados do Climate Action Tracker.
Dados de dezembro de 2025.

A agência de classificação de crédito Moody's oferece um indicador que apresenta o impacto das considerações ASG sobre a classificação de um

Pág. 32 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 58

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

emissor ou transação. O *ESG Credit Impact Score* (CIS) é resultado de avaliação que indica o impacto das considerações ASG sobre a classificação de crédito (*rating*) de um emissor ou transação.

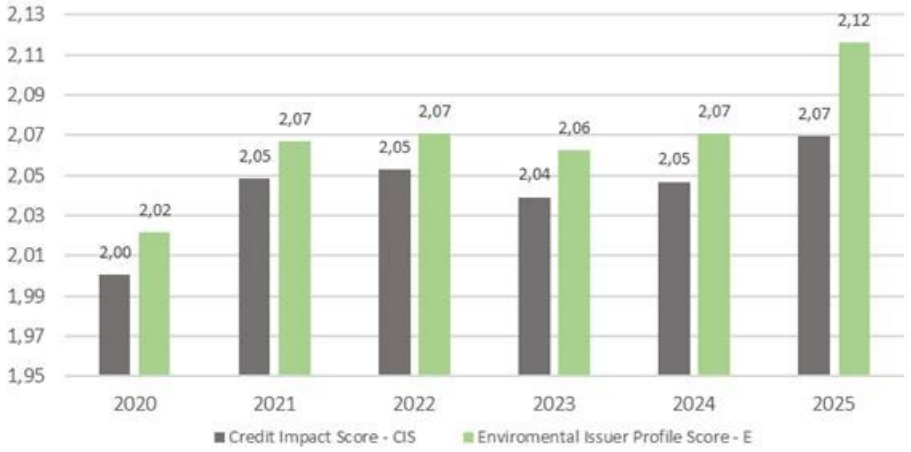
O CIS apresenta pontuação avaliada numa escala assimétrica de cinco pontos:

1) positivo (influência global positiva dos atributos ASG na classificação é material);
2) neutro a baixo (a influência global dos atributos ASG na classificação é não material);
3) moderadamente negativo (a influência global negativa dos atributos ASG na classificação é mais pronunciada que no anterior);
4) altamente negativo (a influência global negativa dos atributos ASG na classificação é mais pronunciada que no anterior); e
5) extremamente negativo (a influência global negativa dos atributos ASG na classificação é mais pronunciada que no anterior).

Importante esclarecer que, dado que as classificações (*ratings*) incorporam todos os fatores de crédito considerados pertinentes na avaliação da força relativa do crédito (os aspectos ASG são apenas alguns desses fatores), não existe uma relação direta entre uma classificação de crédito e um CIS. Uma classificação de crédito elevada não implica necessariamente um CIS positivo, nem uma classificação baixa, um CIS negativo.

O Gráfico 11 apresenta a avaliação da média do indicador CIS para os investimentos nas reservas internacionais. Também é apresentada a média do fator ambiental do referido indicador (*Environmental Issuer Profile Score – E*). De acordo com o indicador, as reservas internacionais são classificadas como CIS-2 e E-2, isto é, a influência global dos atributos ASG na classificação é considerada de neutra a baixa (não material).

Gráfico 11 – Indicador ESG *Moody's* (CIS e E)



Fonte: BC, com dados do *Moody's Investors.*
Dados de dezembro de 2025.

[1] Ver capítulo 2 (Política de Investimento) e tabelas 2.1 (Distribuição por Moedas das Reservas Internacionais) e 2.2 (Distribuição por Classes de Ativo das Reservas Internacionais) no Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, edição de 2026.

Pág. 33 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 59

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

2.3 Emissões de gases de efeito estufa

O BC adota princípios de sustentabilidade na gestão de suas instalações, com o objetivo de qualificar suas edificações para melhor aproveitamento dos recursos naturais, promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados e o descarte correto de bens móveis considerados inservíveis.

O BC reconhece a importância do uso responsável dos recursos naturais e da minimização dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Entre as ações realizadas no período de julho de 2025 a junho de 2026, destacam-se: o estudo para instalação de placas solares em todos os prédios, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do consumo de energia elétrica, identificada como a terceira mais relevante no Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE); o estudo para aprimoramento da coleta e do tratamento dos resíduos gerados nos escritórios; e iniciativas de compartilhamento de espaços e de doação de mobiliário.

2.3.1 Inventário de Gases de Efeito Estufa

O IGEE do BC é elaborado anualmente segundo a metodologia *GHG Protocol*, que é compatível com as normas da *International Organization for Standardization* (ISO), com as metodologias de quantificação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) e da Norma Brasileira (NBR) 14064, e abrange doze edifícios distribuídos nas dez sedes regionais do BC.

Entre julho de 2025 e junho de 2026, foram realizados mais dois IGEE do BC, tendo como anos-base 2022 e 2023. Observou-se a seguinte alteração significativa com relação ao IGEE de 2019: dado que desde 2022 todos os resíduos oriundos das cédulas de real retiradas de circulação passaram a ser enviados para coprocessamento de cimento, em todas as regionais do BC, essa fonte de emissão, que era a segunda maior da instituição, foi considerada eliminada – essa é considerada a prática mais sustentável de tratamento desse tipo resíduo no momento.

No que diz respeito à distribuição de numerário pelo país, principal fonte de emissão do BC (34%), treze dos vinte caminhões do BC já foram substituídos. O impacto dessa modernização, contudo, somente será percebido quando da realização dos inventários de 2026 e 2027, momento em que será devidamente reportado.

No que tange à energia elétrica, terceira principal fonte de emissões do BC (19%), foi finalizado estudo para implantação de placas solares em onze dos doze prédios inventariados. O projeto obteve aprovação da Diretoria em maio/26 e será colocado em prática nos próximos cinco anos. Além dos ganhos em termos de sustentabilidade, está sendo esperada uma economia anual de cerca de R$ 1 milhão com despesas de energia elétrica tão logo todas as placas tenham sido instaladas.

É importante mencionar que o BC já adota em todos os seus prédios diversas práticas que visam à redução de suas emissões de gases de efeito estufa, ligadas à eficiência energética, à gestão de recursos naturais, aos

Pág. 34 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 60

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

processos de compras, ao desfazimento de bens móveis e ao tratamento de resíduos. Detalhes sobre essas práticas podem ser encontrados no PGLS (Plano de Gestão de Logística Sustentável) 2025/2026 do BC.

2.3.2 Coleta seletiva

A coleta seletiva tem como objetivo realizar a destinação correta dos resíduos e a geração de renda para muitas famílias dentro do conceito de economia circular – o que é resíduo para o BC é insumo para outras atividades econômicas.

Está em fase de execução estudo para melhoria do processo de coleta seletiva e destinação dos resíduos gerados pelos escritórios do BC. Além de ajustes no processo de coleta e destinação de forma geral, estão sendo estudadas formas de conscientização e educação corporativa sobre o tema.

Em 2025, foram enviadas cerca de 59 toneladas de resíduos recicláveis para as cooperativas de catadores somente em Brasília. Considerando que cada tonelada de resíduo dessa natureza enviada para o aterro gera cerca de três toneladas de CO2e, somente em Brasília foi evitada a emissão de aproximadamente 177 toneladas de Co2e em 2025.

2.3.3 Compartilhamento de espaços dos edifícios

Outra prática de gestão eficiente dos espaços e recursos do BC é a cessão e o compartilhamento de seus prédios com outros órgãos públicos. Em 2025, a Instituição economizou cerca de R$18,2 milhões com a prática. Ao todo, 34 cessionários ocupam de 10% a 40% dos edifícios, a depender da região, à exceção de Brasília.

A cessão e o compartilhamento de imóveis proporcionaram melhor utilização dos espaços, otimização dos processos de contratações de serviços e aquisições, rateio das despesas (serviços de água e esgoto, energia elétrica, vigilância, manutenção e conservação de bens imóveis, entre outros) e redução de custos com locação de imóveis por parte dos cessionários.

Pág. 35 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 61

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

2.4 Evoluções Regulatórias

2.4.1 Evolução regulatória da agenda climática: ativos de sustentabilidade, Fundo Nacional para Mudança do Clima (FNMC) e Programa Eco Invest Brasil

As atualizações regulatórias aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em 2025 delineiam um conjunto integrado de medidas destinadas a fortalecer a infraestrutura contábil, operacional e financeira relacionada ao financiamento climático no Sistema Financeiro Nacional. Esse conjunto normativo, composto pelas Resoluções CMN nº 5.252/2025, nº 5.250/2025 e nº 5.240/2025, introduz bases conceituais para o reconhecimento de ativos e passivos de sustentabilidade, ajusta mecanismos de blended finance e mobilização de capital externo no âmbito do Programa Eco Invest Brasil e atualiza os encargos financeiros aplicáveis aos financiamentos com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, formando um arcabouço regulatório coerente para ampliar a efetividade e a rastreabilidade das operações voltadas à transição climática.

A Resolução CMN nº 5.252/2025 estabelece a fundamentação contábil que governa o tratamento de ativos e passivos de sustentabilidade pelas instituições financeiras. O normativo define ativo de sustentabilidade como um ativo não financeiro, incorpóreo e transferível, originado com o propósito de promover sustentabilidade social, ambiental ou climática, incluindo aqueles destinados à prevenção, controle, redução ou remoção de emissões de gases de efeito estufa. Define também o passivo de sustentabilidade como obrigação relacionada ao cumprimento de compromissos de sustentabilidade, cuja liquidação pode ocorrer por meio de ativos de sustentabilidade. A resolução delimita seu escopo de aplicação e exclui determinados segmentos, como administradoras de consórcio e instituições de pagamento, que devem observar a Resolução BCB nº 513/2025, de teor semelhante ao da Resolução CMN nº 5.252/2025.

Os critérios de reconhecimento e mensuração definidos pela Resolução nº 5.252/2025 fornecem parâmetros objetivos para a contabilização dos ativos de sustentabilidade pelas instituições financeiras. O normativo determina que esses ativos somente podem ser reconhecidos quando concedidos por órgão governamental ou certificados por entidade qualificada, estabelecendo requisitos mínimos de competência técnica e independência para as certificadoras. A mensuração inicial deve ocorrer pelo custo, pelo preço de aquisição ou pelo valor justo, conforme a origem do ativo, e a classificação deve ser realizada nas categorias de aposentação ou negociação. Regras adicionais tratam da reclassificação entre categorias, da baixa dos ativos e do reconhecimento dos resultados, assegurando consistência entre o reconhecimento contábil e os objetivos ambientais de cada operação.

A mesma resolução disciplina o tratamento dos passivos de sustentabilidade e institui exigências detalhadas de evidenciação contábil que reforçam a transparência e a rastreabilidade das operações. A

Pág. 36 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 62

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

mensuração da parcela do passivo coberta por ativos deve refletir o valor contábil dos ativos destinados à liquidação da obrigação, enquanto a parcela não coberta deve ser mensurada pela melhor estimativa de saída de recursos. O normativo exige divulgação, em notas explicativas, de políticas contábeis, valores reconhecidos, ganhos ou perdas decorrentes de ajustes a valor justo e exposições relevantes. Determina ainda que o Banco Central poderá exigir ajustes nos modelos de avaliação adotados pelas instituições e estabelece requisitos de guarda documental por no mínimo cinco anos, com entrada em vigor prevista para 1º de janeiro de 2027.

A Resolução CMN nº 5.250/2025 introduz ajustes essenciais nas regras de operação da Linha Eco Invest Brasil, ampliando a robustez dos instrumentos de financiamento climático e dos mecanismos de blended finance. O normativo atualiza condições aplicáveis às sublinhas de financiamento parcial, liquidez, apoio à oferta de derivativos cambiais e estruturação de projetos, impondo a obrigação de comprovar a aplicação dos recursos em projetos elegíveis no prazo máximo de vinte e quatro meses. Em caso de aplicação irregular ou desvio de finalidade, os recursos deverão ser devolvidos acrescidos da taxa Selic mais 1,5% ao ano. A resolução também detalha critérios e cronogramas de mobilização de capital externo via operações de participações societárias, estabelecendo percentuais mínimos e prazos de aporte, bem como procedimentos de prorrogação em projetos mais complexos.

As exigências operacionais e os parâmetros financeiros definidos para o Eco Invest Brasil estruturam um modelo de governança para a mobilização de investimentos compatíveis com a transição climática. As instituições financeiras devem comprovar aportes de 25% do investimento previsto em até vinte e quatro meses, de 75% em até trinta e seis meses e de 100% em até sessenta meses, com possibilidade de extensão mediante avaliação do Ministério da Fazenda. O normativo impõe a obrigação de reinvestimento em caso de vencimento antecipado das operações, limita a remuneração da instituição financeira a até 4% ao ano e fixa em 1% ao ano a remuneração da Linha Eco Invest. São elegíveis empresas inovadoras, em expansão ou spin-offs corporativos, e as características específicas de cada leilão serão definidas pelo Ministério da Fazenda, reforçando a governança pública aplicada aos instrumentos de financiamento climático.

A Resolução CMN nº 5.240/2025 atualiza os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, ajustando preços e incentivos para diferentes finalidades climáticas. A norma define encargos de 6,50% ao ano para diversas finalidades do FNMC, incluindo novas fontes renováveis, energia eólica, biomassa, eficiência energética, redes elétricas e armazenamento de energia, e encargos de 9,50% ao ano para projetos de energia solar. Para a finalidade específica prevista no inciso V do art. 1º da Resolução nº 5.095, estabelece encargo de 1% ao ano. O cálculo da taxa final de juros deve observar a conversão dos encargos em fatores e sua posterior multiplicação, disciplinando de forma precisa a formação de preços nas operações financiadas com recursos do FNMC.

O conjunto normativo formado pelas Resoluções CMN nº 5.252, 5.250 e 5.240 representa um avanço substancial na consolidação da estrutura regulatória necessária para apoiar o financiamento climático no Sistema

Pág. 37 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 63

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

Financeiro Nacional. Ao estabelecer critérios contábeis específicos para ativos e passivos de sustentabilidade, ajustar mecanismos operacionais de blended finance e atualizar encargos aplicáveis aos financiamentos com recursos do FNMC, essas normas reforçam a coerência entre a política pública climática, as práticas contábeis das instituições financeiras e os instrumentos financeiros de apoio à transição ambiental. Esse alinhamento contribui para ampliar a transparência, garantir o uso adequado dos recursos destinados à agenda climática e fortalecer a governança das operações vinculadas às metas de mitigação e adaptação às mudanças do clima.

2.4.2 Monitoramento e Fiscalização do Crédito Rural por Sensoriamento Remoto (Resolução CMN nº 5.267/2025)

A Resolução CMN nº 5.267/2025 introduz uma atualização normativa abrangente no Manual de Crédito Rural (MCR) ao estabelecer novas regras para o monitoramento e a fiscalização das operações de crédito rural. Publicada em 28 de novembro de 2025, a resolução altera a Seção 7 do Capítulo 2 do MCR e determina que as instituições financeiras são integralmente responsáveis por definir e aplicar procedimentos de fiscalização consistentes, verificáveis e devidamente documentados, com metodologias claras e passíveis de avaliação pelo Banco Central do Brasil. A norma entrou em vigor em 1º de março de 2026, reforçando o caráter regulatório e prudencial das práticas de monitoramento do crédito rural.

A norma detalha a finalidade da fiscalização ao orientar instituições financeiras a avaliar a condução do empreendimento financiado e identificar possíveis irregularidades desde a contratação até a liquidação da operação. As instituições devem verificar a adequação das garantias, a compatibilidade do financiamento com a linha ou programa correspondente e a observância da finalidade do crédito, utilizando mecanismos como mapeamento de carteira, cruzamento de informações e indicadores de risco. Essas determinações articulam-se com os conteúdos apresentados na seção Regulação e Supervisão do relatório, que destacam o papel crescente de dados e tecnologias avançadas no fortalecimento da supervisão do crédito rural e na mitigação de riscos socioambientais associados às operações financiadas.

Os métodos de fiscalização definidos pela resolução reforçam a importância crescente do sensoriamento remoto como ferramenta central para supervisão das operações de crédito rural. A norma admite três abordagens — sensoriamento remoto, análise documental e fiscalização presencial — exigindo que o sensoriamento remoto atenda a padrões mínimos de qualidade, incluindo parâmetros de resolução espacial, temporal, espectral e radiométrica. A documentação deve registrar informações técnicas sobre satélite, sensor, data das imagens, bandas utilizadas e a metodologia aplicada, e essas verificações devem ser realizadas tanto antes da contratação quanto durante o ciclo produtivo, conforme as características do empreendimento financiado.

A resolução estabelece critérios específicos para a obrigatoriedade do uso do sensoriamento remoto em operações de maior porte e detalha as verificações mínimas exigidas para avaliação da conformidade do empreendimento financiado. As operações contratadas a partir de 1º de março de 2026 com área superior a trezentos hectares estão sujeitas obrigatoriamente ao uso de sensoriamento remoto, que deve verificar aptidão da área, presença

Pág. 38 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 64

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Documento gerado pelo Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) em 18/05/2026 10:10:05

de vegetação nativa e possíveis duplicidades de crédito antes da contratação. Durante a execução do financiamento, devem ser avaliadas a compatibilidade entre a atividade financiada e a atividade efetivamente realizada, o cumprimento dos períodos de plantio e colheita, a coincidência entre área financiada e área efetivamente utilizada e a conformidade com o MCR 2-9, que trata de restrições ambientais. A norma também disciplina a análise de áreas contínuas ao empreendimento e a aplicação das regras a atividades de pecuária, permitindo inclusive a contagem de animais por meios remotos.

As diretrizes complementares da resolução reforçam a necessidade de governança robusta e gestão adequada de riscos pelas instituições financeiras em todas as etapas da operação. A norma exige que as instituições mantenham políticas, estratégias e metodologias formalizadas para o monitoramento e a fiscalização, incluindo rotinas de identificação de irregularidades e indicadores de desvio de crédito. As amostragens devem seguir critérios estatísticos, e especialistas externos podem ser contratados para execução das fiscalizações, desde que não haja conflito de interesses com a atuação do mutuário. A resolução também disciplina procedimentos para operações envolvendo máquinas, equipamentos, benfeitorias e atendimento a cooperados, além de prever a comunicação obrigatória ao Ministério Público em caso de indícios de ilícitos e a manutenção dos registros à disposição do Banco Central.

Ao fortalecer processos de monitoramento tecnológico e ampliar requisitos de fiscalização, a resolução encontra complemento nas iniciativas descritas na subseção dedicada ao Projeto Geotec dentro da seção de Regulação e Supervisão. A norma corrobora o movimento de modernização regulatória conduzido pela instituição, alinhando-se à evolução das ferramentas de supervisão por geotecnologias, que ampliam a capacidade institucional de monitorar riscos socioambientais, promover conformidade territorial e aumentar a efetividade das políticas públicas de financiamento agrícola.

2.4.3 Atualizações regulatórias de crédito rural: linha emergencial e Proagro

As atualizações regulatórias do crédito rural aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em 2025 introduzem medidas emergenciais e ajustes estruturais destinados a mitigar impactos climáticos, apoiar a recuperação financeira dos produtores rurais e preservar a sustentabilidade do Proagro. Essa pauta normativa concentra-se na criação e no aperfeiçoamento de uma linha de crédito emergencial voltada à liquidação ou amortização de operações afetadas por eventos adversos e na definição de metodologia atuarial para bloqueio dinâmico de enquadramentos no Proagro, formando um conjunto integrado de medidas de estabilização financeira e mitigação de riscos no Sistema Nacional de Crédito Rural.

A criação da linha emergencial pela Resolução CMN nº 5.247/2025 estabelece instrumento financeiro voltado ao alívio imediato do endividamento rural decorrente de eventos climáticos adversos. A norma institui linha de crédito com recursos supervisionados pelo Ministério da Fazenda ou recursos livres das instituições financeiras, destinada à liquidação ou amortização de operações de custeio, investimento e CPRs contratadas ou emitidas até 30 de junho de 2024. A elegibilidade está condicionada à ocorrência de calamidade pública ou situação de emergência no município do empreendimento, à comprovação de perdas recorrentes nas principais atividades agrícolas e à demonstração de

Pág. 39 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 65

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Para verificar a autenticidade deste documento acesse https://www3.bcb.gov.br/sgdweb/ e informe o código 192026
Público

dificuldades de fluxo de caixa associadas aos eventos adversos, permitindo que produtores e cooperativas de produção agropecuária restabeleçam condições mínimas de equilíbrio financeiro para continuidade de suas atividades.

Os ajustes introduzidos pela Resolução CMN nº 5.257/2025 ampliam o alcance da linha emergencial ao atualizar critérios de elegibilidade e incluir situações recorrentes de calamidade climática. A alteração permite o enquadramento de empreendimentos localizados em municípios que tenham decretado calamidade pública ou emergência em pelo menos três anos entre 2020 e 2024, ajusta prazos de referência para verificação de inadimplência e renegociação e aprimora condições de contratação e comprovação de perdas. Com isso, a linha emergencial torna-se mais responsiva às realidades produtivas de regiões mais afetadas por eventos extremos, permitindo que produtores com sucessivas perdas agrícolas tenham acesso ao mecanismo de recomposição financeira previsto na política de crédito rural.

As condições operacionais da linha de crédito emergencial definidas pela Resolução CMN nº 5.247/2025 estabelecem limites diferenciados por perfil de mutuário e disciplinam encargos, prazos e fontes de recursos. Os limites máximos variam entre R$ 250 mil para beneficiários do Pronaf, R$ 1,5 milhão para beneficiários do Pronamp e valores superiores para produtores de maior porte e cooperativas, obedecendo a critérios cumulativos de enquadramento. O prazo de reembolso pode alcançar até nove anos, e a contratação foi permitida até 10 de fevereiro de 2026. A remuneração das fontes é definida de acordo com o perfil do mutuário, e o BNDES atua como operador direto ou indireto dos recursos, observando proporcionalidade na alocação conforme a carteira dos municípios elegíveis. Para operações inadimplentes, a contratação exige quitação prévia dos encargos financeiros devidos, e a linha com recursos livres segue parâmetros de negociação bilateral entre mutuário e instituição financeira, com prazo de contratação até 15 de dezembro de 2026.

A Resolução CMN nº 5.275/2025 introduz a metodologia de bloqueio dinâmico ao enquadramento de operações no Proagro, com o objetivo de preservar a solvência do programa diante de riscos crescentes. A medida cria a Seção 13 do Capítulo 12 do MCR e define critérios atuariais baseados na relação entre o Adicional não Ganho (AnG), as Perdas Comunicadas (PC) e o orçamento disponível do Proagro (OrçDisp). Quando os valores de AnG e PC ultrapassam patamares definidos, a metodologia impõe bloqueio regionalizado — atingindo conjuntos de municípios responsáveis por percentuais específicos das perdas — ou bloqueio integral, caso o comprometimento se aproxime do limite máximo previsto. A norma visa equilibrar o risco assumido com a capacidade orçamentária do programa, protegendo sua operação e continuidade.

A metodologia do bloqueio dinâmico organiza o cálculo atuarial e o acompanhamento periódico do risco, fortalecendo os mecanismos de gestão do Proagro. O cálculo do AnG considera valores enquadrados sem perdas, alíquotas de equilíbrio e fator de decaimento do risco, enquanto o cálculo do PC utiliza valores enquadrados com perdas e índices médios de indenização estimada. O Banco Central deve atualizar os parâmetros quinzenalmente e compartilhar as informações com órgãos da política agrícola, permitindo avaliação prévia de eventuais aportes adicionais antes da adoção dos bloqueios. Os municípios bloqueados podem retornar ao enquadramento quando cessarem as condições que

Pág. 40 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 66

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Assinatura para autenticação do documento: 109[illegible] 16:[illegible]

motivaram a restrição, e os valores de risco estimado e perdas comunicadas devem receber provisionamento contábil específico para assegurar o adequado acompanhamento da solvência do Proagro.

2.4.4 Ampliação da divulgação de informações por entidades reguladas

Em 4 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil (BCB) divulgou o Edital de Consulta Pública nº 127/2025, estruturado como minuta de Resolução BCB.

A iniciativa busca ampliar o alinhamento do Sistema Financeiro Nacional aos padrões internacionais, expandindo o escopo das informações divulgadas no âmbito do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (Relatório GRSAC), introduzindo requisitos quantitativos e aprimorando os qualitativos.

Para tanto, foram adotados como referência padrões internacionais de divulgação de informações sobre risco climático, com destaque para:

- Padrões de Clima do *International Sustainability Standards Board* (ISSB): abrange as normas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) conhecidas como IFRS S2, desenvolvidas pelo ISSB[1], vinculado à *IFRS Foundation*;
- Documento específico do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS): contempla os requisitos para aprimorar o arcabouço prudencial de Pilar 3, estabelecendo diretrizes para a divulgação voluntária de informações qualitativas e quantitativas sobre riscos climáticos[2].

A consulta pública promoveu um amplo debate com a sociedade e o setor regulado entre 4 de novembro de 2025 e 13 de fevereiro de 2026. Ao todo, o BCB recebeu 266 contribuições categorizadas como válidas, além de três sugestões classificadas como fora do escopo.

Ao fortalecer a transparência dos mecanismos de gerenciamento de riscos adotados pelas instituições reguladas, a iniciativa aprimora a disciplina de mercado no Brasil.

A publicação do normativo final está prevista para o segundo semestre de 2026.

[1] Esses padrões foram publicados em junho de 2023 e são conhecidos como *IFRS S2 Climate-related Disclosures.*
[2] Esses requisitos estão descritos no documento do BCBS de junho de 2025: *A Framework for the voluntary disclosure of climate-related financial risks.* https://www.bis.org/bcbs/publ/d597.htm

Pág. 41 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 67

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

3 Pessoas

3.1 Relacionamento do BC com a sociedade

3.1.1 Novo Museu de Valores: integração entre os temas educação financeira, economia, meios de pagamento e sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos princípios fundamentais que norteou o desenvolvimento do novo Museu de Valores, cuja inauguração está prevista para 2027. Esse tema é um dos pilares do novo espaço e atuará de forma transversal, sendo abordado ao longo de toda a exposição.

Além disso, a sustentabilidade será incorporada às práticas do próprio museu, servindo como um convite para que os visitantes adotem hábitos mais sustentáveis em seu dia a dia.

O tema aparecerá em diversos momentos ao longo da visita, com destaque para atrações interativas em formato de jogos e exposições temáticas. Essas experiências incentivam o público a refletir sobre os desafios envolvidos no desenvolvimento sustentável.

A proposta é mostrar ao visitante como é complexo alcançar o equilíbrio entre crescimento econômico e sustentabilidade, sem negligenciar as questões sociais. Dessa forma, o público poderá compreender, de maneira simples e acessível, a importância de construir um mundo mais justo e sustentável.

Nesse contexto, cabe destacar que as etapas estruturantes do projeto foram concluídas com êxito. A reforma civil do espaço foi finalizada, resultando em uma infraestrutura moderna, acessível e alinhada aos princípios de sustentabilidade que orientam a iniciativa. Paralelamente, o restauro das obras e a aquisição de novos itens de acervo foram concluídos, ampliando e qualificando o conteúdo expositivo. A proposta curatorial também foi integralmente desenvolvida, assegurando a integração dos temas — Educação Financeira, Economia, História dos Meios de Pagamento e Sustentabilidade — em experiências consistentes e de alta qualidade para o público.

Pág. 42 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Com essas entregas consolidadas, iniciamos agora os preparativos para a montagem das atrações que darão vida a esse novo espaço. Essa etapa envolve a implementação das soluções expográficas, a instalação dos recursos interativos e a organização dos ambientes de visitação, sempre com foco na experiência do público. O objetivo é oferecer uma jornada envolvente, educativa e inspiradora, em que os visitantes poderão interagir com os conteúdos e refletir sobre seu papel na construção de um futuro mais sustentável.

3.1.2 Atendimento ao Cidadão

O relacionamento com a sociedade tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), mediante a mitigação de riscos econômicos e o fortalecimento da transparência. Nesse contexto, o atendimento ao cidadão, a oferta de serviços digitais e a análise de reclamações configuram importantes instrumentos de supervisão e de disseminação de informações. Tais iniciativas buscam apoiar o cidadão, enquanto participante do SFN, na tomada de decisões relacionadas à sua vida financeira. A melhoria contínua de todos os instrumentos de relacionamento com a sociedade é um processo adotado pelo BC.

A Carta de Serviços do BC reúne informações sobre serviços oferecidos ao cidadão e as formas de acesso a esses serviços. Com o propósito de facilitar a utilização desses serviços e o acesso às informações disponíveis ao cidadão, o BC organizou e concentrou essas funcionalidades no Portal Meu BC, de forma estruturada e segura.

Em junho de 2025, foi lançada a área logada do Meu BC, que passou a centralizar os principais serviços que possuem dados sigilosos do cidadão. Destaca-se, nesse contexto, o novo Registrato, reformulado para ficar mais moderno, simples e com uma jornada do usuário atualizada, além da criação da Central de Autorizações do Registrato.

Por meio do Registrato, os cidadãos podem consultar suas informações financeiras pessoais de forma rápida, simples e segura, sem a necessidade de atendimento humano. Em 2025, foram emitidos aproximadamente 21,3 milhões de relatórios pelos usuários do sistema. O maior volume mensal ocorreu em janeiro, com mais de 2,8 milhões de relatórios emitidos.

Também disponível na área logada do Meu BC, o Sistema de Valores a Receber (SVR) registrou, em 2025, cerca de 20 milhões de consultas públicas e 1,4 milhão de solicitações de devolução de valores. Informações adicionais sobre o SVR podem ser consultadas no sítio do BC.

Os principais canais de atendimento utilizados pelo cidadão são o serviço Fale Conosco, destinado ao registro de demandas pela internet; e o telefone 145, disponível, em 2025, nos dias úteis, das 8h às 18h.

Por meio desses e outros canais, o BC recebe da sociedade pedidos de informação, reclamações contra bancos e outras entidades supervisionadas, além de demandas de ouvidoria. Em 2025, foram recebidos 1,4 milhão de pedidos de informação e reclamações contra bancos e outras entidades supervisionadas.

Pág. 43 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

A satisfação dos usuários é monitorada por meio de pesquisas realizadas nos canais de atendimento. Em 2025, no atendimento telefônico 145, das 261.735 chamadas atendidas – que resultaram em 266.581 demandas registradas – cerca de 61% dos usuários responderam à pesquisa sobre a qualidade do atendimento e mais de 90% das avaliações consideraram o serviço bom ou ótimo. Na internet, 57.728 pesquisas de satisfação foram encaminhadas aos demandantes de pedidos de informação e 5,3% dessas pesquisas foram respondidas. Em média, 77% dos respondentes atribuíram grau bom ou ótimo na avaliação.

3.1.3 Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpacto)

A Estratégia Nacional da Economia de Impacto (Enimpacto), relançada em agosto de 2023, incentiva negócios e investimentos no Brasil que buscam equilibrar resultados financeiros com a geração de impactos sociais e ambientais positivos. A política pública, liderada pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), é executada pelo Departamento de Novas Economias do Ministério em parceria com o comitê paritário de 52 instituições de esferas governamentais, privadas e da sociedade civil.

Entre julho de 2025 e junho de 2026, o Banco Central do Brasil (BCB) manteve atuação técnica e contínua no âmbito da Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpacto), com contribuição concentrada nos Grupos de Trabalho GT1 dedicado ao fomento ao investimento de impacto) e GT4, com foco no ambiente regulatório.

No GT1, participamos de iniciativas voltadas à ampliação da oferta de capital e ao fortalecimento do ecossistema, incluindo discussões sobre instrumentos de financiamento e apoio a plataformas estruturantes. Na COP30, o BCB contribuiu com a realização do evento de lançamento do Portal Impacta Brasil, que é uma vitrine virtual criada para conectar investidores nacionais e internacionais a negócios de impacto socioambiental positivo de todo o país.

No GT4, a atuação concentrou-se no aperfeiçoamento do arcabouço normativo, com destaque para contribuições a debates técnicos sobre regulação de crowdfunding e integração com agendas regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), refletindo a necessidade de atualização das regras frente ao crescimento do mercado e à entrada de novos agentes.

Ao longo do período, a participação do BCB nas reuniões técnicas e trimestrais da Enimpacto reforçou seu papel institucional na promoção de um ambiente financeiro mais inclusivo, inovador e alinhado aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Pág. 44 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 70

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

3.2 Cidadania financeira

A seção de Cidadania Financeira reúne as principais iniciativas do Banco Central voltadas ao fortalecimento da educação financeira, à ampliação da proteção do cidadão e ao aprimoramento do diálogo com a sociedade sobre temas relacionados à vida financeira.

3.2.1 Programa Aprender Valor

A agenda de cidadania financeira apresentada no relatório anterior reafirmou a educação financeira como política pública estruturante para o fortalecimento do bem-estar econômico e da autonomia dos cidadãos. Ao reconhecer que a formação de competências financeiras desde os primeiros anos escolares é essencial para apoiar o uso consciente de produtos e serviços financeiros, o programa Aprender Valor consolidou-se como continuidade e aprofundamento dessa agenda. A ampliação do programa em 2025 e as novas cooperações institucionais reforçaram o papel estratégico do BC na difusão do letramento financeiro, como a capacidade do cidadão de cuidar do seu dinheiro, fazer escolhas conscientes e evitar problemas financeiros, e na construção de relações mais seguras e informadas entre o cidadão e o Sistema Financeiro Nacional.

O Aprender Valor consolidou-se como uma das principais iniciativas do Banco Central para fortalecer a cidadania financeira em âmbito nacional. Em 2025, o programa alcançou mais de 140 mil profissionais de ensino cadastrados e passou a integrar mais de 27 mil escolas, evidenciando sua crescente representatividade nas diversas regiões do país. Estruturado no tripé PLA-POU-CRÉ (planejar o uso do dinheiro, poupar de forma planejada e constante, e usar o crédito de modo consciente), o Aprender Valor integra formação docente, projetos pedagógicos e avaliações de aprendizagem, além de promover habilidades socioemocionais, como fazer um orçamento, controlar gastos, planejar compras e manter as contas em dia, fortalecendo a educação financeira como componente transversal, ou seja, que passa a integrar várias matérias da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os relatos de educadores de diferentes regiões indicaram impactos positivos no desenvolvimento de habilidades relacionadas ao planejamento, à organização de recursos e ao uso consciente do dinheiro, reforçando o compromisso institucional com a educação financeira desde as etapas iniciais da vida escolar.

A adesão ampliada de docentes e escolas evidenciou a capacidade do programa de promover transformações pedagógicas e sociais no ambiente escolar e familiar. Experiências relatadas mostraram a incorporação da educação financeira a atividades curriculares e extracurriculares, estimulando debates sobre planejamento financeiro dentro e fora da sala de aula. A metodologia do Aprender Valor mostrou-se de fácil integração ao ensino interdisciplinar previsto na BNCC e contribuiu para mudanças de mentalidade entre alunos e famílias, fortalecendo o papel dos professores como agentes centrais do letramento financeiro, e dos estudantes como agentes de multiplicação do conhecimento para suas famílias.

A expansão institucional do Aprender Valor foi fortalecida pelo acordo de

Pág. 45 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

cooperação técnica firmado com o Ministério da Educação (MEC) em 1º de outubro de 2025. Esse acordo integrou o programa ao "Na Ponta do Lápis", iniciativa do MEC voltada à educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária na rede pública, estabelecendo a plataforma Aprender Valor como referência recomendada às redes de ensino. A parceria, prevista para cinco anos, ampliou o alcance dos materiais educativos e consolidou a Matriz de Competências de Letramento Financeiro do Aprender Valor como documento nacional orientador das habilidades a serem desenvolvidas ao longo da vida escolar. No âmbito da parceria, o BC tem colaborado com o MEC na revisão de documentos orientadores do Na Ponta do Lápis, no fornecimento de indicadores de implementação da educação financeira nas escolas e na divulgação do programa do MEC para as redes de ensino participantes do Aprender Valor.

O fortalecimento dos canais de comunicação e dos recursos pedagógicos aumentou a disseminação de informações e a interação com a comunidade escolar. O lançamento do canal oficial no WhatsApp, em 7 de outubro de 2025, criou meio seguro e autenticado para comunicação com professores e gestores, com conteúdos de apoio e orientação. Além disso, o programa prevê a ampliação para o ensino médio a partir de 2026, reforçando sua contribuição para a formação de cidadãos financeiramente conscientes. A expansão será possível com o apoio de parceiros institucionais, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O reconhecimento institucional de educadores e escolas reforçou a consolidação do Aprender Valor como política pública nacional. No 2º Evento de Educação Financeira da Anbima, realizado em 6 de agosto de 2025, foram anunciadas premiações a professores, escolas e redes de ensino com elevado engajamento no ciclo 2024. A diversidade regional dos reconhecidos evidenciou a capilaridade do programa e seu impacto em diferentes contextos educacionais, com reflexos positivos na gestão escolar, na inovação pedagógica e no compromisso com escolhas financeiras responsáveis.

3.2.2 Cidadania Financeira - Gestão de vulnerabilidades

A agenda de cidadania financeira destacou a necessidade de ampliar a proteção do cidadão nas interações com o Sistema Financeiro Nacional. A ênfase recaiu sobre segurança digital, transparência e acesso a serviços capazes de prevenir fraudes e ampliar o controle individual sobre informações sensíveis. Nesse contexto, o lançamento do BC PROTEGE+, em 1º de dezembro de 2025, representou a continuidade lógica dessa agenda ao oferecer ferramenta para ajudar o cidadão a se proteger contra aberturas indevidas de contas ou inclusões de titularidade em contas de terceiros sem consentimento.

O lançamento do BC PROTEGE+ constituiu avanço institucional relevante na proteção ao cidadão. O serviço está disponível na página Meu BC no site

Pág. 46 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 72

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

do Banco Central. Ao ativar a proteção, o cidadão indica que ele ou empresa vinculada a ele não tem interesse em abrir contas naquele momento. Todas as instituições supervisionadas são obrigadas a consultar a opção registrada pelo cidadão.

O funcionamento do BC PROTEGE+ aumentou a autonomia e o controle direto do usuário sobre suas informações. O serviço é gratuito, online e pode ser usado para contas correntes, de poupança e de pagamento pré-pagas. A ativação e a desativação da proteção exigem conta gov.br nível prata ou ouro e autenticação em duas etapas. O sistema também informa o histórico de consultas, de forma que o cidadão pode ver qual instituição consultou seu CPF ou CNPJ e o motivo da consulta. Ao consultar o BC PROTEGE+, as instituições só recebem uma informação: se o serviço está ativado ou desativado. Nenhum dado pessoal é compartilhado.

A iniciativa contribuiu para o fortalecimento da cidadania financeira ao ampliar instrumentos de prevenção a fraudes e reforçar a segurança das relações financeiras. O BC PROTEGE+ proporciona uma jornada digital simplificada, possibilitando ao cidadão acessar e utilizar o serviço de forma fácil, totalmente pela internet e com etapas reduzidas. A iniciativa atua como camada adicional de segurança ao complementar procedimentos de verificação de identidade já previstos na regulamentação, reforçando a transparência e a prevenção de fraudes associadas ao uso indevido de identidade.

3.2.3 Publicação do Relatório de Cidadania Financeira

O Relatório de Cidadania Financeira (RCF) é uma das principais publicações do Banco Central do Brasil voltadas à compreensão da relação do cidadão com o sistema financeiro. Publicado em abril de 2025, a nova versão do RCF apresenta um panorama da cidadania financeira no país a partir de quatro pilares: inclusão, educação, proteção e participação. A nova edição combina essa visão geral com análises específicas sobre diferentes públicos — como população de baixa renda, jovens e microempreendedores individuais — e sobre produtos financeiros relevantes, como cartão de crédito, consignado e consórcio.

O RCF também incorpora discussões sobre o conceito e mensuração de bem-estar financeiro, além de abordar temas como qualidade da inclusão, superendividamento, inovação, educação financeira e comunicação institucional. A partir de uma abordagem centrada no cidadão, o relatório utiliza dados do BC para analisar o sistema financeiro sob a perspectiva de seus usuários, complementando outras publicações institucionais. Entre os principais achados da edição de 2025, destacam-se o elevado nível de inclusão financeira no país — com mais de 96% da população adulta com acesso a contas — e os desafios relacionados à qualidade do uso do crédito, incluindo o crescimento do uso de modalidades com juros elevados. O relatório também traz, pela primeira vez, recortes por gênero e raça, ampliando a compreensão das desigualdades no acesso e uso de serviços financeiros e contribuindo para o desenho de políticas mais equitativas.

3.2.4 13ª Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF)

A Semana ENEF é uma campanha anual coordenada pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) que promove, em todo o país, iniciativas

Pág. 47 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

gratuitas que representam um esforço coletivo pela educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal. A iniciativa conta com a participação de instituições públicas e privadas, com o objetivo de compartilhar conhecimentos, estimular atitudes e comportamentos e construir uma base sólida para a tomada de decisões financeiras no longo prazo por parte de todos os brasileiros.

A 13ª edição da Semana ENEF foi organizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), instituição que exerce a presidência rotativa do FBEF até 2026. O evento foi realizado entre os dias 18 e 24 de maio de 2026, com o tema "Educação Financeira: construindo um futuro com longevidade e prosperidade". A programação contou com iniciativas presenciais, virtuais e híbridas, abrangendo diferentes públicos e temas relacionados à cidadania financeira, como planejamento para a longevidade, inclusão financeira, segurança financeira, autonomia e tomada de decisão.

A participação do Banco Central do Brasil destacou-se com o evento "Finanças, cidadania e bem-estar: os desafios das mulheres no Brasil", que promoveu o debate sobre desigualdades de gênero e raça no acesso a serviços financeiros. Os palestrantes trouxeram evidências de estudos e pesquisas do Banco Central e Sebrae sobre o tema e abordaram os desafios enfrentados pelas mulheres no exercício de sua cidadania financeira.

Durante a semana, o BC também lançou uma nova versão do Portal Cidadania Financeira, com linguagem simplificada, visual atualizado e orientações mais práticas ao cidadão, reforçando o compromisso com a democratização do acesso à informação e com o fortalecimento do letramento financeiro da população.

A Semana ENEF mantém-se como uma das principais iniciativas nacionais de promoção da educação financeira, contribuindo para a articulação entre diferentes agentes e para a disseminação de conhecimentos e práticas que favoreçam o bem-estar financeiro e o exercício pleno da cidadania financeira no país.

3.3 Diversidade, aprendizagem e políticas de bem-estar

A seção de Diversidade, aprendizagem e políticas de bem-estar consolida as iniciativas do Banco Central voltadas ao fortalecimento do ambiente organizacional, à promoção da diversidade e à valorização das pessoas que integram a instituição. São apresentados os avanços na agenda de diversidade, equidade e inclusão, e a seção também aborda as ações de aprendizagem e gestão do conhecimento conduzidas pela Universidade Banco Central, e as iniciativas da Escola de Liderança voltadas a competências de inovação, gestão da mudança e relacionamento com equipes. Complementam o panorama as ações de promoção do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho, com destaque para o Programa de Saúde Mental e Bem-Estar, as rodas de conversa do Balanço Alimentar e a consolidação da política de enfrentamento ao assédio e à discriminação.

Pág. 48 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

3.3.1 Diversidade

O Banco Central criou, por meio da Resolução BCB nº 479/2025, o GTI Diversidade — grupo de trabalho interdepartamental para elaborar proposta de política institucional e estruturar plano de ação voltado à promoção da diversidade, equidade e inclusão. O diagnóstico elaborado pelo GTI Diversidade evidenciou que a efetividade da agenda depende de sua institucionalização por meio de estruturas formais e estratégias consistentes. A análise de práticas nacionais e internacionais indicou que avanços sustentáveis em diversidade, equidade e inclusão estão associados à existência de políticas corporativas claras, governança estruturada, mecanismos permanentes de monitoramento e equipes dedicadas. A partir desses insumos, o grupo apresentou recomendações ao GRC que incluíram a incorporação da agenda DEI[5] ao planejamento estratégico, a definição de metas de representatividade, a priorização de ações de letramento e capacitação, o fortalecimento de ambientes seguros e a ampliação de instrumentos de prevenção e enfrentamento ao assédio.

3.3.2 Política de Diversidade, Equidade e Inclusão do Banco Central do Brasil – PDIBC

A aprovação da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão do Banco Central do Brasil (PDIBC) representa a consolidação de uma trajetória institucional de amadurecimento da agenda de diversidade. A política, aprovada pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC) em dezembro de 2025, estabelece princípios, diretrizes e objetivos voltados à promoção de um ambiente organizacional mais inclusivo, seguro e representativo. Sua formulação resultou dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interdepartamental (GTI Diversidade), instituído pela Resolução BCB nº 479/2025, que estruturou a proposta com base em benchmarkings, análises técnicas e contribuições de áreas internas, especialistas externos e grupos de afinidade vinculados ao Programa de Diversidade e Inclusão (PDI).

Os objetivos da PDIBC estruturam a atuação institucional voltada à promoção de ambientes acolhedores e ao enfrentamento de desigualdades. Esses objetivos incluem o estímulo à participação de grupos minorizados em espaços decisórios, o engajamento de lideranças e equipes em ações de diversidade e a integração dos princípios da política à cultura e à estratégia institucional. Os princípios da PDIBC estabelecem as bases conceituais para sua implementação e reforçam o compromisso institucional com ambientes inclusivos. Entre esses princípios estão o respeito à dignidade da pessoa humana, a valorização da diversidade, o compromisso com a equidade e a inclusão, o reconhecimento das diferenças como ativos institucionais, a liderança inclusiva, a corresponsabilidade pela construção de ambientes seguros e a transparência das ações relacionadas ao tema.

[5] Conjunto estruturado de políticas, práticas e iniciativas organizacionais voltadas à promoção da Diversidade, Equidade e Inclusão no ambiente de trabalho.

Pág. 49 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 75

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

As diretrizes da PDIBC orientam sua execução por meio de ações estruturadas de gestão, comunicação, acessibilidade e promoção da representatividade. A política prevê diretrizes como a valorização da diversidade nas comunicações institucionais, a revisão de processos de gestão de pessoas sob a perspectiva da equidade, a garantia de acessibilidade em ambientes físicos, digitais e comunicacionais, o estabelecimento de metas e indicadores, o incentivo à participação diversa em comitês e grupos internos e a integração das ações de diversidade à agenda estratégica da instituição.

Os eixos orientadores da PDIBC organizam a política em frentes temáticas complementares. Os seis eixos — letramento, representatividade, ambientes inclusivos, estudos e monitoramento, compromissos públicos e cooperação, e comunicação e cidadania — estruturam a política em dimensões voltadas ao fortalecimento da cultura inclusiva, à ampliação da presença de grupos minorizados, à garantia de acessibilidade e ao aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e articulação interna e externa.

A governança da PDIBC estabelece a articulação institucional necessária para sua execução. Essa estrutura envolve o Comitê de Integridade, o subcomitê previsto na política — posteriormente instituído como CODEI — e as unidades do Banco Central responsáveis pela execução das ações. A política determina ainda a incorporação de suas ações e eixos ao Plano de Integridade no prazo de seis meses, reforçando a integração com os mecanismos formais de governança institucional.

O processo de monitoramento e revisão da PDIBC assegura sua continuidade, atualização e efetividade no longo prazo. O acompanhamento ocorre por meio de indicadores de diversidade, relatórios de clima organizacional, pesquisas de percepção, análise de dados administrativos e monitoramento das metas previstas. A política deve ser revisada a cada quatro anos, com possibilidade de revisões antecipadas diante de mudanças normativas ou institucionais, e o subcomitê responsável deve apresentar relatórios anuais ao CIBCB, reforçando a transparência e a prestação de contas.

3.3.3 Subcomitê de Diversidade, Equidade e Inclusão (CODEI)

A consolidação da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão ampliou a governança institucional ao estruturar formalmente o acompanhamento da agenda de diversidade. Esse movimento representa a continuidade do processo iniciado com o GTI Diversidade, demonstrando a transição da elaboração participativa da PDIBC para a institucionalização de mecanismos permanentes de monitoramento e articulação das ações de diversidade no Banco Central do Brasil.

A criação formal do Subcomitê de Diversidade, Equidade e Inclusão (CODEI) estabeleceu uma instância dedicada ao acompanhamento da PDIBC e à integração da diversidade à governança institucional. Instituído pela Resolução BCB nº 537, de 16 de dezembro de 2025, o subcomitê está vinculado ao Comitê de Integridade (CIBCB) e possui caráter propositivo e consultivo, reforçando a estrutura responsável por orientar e monitorar as iniciativas relacionadas à diversidade, equidade e inclusão no Banco

Pág. 50 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Gerada para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

A finalidade do CODEI destaca sua atuação no apoio à execução da PDIBC e na articulação de iniciativas voltadas à promoção de ambientes inclusivos e equitativos. O subcomitê acompanha o desenvolvimento das ações relacionadas à diversidade, propõe estratégias de fortalecimento da agenda institucional e promove interlocução com grupos de afinidade, núcleos temáticos e outras estruturas internas.

A composição do CODEI reflete o compromisso institucional com a pluralidade e a participação transversal. O colegiado é formado por representantes titulares e suplentes de todas as áreas, além da Secretaria Executiva, Procuradoria-Geral, Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização, e Departamento de Comunicação, observando, sempre que possível, paridade de gênero e priorização de grupos minorizados, conforme previsto na resolução de criação do subcomitê.

O funcionamento do CODEI organiza-se por meio de reuniões periódicas, com a possibilidade de constituição de grupos técnicos temáticos, com duração máxima de dois anos e composição orientada por critérios de diversidade, limitado a dois grupos simultâneos. As reuniões ordinárias ocorrem a cada dois meses, com possibilidade de reuniões extraordinárias, e seguem regras específicas de quórum e registro.

As competências atribuídas ao CODEI reforçam seu papel estratégico na coordenação e no monitoramento da agenda institucional de diversidade. Entre suas atribuições estão a proposição de metas e indicadores alinhados à PDIBC, o acompanhamento de ações e metas em curso, a sugestão de iniciativas ao Plano de Integridade, o apoio à articulação entre unidades e a emissão de recomendações ao CIBCB (Comitê de Integridade do Banco Central do Brasil)e ao GRC, além da colaboração na divulgação de conteúdos relacionados ao tema.

A integração do CODEI aos instrumentos formais de prestação de contas consolidou sua relevância para a governança interna. O subcomitê deve apresentar anualmente ao CIBCB relatório consolidado com resultados, aprendizados e recomendações, documento que integra o Relatório Anual de Gestão da Integridade e reforça o alinhamento entre a agenda de diversidade e os mecanismos institucionais de integridade e governança do Banco Central do Brasil.

3.3.4 Aprendizagem e Gestão do Conhecimento

A gestão do conhecimento e a aprendizagem no Banco Central, por meio da Universidade Banco Central (UniBC), busca prover condições que favoreçam o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores. Essa atuação se orienta pelo fortalecimento do protagonismo do servidor na condução de sua trajetória de carreira no âmbito da instituição.

Nesse contexto, com a finalidade de fomentar o compartilhamento de experiências e de boas práticas, estimular a aprendizagem colaborativa e consolidar uma cultura institucional de aprendizagem contínua, a UniBC promoveu, no mês de outubro de 2025, a segunda edição da Semana do Conhecimento. O evento contou com a participação de aproximadamente um terço do quadro de servidores do BC, com temas como o futuro do trabalho e seus impactos na gestão do conhecimento,

Pág. 51 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Público

a cultura de proteção do conhecimento e a aprendizagem corporativa, bem como os desafios da gestão do conhecimento na era da inteligência artificial. Destaca-se, nesta edição, a realização do Datathon 2025, uma maratona de análise de dados que mobilizou servidores na busca por soluções inovadoras. A iniciativa reuniu sete equipes, compostas por servidores de 14 departamentos distintos, com o desafio de desenvolver indicadores para mensurar e acompanhar a eficiência do sistema financeiro sob a perspectiva da Cidadania Financeira. Ao longo dos três dias, os participantes atuaram de forma colaborativa, elaborando propostas inovadoras para o enfrentamento de desafios concretos relacionados à atuação do Banco Central.

Em agosto de 2025, a UniBC disponibilizou aos servidores a Trilha de Aprendizagem sobre Sustentabilidade, que aborda os princípios fundamentais de finanças integrando fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) nas decisões de investimento e negócios. A Trilha disponibiliza cursos nacionais e internacionais de plataformas externas que tratam deste tema, bem como cursos produzidos por servidores do BC que trabalham diretamente com essa temática, como o curso "Finanças Sustentáveis" e o curso "Responsabilidade Social, Ambiental e Climática das Instituições Financeiras". Este último, lançado também em agosto de 2025, buscou fornecer um nivelamento sobre o tema, abordando o arcabouço regulatório vigente e como as instituições reguladas podem incorporar princípios ASG em suas estratégias de atuação.

No âmbito da Escola de Liderança, houve a realização de quatro edições do "Encontro de Práticas Executivos do BC", três delas voltadas para chefes de departamento, e uma edição com duas turmas do Encontro de Práticas voltada para chefes-adjuntos. Nesses encontros foram tratados assuntos transversais e de gestão, tais quais Integridade Pública, Diversidade e Clima Organizacional, Lei Geral de Proteção de Dados, Lei de Acesso à Informação, Segurança da Informação e Cultura, Clima e Valores Organizacionais. Ainda, foram realizadas diversas ações para os demais níveis de liderança com foco nas competências de Inovação e Mudança, abordando impactos e benefícios potenciais de inovações tecnológicas nos processos de trabalho e aspectos da atuação do gestor para gestão da mudança e incentivo à inovação, e Relacionamento com a Equipe, tratando do bem-estar, segurança psicológica e comunicação organizacional empática. Ao todos, essas ações alcançaram em torno de 350 líderes do Banco Central.

3.3.5 Bem-Estar e Qualidade de Vida no Trabalho

O BC promove o bem-estar e a saúde de seus colaboradores por meio do Programa de Saúde Mental e Bem-estar no Trabalho, com palestras, rodas de conversa e ações de educação em saúde conduzidas por profissionais de referência, destinadas a servidores, terceirizados e estagiários.

Entre julho de 2025 e junho de 2026, o Programa realizou um ciclo de palestras abrangendo saúde mental, diversidade e inclusão. No segundo semestre de 2025: "Gestão Humana e Inclusiva na Diversidade" (Livia Ramalho/ENAP, maio/2025); "Diversidade Geracional" (Taís Cerqueira/Dipes, agosto/2025); Setembro Amarelo, com foco em acolhimento e sinais de alerta em saúde mental (Dra. Lis Soboll, agosto/2025); "Neurodiversidade: Compreender para Incluir", sobre TEA (equipe do Biopsicossocial/BCB, outubro/2025); e "Da Solidão à Saúde

Pág. 52 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 78

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

Social" (Taís Cerqueira e João Paulo Lagame/Dipes, dezembro/2025). No primeiro semestre de 2026: "Bem-estar Delas", sobre sobrecarga, burnout e síndrome da impostora (Nana Lima/Think Eva, março/2026); "TDAH e seu Impacto no Ambiente de Trabalho" (Dra. Christiane Carvalho Ribeiro, abril/2026); e "Empatia no Trabalho", em consonância com a inclusão da empatia entre os valores organizacionais do BCB no PEI 2026-2029 (Davi Cavallieri/ENAP, maio/2026).

As nutricionistas do ambulatório conduziram dez rodas de conversa mensais do Balanço Alimentar, integrando alimentação, saúde mental, atividade física e prevenção de doenças crônicas: sedentarismo e saúde (jul/2025), nutrição e ansiedade (ago/2025), obesidade e emagrecimento (set/2025), alimentação na terceira idade (out/2025), nutrição e treino (nov/2025), cansaço e fadiga (dez/2025), alimentação emocional (jan/2026), desempenho cognitivo (fev/2026), mulheres e alimentação (mar/2026) e nutrição para corredores (abr/2026). As sessões são gravadas e disponibilizadas no portal interno. A newsletter mensal Bem-Estar acompanhou cada edição com conteúdos complementares, com destaque para a edição de março/2026, dedicada à saúde mental das mulheres, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

3.3.6 Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação

No período, o BC também consolidou avanços significativos na estruturação de sua política de enfrentamento ao assédio e à discriminação, alinhada ao Programa Federal instituído pelo Decreto nº 12.122/2024 e ao Plano Federal (Portaria MGI nº 6.719/2024). Em outubro de 2025, o GRC aprovou a Resolução BCB nº 511/2025, instituindo a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e a Todas as Formas de Discriminação (PEAD-BCB) e o Comitê de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação (CEAD-BCB), com representantes de sete componentes organizacionais. Em novembro de 2025, foram publicadas a IN BCB nº 681/2025, que dispõe sobre a Comissão de Apoio ao Acolhimento e Acompanhamento (CAAD-BCB), e as portarias de designação dos membros do CEAD e da CAAD.

No primeiro semestre de 2026, a Dipes/Depes coordenou a elaboração do Plano Setorial (PSEAD-BCB), consolidando 19 ações em quatro eixos (Prevenção; Acolhimento e Acompanhamento; Combate e Responsabilização; Dados e Informações), com publicação prevista para a Semana de Mobilização, em junho de 2026. Integrando as ações de prevenção à programação do Bem-Estar, o BC realizou a palestra "Prevenção ao Assédio e Bem-estar no Trabalho" (Dra. Lis Soboll, junho/2025) e tem programada, para junho de 2026, a palestra "Assédio Moral e Sexual no Serviço Público" (Think Eva), como parte do lançamento do Plano Setorial.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do BC em promover a saúde integral de seus colaboradores e consolidar uma cultura organizacional voltada para o bem-estar, a diversidade, a inclusão e o respeito.

3.4 Atuação internacional e inovação em financiamento sustentável: Programa Eco Invest Brasil e o BRICS

Pág. 53 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 79

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

A atuação internacional do Banco Central do Brasil no campo das finanças sustentáveis tem se ampliado de forma consistente, refletindo maior engajamento em iniciativas multilaterais e na construção de instrumentos inovadores de financiamento. Nesse contexto, destaca-se a participação na Trilha Financeira do BRICS, especialmente no âmbito do *Sustainable Finance Group* (SFG), que se consolidou como espaço relevante de articulação técnica e institucional entre economias emergentes. A presença brasileira nesse fórum foi viabilizada por coordenação interna e suporte técnico especializado, assegurando continuidade da participação institucional e contribuição ativa às discussões, mesmo em cenário de restrições operacionais.

A participação brasileira no BRICS SFG evidenciou os desafios estruturais enfrentados por economias emergentes na atração de investimentos sustentáveis de longo prazo. Durante seminário organizado pelo Reserve Bank of India, a experiência do Brasil foi apresentada com ênfase na limitação imposta pelo risco macroeconômico, em especial a volatilidade cambial, ao financiamento verde. Nesse contexto, foram destacadas as restrições dos instrumentos tradicionais de hedge — como swaps, futuros e contratos a termo — que, ao incorporarem custos elevados de carregamento e prêmios de risco de longo prazo, reduzem a atratividade econômica de projetos sustentáveis em moeda estrangeira.

A proposta brasileira de solução para esse desafio baseia-se na utilização de instrumentos inovadores no âmbito do Programa Eco Invest Brasil, em articulação com organismos multilaterais. A estrutura apresentada combina uma linha de crédito contingente com um instrumento de proteção de risco de cauda, permitindo o uso de opções como mecanismo mais eficiente para projetos de longo horizonte. Nesse arranjo, o Banco Central exerce papel relevante ao utilizar sua capacidade de balanço para ampliar a escala das operações de hedge, reduzindo custos e viabilizando o acesso a financiamento externo em condições mais favoráveis. As discussões técnicas conduzidas no seminário evidenciaram o caráter multidimensional da agenda de finanças sustentáveis e sua interconexão com políticas macroeconômicas e prudenciais. Entre os temas abordados, destacaram-se o modelo chinês de desenvolvimento de finanças verdes, estruturado em taxonomias e incentivos, o uso de *blended finance* por bancos multilaterais, a modelagem de impactos macroeconômicos de choques climáticos, a avaliação de riscos sistêmicos e os desafios associados à disponibilidade de dados e infraestrutura digital. Essas discussões reforçaram a necessidade de abordagens integradas para lidar com riscos climáticos no sistema financeiro.

A reunião restrita do SFG aprofundou a articulação institucional entre os países membros e consolidou o posicionamento técnico do Brasil no bloco. A agenda incluiu a apresentação de resultados de pesquisas conduzidas pelo grupo, discussões sobre perspectivas nacionais e espaço para interação direta entre os participantes. No posicionamento brasileiro, destacaram-se também a incorporação dos riscos climáticos ao arcabouço prudencial e o uso de testes de estresse como ferramenta exploratória.

A atuação internacional foi complementada por interações técnicas com organismos multilaterais, autoridades públicas e participantes de mercado, voltadas ao aprimoramento do desenho dos instrumentos financeiros propostos. Reuniões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Tesouro Nacional e instituições financeiras permitem alinhar a estrutura do projeto de hedge cambial às demandas

Pág. 54 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Público

práticas dos projetos que se enquadram na Taxonomia Sustentável Brasileira e às condições reais de mercado. Esse processo contribui para o refinamento das soluções propostas e para o fortalecimento da coerência entre objetivos de política pública e viabilidade operacional.

Pág. 55 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 81

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

4 Prosperidade

4.1 Inclusão Financeira

A seção de Inclusão Financeira aborda o papel das cooperativas de crédito na ampliação do acesso a serviços financeiros, com ênfase em sua contribuição para a interiorização e a capilarização do Sistema Financeiro Nacional. A seção também destaca a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento regional, seus efeitos positivos sobre indicadores sociais e econômicos e a solidez do segmento, assegurada pela supervisão do Banco Central e por mecanismos adicionais de governança e proteção, como a atuação das centrais cooperativas, auditorias independentes e o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito.

4.1.1 Cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito permanecem como um dos principais instrumentos de inclusão financeira do país, ampliando o acesso a serviços financeiros em regiões historicamente pouco atendidas. Presentes em mais de três mil municípios, essas instituições oferecem mais de dez mil postos de atendimento a mais de vinte milhões de cooperados, desempenhando papel relevante na interiorização e na capilarização do Sistema Financeiro Nacional. A 46ª edição da LiveBC destacou que o cooperativismo se alinha diretamente à missão institucional do Banco Central, reforçando sua importância para a inclusão financeira e para o fortalecimento da cidadania econômica.

O crescimento do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) evidencia a relevância do segmento e sua capacidade de responder de forma flexível às necessidades locais. Dados do Panorama do SNCC de 2024 indicam que o ativo total das cooperativas cresceu 21% no exercício, enquanto o sistema financeiro tradicional avançou 13% no mesmo período. Essa expansão é reforçada pela atuação anticíclica das cooperativas, que ampliam a concessão de crédito em momentos de maior restrição no SFN, apoiadas por um modelo de relacionamento em que o cooperado é simultaneamente cliente e proprietário da instituição. A governança democrática e a proximidade com a base social contribuem para decisões alinhadas às necessidades da comunidade, permitindo que resultados financeiros retornem à localidade sob a forma de sobras ou investimentos.

Pág. 56 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

A contribuição das cooperativas para o desenvolvimento regional extrapola a oferta de serviços financeiros e se reflete em ganhos sociais e econômicos relevantes. Evidências indicam que municípios com presença cooperativa tendem a apresentar maior prosperidade e menores índices de pobreza, em função da manutenção de recursos na própria comunidade e da oferta de crédito mais acessível para pessoas físicas, micro e pequenas empresas e produtores rurais. Em diversas localidades, as cooperativas apoiam iniciativas em educação, saúde e infraestrutura, com relatos de transformações em indicadores sociais, como o desempenho educacional de municípios que passaram a contar com apoio cooperativo. Essa atuação reforça o papel do cooperativismo como vetor de inclusão produtiva e de desenvolvimento social.

A solidez e a segurança do setor cooperativo são reforçadas pela supervisão do Banco Central e por mecanismos adicionais de governança e proteção. As cooperativas estão sujeitas aos mesmos requisitos prudenciais aplicáveis às instituições financeiras tradicionais, incluindo regras de capitalização, liquidez e observância aos parâmetros de Basileia. Além disso, contam com camadas adicionais de controle, como a supervisão das centrais cooperativas, auditorias independentes e a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que assegura depósitos até R$ 250 mil por cooperado. Para o futuro, o principal desafio é a conciliação entre a forte base local do segmento e a crescente demanda por digitalização, reforçando a importância da educação financeira e da capacitação contínua de dirigentes e conselheiros.

4.2 Inovação e competitividade

A seção de Inovação e competitividade apresenta os avanços das duas principais infraestruturas públicas digitais conduzidas pelo Banco Central e seu papel na modernização e no fortalecimento da competitividade do Sistema Financeiro Nacional. No âmbito do Open Finance, são descritas a rápida expansão do ecossistema, que ultrapassou 197 milhões de consentimentos ativos, a implementação de funcionalidades como a Jornada Otimizada, a constituição da Associação Open Finance Brasil e a introdução da portabilidade de crédito, com prazo de efetivação reduzido para três dias úteis. A seção também aborda a consolidação do Pix como infraestrutura central de inclusão e inovação, destacando sua difusão entre diferentes grupos da população, seus efeitos sobre o comportamento financeiro, a ampliação do acesso a serviços de pagamento entre públicos historicamente mais vulneráveis e o modelo de governança colaborativa que sustenta sua evolução contínua.

4.2.1 Open Finance

A consolidação do Open Finance como um dos principais vetores de inovação do Sistema Financeiro Nacional foi amplamente evidenciada no relatório anterior. O relatório registrou a rápida expansão do ecossistema, refletida em cerca de 85 milhões de consentimentos ativos

Pág. 57 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 83

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

para compartilhamento de dados ao final de 2024, e que, ao final de abril de 2026, já atinge mais de 197 milhões, um crescimento de mais de 100% em pouco mais de um ano. Há também crescimento consistente da iniciação de transações de pagamento, que atingiu mais de 20 milhões de transações em abril de 2026, movimentando mais de R$3,7 bilhões de reais. Nesse período, foram implementadas funcionalidades como a Jornada Sem Redirecionamento (JSR), lançada no início de 2025, e o Pix Automático, lançado em meados de 2025, que também pode ser oferecido por instituições iniciadoras de transação de pagamento.

A integração entre o compartilhamento de dados e a iniciação de transação de pagamento marca um novo estágio de evolução do Open Finance. Em 2026, o ecossistema passa a contar com a Jornada Otimizada, que permite que os clientes, em uma mesma jornada, deem autorização para a iniciação de transação de pagamentos, utilizando a JSR ou as Transferências Inteligentes, e compartilhem dados de saldo disponível e limite contratado. Dessa forma, ao acessar, por exemplo sua carteira digital, o cliente poderá visualizar o seu saldo na instituição a ser debitada, o que garante uma experiência ainda mais fluida e cômoda.

A constituição da Associação Open Finance Brasil marca a modernização da Estrutura de Governança do Open Finance. Com base em regulação do Banco Central, a Estrutura de Governança passa a contar com diretoria técnica e quadro próprio de colaboradores, sujeitos a diretrizes estratégicas do próprio regulador e de um Conselho de Administração. Esse novo arranjo confere maior estabilidade ao ecossistema e permite que a Estrutura de Governança realize suas atribuições com maior robustez, com destaque especial ao monitoramento do ecossistema, visando a garantir adequada performance das instituições participantes.

A introdução da portabilidade de crédito por meio da infraestrutura do Open Finance representa a continuidade lógica dessa trajetória de evolução. Em 2025, o Banco Central (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram a Resolução Conjunta nº 15 e a Resolução CMN nº 5.265/2025, ampliando as funcionalidades do Open Finance ao permitir que operações de portabilidade de crédito sejam realizadas por sua infraestrutura. As normas preservam o processo de portabilidade vigente desde a Resolução CMN nº 5.057/2022, mas acrescentam uma alternativa digital que passa a coexistir com o modelo atual, fortalecendo o compartilhamento padronizado e seguro de dados entre instituições financeiras.

A digitalização integral da jornada de portabilidade tende a reduzir assimetrias de informação e a aumentar a eficiência do processo. Com o compartilhamento de dados do cliente como uma etapa necessária do fluxo, há redução da assimetria de informação entre a instituição proponente e a instituição credora original, permitindo maior conhecimento do perfil de risco dos clientes e a formalização de propostas condizentes com esse perfil. A possibilidade de solicitar a portabilidade por meio do smartphone elimina etapas presenciais, reduz a necessidade de apresentação de documentos físicos e assegura maior transparência ao permitir o acompanhamento do andamento da solicitação no aplicativo da instituição financeira. Além disso, a modalidade via Open Finance contribui para a redução de erros decorrentes de preenchimento manual e diminui o prazo de efetivação da portabilidade para três dias úteis, gerando ganhos operacionais relevantes e ampliando a eficiência e a competitividade entre as instituições.

Pág. 58 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

A implementação gradual da portabilidade via Open Finance reforça o potencial transformador do ecossistema e sua contribuição para a competitividade no SFN. Em um primeiro momento, o serviço estará disponível para operações de crédito pessoal sem consignação. Os testes dessa nova alternativa para a portabilidade de crédito se iniciaram em fevereiro de 2026 e as novas especificações e implementações pelas instituições participantes seguirão ganhando maturidade ao longo deste ano, em linha com o aumento de interesse de instituições para atuarem como proponentes. Na sequência, o BC pretende incluir a portabilidade de operações de crédito consignado destinadas a servidores públicos federais, além de avaliar a inclusão de outras modalidades de crédito em etapas futuras.

O foco nas pessoas jurídicas e a integração de novos serviços ao Open Finance passam a ser as tendências do futuro do ecossistema. Simplificação recente na jornada de aprovação de consentimentos para empresas de único sócio e discussões atuais sobre melhorias na aprovação de consentimentos para empresas com múltipla alçada tendem a aumentar a quantidade de consentimentos de pessoas jurídicas, permitindo que elas se beneficiem do Open Finance. Além disso, a inclusão de novos serviços, tais como as portabilidades de salário e de investimento, tornarão o ecossistema ainda mais completo. Essa evolução progressiva evidencia o papel estratégico do Open Finance como vetor de inovação, ao ampliar alternativas de serviços financeiros, promover maior autonomia ao cidadão e fortalecer a concorrência no sistema financeiro.

4.2.2 Pix: consolidação como infraestrutura de inclusão e inovação

O Pix ocupa posição central na agenda de inovação e inclusão financeira do BC, razão pela qual se insere de forma natural no RIS. No RIS 2025, a infraestrutura já havia sido apresentada como iniciativa do BC alinhada à ampliação do acesso a serviços financeiros e à agenda de prosperidade. O Relatório de Cidadania Financeira 2025[6] (RCF 2025) aprofundou a análise de seus efeitos sobre digitalização, comportamento de pagamento e inclusão financeira. Em conjunto, essas publicações permitem compreender o Pix não apenas como inovação tecnológica, mas como infraestrutura pública digital com impacto estrutural sobre o Sistema Financeiro Nacional.

Até o final de 2025, o Pix já havia alcançado um estágio avançado de consolidação e difusão no país. O RCF 2025 mostrou que o sistema se tornou o meio de pagamento mais difundido entre os brasileiros, com uso amplo em diferentes regiões e grupos de sexo, idade e renda, além de crescimento expressivo no volume de transações. Essa trajetória evidenciou que o Pix deixava de ser apenas uma inovação recente para se afirmar como infraestrutura central do sistema de pagamentos, apoiada por agenda contínua de aperfeiçoamento. O documento mostra que o sistema ampliou o acesso e o uso de serviços de pagamento entre públicos historicamente mais vulneráveis, inclusive a população de baixa renda inscrita no Cadastro Único. A redução da distância entre o registro de chaves e o uso efetivo das transações sugere que o Pix passou a

[6] https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF-antigo/relatorio_de_cidadania_financeira_2025.pdf

Pág. 59 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

integrar a rotina financeira desses grupos, contribuindo para reduzir barreiras de entrada e ampliar sua participação no sistema financeiro formal.

O Pix também se consolidou como vetor de transformação do comportamento financeiro da população. O RCF 2025 mostra que o sistema passou a ocupar posição central no cotidiano dos brasileiros e se tornou o meio de pagamento mais utilizado, superando o dinheiro em espécie. Em paralelo, o avanço das transações por telefone celular e a crescente digitalização das interações financeiras indicam que o Pix ajudou a redefinir a forma como a população paga, recebe e organiza sua vida financeira. A consolidação do Pix foi acompanhada de uma agenda evolutiva que ampliou suas funcionalidades e seus casos de uso.

A governança do Pix constitui elemento importante para explicar sua capacidade de evolução contínua. O Banco Central conduz esse processo por meio de modelo de governança colaborativa, baseado em fóruns técnicos, consultas e participação ampla de instituições financeiras, provedores de tecnologia, associações representativas de classe, de estabelecimentos comerciais e de consumidores e outros agentes do ecossistema. Esse arranjo fortalece a capacidade de adaptação do sistema às necessidades da sociedade e do mercado, ao mesmo tempo em que preserva padronização, segurança e coordenação institucional.

Em resumo, com o decorrer dos anos, o Pix se consolidou como infraestrutura de inclusão e inovação no Sistema Financeiro Nacional. Sua trajetória revela não apenas expansão de uso, mas também efeitos mais amplos sobre eficiência, competição, digitalização e ampliação do acesso a serviços financeiros. Ao combinar forte difusão social, agenda evolutiva e governança coordenada pelo BC, o Pix se consolida como uma das principais expressões da transformação recente do sistema financeiro brasileiro.

4.2.3 Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas (LIFT)

Criado em 2018, o ecossistema de inovação LIFT é uma iniciativa conjunta do BC e da Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central (Fenasbac). Seu objetivo é fomentar a inovação no SFN com o incentivo à criação de protótipos de soluções tecnológicas. Atualmente, o LIFT engloba sete iniciativas:

1) LIFT Lab: aceleração de projetos de inovação financeira. Em 2025, dentre os sete projetos que chegaram ao final do processo, um tratou de modelagem de finanças sustentáveis para o desenvolvimento ecológico do Brasil;

2) LIFT Learning: pesquisa de soluções em parceria com o mercado e o meio acadêmico. Em 2025, o projeto focou em Ativos Reais (Real World Assets – RWA);

3) LIFT Data: desenvolvimento de soluções baseadas em dados. A primeira edição, em 2025, teve como foco os desafios climáticos, somando esforços para o alcance dos objetivos da Agenda BC# e das metas da COP30. Quinze projetos chegaram ao final do processo, com detalhes publicados na edição 2026 do LIFT Papers e divulgados amplamente na COP30, em Belém, e no LIFT Day 2026, Brasília;

4) LIFT Challenge: edição temática com foco em desafios específicos do setor;

5) LIFT Day: evento anual dedicado à apresentação dos resultados da edição anterior e ao lançamento do novo ciclo. É um espaço para trocas,

Pág. 60 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 86

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Público

aprendizados e aproximação entre agentes do SFN e o ecossistema de inovação;

6) LIFT Talks: série de eventos virtuais com a participação de autoridades e especialistas, que abordam as principais tendências de inovação financeira, promovendo reflexões e aprendizados relevantes para o mercado;

7) LIFT Papers: revista digital que reúne os principais insights, discussões e resultados gerados em cada ciclo do LIFT, fortalecendo a transparência e a disseminação do conhecimento junto ao ecossistema de inovação.

Desde a primeira edição do LIFT Lab, foram 427 propostas de projetos, e dessas, 99 selecionadas. Ao longo de oito anos, 80 projetos chegaram ao final e 27,5% desses receberam investimentos do setor privado durante ou logo depois da iniciativa, totalizando um montante superior a R$638 milhões.

Em 2025, vinte e três projetos passaram pelos programas do ecossistema LIFT: sete pelo LIFT Lab, quinze pelo LIFT Data e um pelo LIFT Learning, todos com alto nível de complexidade técnica e conexão direta com demandas estruturantes do SFN. Os trabalhos versaram sobre inteligência artificial aplicada à análise de risco; modelos climáticos e sustentáveis integrados a operações financeiras; tokenização e ativos digitais com governança; geotecnologia para políticas públicas de crédito rural; plataformas de monitoramento ambiental e soluções orientadas à agenda de inovação do Banco Central. Mais informações podem ser obtidas no LIFT Papers 2026.

4.2.4 Drex – a moeda digital

A Plataforma Drex, que inclui a moeda digital do BC, contribuirá para a inclusão financeira no Brasil, democratizando o acesso da população a serviços como investimentos, financiamentos e seguros. A plataforma operará com ativos digitais e com o real de forma desfragmentada, facilitando a provisão de serviços e produtos financeiros mais eficientes e acessíveis.

O Drex tem como objetivos acompanhar o dinamismo da evolução tecnológica da economia brasileira; aumentar a eficiência do sistema de pagamentos de varejo; contribuir para o surgimento de novos modelos de negócio e de outras inovações baseadas nos avanços tecnológicos; e favorecer a participação do Brasil nos cenários econômicos regional e global, com potencial para também aumentar a eficiência nas transações transfronteiriças.

O BC tem mantido diálogo permanente com acadêmicos, especialistas do setor privado e representantes de bancos centrais e instituições multilaterais em iniciativas tais como workshops, seminários virtuais e o Fórum Drex. Essas ações têm como objetivo conferir transparência sobre a implementação e favorecer a participação da sociedade no processo.

Está disponível no sítio do BC o Relatório do Piloto Drex – Fase 1. A publicação traz as principais ações e os desenvolvimentos da primeira fase do Piloto Drex, ocorrida entre julho de 2023 e outubro de 2024. O relatório destaca o “trilema” enfrentado nesse início do Drex: uma solução que resolvesse, ao mesmo tempo, questões de descentralização, programabilidade e privacidade. Além disso, foi preciso pensar quais seriam as recomendações para os próximos passos da iniciativa. Essa foi a primeira edição do Relatório do Piloto Drex e a intenção é que cada fase do piloto tenha seu próprio relatório para dar a maior transparência

Pág. 61 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 87

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Este documento foi gerado pelo usuário 000.***.***-** em 17/09/2026 às 12h19

possível aos trabalhos e resultados do Piloto Drex.

A segunda fase do piloto Drex foi concluída em 2025. O foco dessa fase foram os casos de uso e seus potenciais benefícios para o sistema financeiro e a sociedade. Nesse contexto, foram avaliados treze serviços financeiros para a solução de problemas reais da economia, como a compra e venda de um veículo. Essa fase do piloto explorou o fornecimento desses serviços por meio de contratos inteligentes criados pelos participantes da plataforma.

Entre os treze casos de uso avaliados, destaca-se a tokenização de ativos vinculados ao setor de energia e ao agronegócio, como o CBIO, a CPR Verde e o CRA Verde. Essas iniciativas visam aprimorar a eficiência operacional, a transparência, a segurança, a integridade e a liquidez desses instrumentos financeiros. Além disso, os ganhos obtidos com a digitalização e a automação dos processos contribuem para a inclusão financeira, ao reduzir custos de transação, e para o fortalecimento do financiamento sustentável, por meio de análises ambientais mais confiáveis, ágeis e precisas. Trata-se, portanto, do desenvolvimento de uma tecnologia de ponta, com impacto socioambiental positivo e complementar à agenda de inovação do BC no setor financeiro.

Aumentar a eficiência das infraestruturas digitais públicas é uma prioridade no planejamento estratégico do BC. A partir da análise interna dos resultados da segunda fase do piloto do Drex, a Diretoria Colegiada definirá os próximos passos. Não há uma data específica para o lançamento do Drex.

4.3 Estatísticas sobre Finanças Sustentáveis

As finanças sustentáveis constituem importante instrumento de captação de recursos para o investimento em projetos capazes de gerar impactos ambientais e sociais positivos. Nos últimos anos, o mercado de títulos verdes e sustentáveis se desenvolveu no Brasil, com emissões bem-sucedidas de diversas empresas e do Tesouro Nacional.

Com o objetivo de contribuir para o acompanhamento desses desenvolvimentos, o BC iniciou em 2025 a produção de estatísticas sobre títulos sustentáveis (que incluem títulos verdes, sustentáveis e sustainability-linked), em linha com recomendação da Data Gaps Initiative, do G20. As estatísticas compreendem dados sobre títulos sustentáveis emitidos por residentes (empresas brasileiras e Tesouro Nacional) no mercado doméstico e no exterior, bem como sobre títulos desse tipo emitidos por não residentes, mas em poder de residentes (famílias e empresas).

Os dados mostram que o saldo total de títulos sustentáveis (nas três modalidades) emitidos por residentes alcançou, em dezembro de 2025, US$ 37,2 bilhões de dólares, dos quais 82% sustentáveis, 16% verdes e 2% sustainability-linked.

Os dados produzidos contribuem para o acompanhamento do estado atual dos mercados de financiamento sustentável, permitindo avaliar o seu ritmo de crescimento e a sua importância relativa. Nesse sentido, são fundamentais para a elaboração de análises, a tomada de decisões e a definição de políticas.

Pág. 62 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Pág. 63 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário
Pág. 89

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

5 Perspectivas

5.1 Pesquisas em andamento

Projeto de desenvolvimento de metodologia integrada para mensuração da exposição e dos impactos financeiros do risco climático físico. No âmbito do projeto FiBraS II, em parceria com a GIZ, foram desenvolvidos produtos complementares para apoiar a avaliação prospectiva de riscos climáticos físicos no Brasil. O primeiro consistiu na construção, pela Consultoria Curupira, de uma base nacional de indicadores e mapas de riscos climáticos (seca, calor, incêndios, chuvas extremas e inundações), combinando projeções climáticas internacionais regionalizadas para o Brasil, dados observados e métricas de eventos extremos. O segundo corresponde ao desenvolvimento de um modelo de impacto financeiro capaz de traduzir a exposição de ativos e tomadores de crédito a diferentes danos climáticos em efeitos econômicos e financeiros para uma carteira de crédito de empresas, incluindo impactos sobre receitas, lucros, probabilidade de inadimplência e perdas esperadas para as instituições financeiras com exposição na carteira. Atualmente, o modelo desenvolvido pela Theia Finance Labs encontra-se em fase final de ajustes e validações solicitados pelo Banco Central.

Projeto Influência da seca na inadimplência e renegociação de operações de crédito rural: esse projeto analisa os impactos de eventos climáticos extremos, especialmente secas, sobre a produtividade agrícola, o crédito rural e os mecanismos de seguro agrícola no Brasil, com foco nas principais culturas de relevância econômica, como soja, milho, cana-de-açúcar e café. A pesquisa busca compreender como choques climáticos afetam a atividade agrícola e a dinâmica financeira do setor, considerando o papel do crédito e dos instrumentos de mitigação de risco na capacidade de adaptação e recuperação dos produtores rurais diante de perdas associadas a eventos climáticos adversos. A iniciativa também investiga como diferentes regiões e culturas respondem aos riscos climáticos, explorando possíveis efeitos sobre vulnerabilidade econômica, estabilidade produtiva e acesso ao financiamento rural. O projeto insere-

Pág. 64 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Público

se na agenda crescente de estudos sobre riscos climáticos físicos e seus impactos econômicos e financeiros, contribuindo para o debate sobre resiliência do setor agrícola e sobre o desenvolvimento de políticas e instrumentos voltados à adaptação climática no Brasil. Atualmente esse trabalho se encontra na fase de levantamento e análise de dados.

Projeto Desenvolvimento de metodologias para a mensuração da exposição do crédito agrícola ao risco climático: esse projeto busca integrar informações climáticas, geoespaciais e financeiras para identificar exposições às variações climáticas mais significativas, permitindo estimar vulnerabilidades e potenciais impactos sobre produtividade, renda agrícola e capacidade de pagamento dos tomadores de crédito. Também serão considerados aspectos relacionados à adaptação e resiliência da atividade agrícola, incluindo diferenças regionais de vulnerabilidade, capacidade de mitigação de perdas e adoção de práticas produtivas mais resilientes ao clima. Essa iniciativa contribui para o aprimoramento da mensuração de riscos associados ao setor agrícola, segmento particularmente exposto aos efeitos das mudanças climáticas e de elevada relevância sistêmica para o crédito no SFN. Atualmente esse trabalho se encontra na fase de detalhamento de escopo e será conduzido em parceria com a GIZ no âmbito do FiBraS III.

Projeto *Market Design, Forward Guidance, and Investment Decisions in Carbon Credit Markets: Evidence from the Brazilian CBIO Program*: esse projeto estuda como um mercado de carbono deve ser desenhado, como um mercado financeiro, para maximizar os investimentos verdes. Esse estudo é feito no contexto do programa de descarbonização brasileiro RenovaBio, no qual o crédito de descarbonização (CBIO) é gerado por produtores de biocombustível e deve ser adquirido por distribuidores de combustível. Atualmente esse trabalho concluiu a coleta de dados e está na fase de definição da metodologia.

Projeto *Green supply chains*: esse projeto busca avaliar como a "*brownness*" é transmitida entre as firmas brasileiras. Constrói-se uma proxy para a matriz insumo-produto a partir das transferências financeiras entre as firmas brasileiras combinando dados de Pix, STR e boletos. Uma firma transmite "*brownness*" para outra firma através do fornecimento de insumos a esta. Foi concluído a elaboração do código para o cálculo da transmissão de "*brownness*" entre as firmas.

Projeto Impacto do risco climático de transição no SFN: esse projeto avalia o impacto de risco de transição no SFN. Supõe-se inicialmente um choque exógeno em um setor com alta taxa de emissão de carbono (mineração fóssil), na forma de custo para se adaptar a uma economia de baixo carbono. Essa perda é transmitida aos demais setores econômicos através da matriz de insumo-produto, depois às IFs com exposições diretas aos setores econômicos e, finalmente, propaga-se através do mercado interbancário. Atualmente esse trabalho se encontra publicado como WP (n. 633) e está sendo revisado visando à publicação em periódico da área.

5.1.1 Pesquisas em Cidadania Financeira

5.1.1.1 Pesquisa em Educação Financeira para Mulheres

Pág. 65 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Emitida para Secre/Sucon/Dibas/Sudoc em 18/09/2026 às 12h19

Trata-se de pesquisa realizada pelo BC com o objetivo de compreender como as mulheres lidam com o dinheiro no dia a dia e apoiar a criação de ações de educação financeira voltadas a esse público. Em janeiro de 2026, como primeiro passo, foi realizada uma pesquisa qualitativa baseada em 35 entrevistas em profundidade, envolvendo uma amostra diversificada de mulheres, considerando diferentes perfis de renda, raça, regiões do país e contextos familiares.

Os resultados iniciais mostraram que o dinheiro é visto principalmente como meio de sobrevivência, mas ligado também à liberdade. Poucas mulheres conseguem poupar ou investir, e o controle das finanças costuma ser simples e feito no cotidiano. A pesquisa também evidencia que fatores como trabalho informal, maternidade, desigualdade de gênero e sobrecarga de responsabilidades domésticas aumentam a vulnerabilidade financeira das mulheres, dificultando o acesso a oportunidades e a construção de autonomia econômica.

Verificou-se que as mulheres têm interesse em aprender mais sobre finanças, por meio de conteúdos práticos e conectados à realidade. Resultados adicionais foram divulgados no evento "Finanças, cidadania e bem-estar: os desafios das mulheres no Brasil", realizado em 22 de maio de 2026, durante a 13ª Semana Nacional de Educação Financeira.

Como próximo passo, será realizada uma pesquisa quantitativa mais ampla, para medir a extensão desses achados e apoiar o desenho de políticas e iniciativas que ampliem a educação financeira e a inclusão das mulheres no sistema financeiro.

5.1.1.2 Pesquisa de letramento, bem-estar e inclusão financeiros de adultos

A compreensão dos níveis de letramento financeiro é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a melhorar a vida financeira da população. O Brasil tem participado, desde 2015, de exercícios internacionais de medição coordenada sobre esse tema utilizando metodologia da Rede Internacional de Educação Financeira da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Infe/OCDE).

Esse instrumento cobre aspectos do letramento e bem-estar financeiros, bem como da utilização de produtos e serviços pelos cidadãos, finanças digitais, finanças sustentáveis e resiliência financeira.

Os resultados da última pesquisa, realizada em 2023 pelo Banco Central, em parceria com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), mostraram que o nível de letramento financeiro da população é de 59,6 pontos, em uma escala de 0 a 100, sendo que 75% dos entrevistados alcançaram, no máximo, 70 pontos — indicando espaço relevante para avanços na educação financeira da população.

Em 2026, a pesquisa será realizada novamente, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3, contribuindo para o

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

aprimoramento de ações voltadas à inclusão e ao bem-estar financeiro da população brasileira.

5.1.1.3 Instrumento de pesquisa em finanças sustentáveis

Foi lançado pela OCDE, em março de 2026, o instrumento de pesquisa "Conhecimentos, atitudes e comportamentos sobre riscos relacionados ao clima e finanças sustentáveis", desenvolvido no âmbito da Rede Internacional de Educação Financeira (OECD/INFE). O Banco Central atuou no desenvolvimento desse instrumento, por meio de representação no Grupo de Trabalho de Letramento Financeiro e Finanças Sustentáveis desde sua criação, em outubro de 2022.

O objetivo do grupo de trabalho é promover estudos voltados para os consumidores de serviços financeiros, ou seja, focados na ótica da demanda, uma vez que a maioria dos trabalhos desenvolvidos em finanças sustentáveis trazia uma visão focada nos grandes atores do mercado e em ações voltadas para a oferta.

O primeiro trabalho desenvolvido foi um levantamento da literatura e de experiências de diversas jurisdições. O documento "Financial Consumers and Sustainable Finance: Policy Implications and Approaches" foi lançado em julho de 2023 e serviu de base para o desenvolvimento do instrumento de pesquisa.

Como o grau de maturidade do sistema financeiro em relação à oferta de produtos sustentáveis e à exposição a eventos climáticos extremos em cada país é distinto, o instrumento foi dividido em 4 módulos, que podem ser aplicados de forma independente, de acordo com o interesse de cada país: os módulos 1 e 4 tratam de informações sociodemográficas, o módulo 2 mede a resiliência financeira individual relacionada aos eventos climáticos extremos e o módulo 3 trata da compreensão, consciência e uso de produtos financeiros sustentáveis.

5.2 Regulação e supervisão

A atuação do Banco Central no campo da regulação e supervisão, conforme destacado no RIS 2025, fundamenta-se no desenvolvimento de normas prudenciais e na adoção de mecanismos contínuos de monitoramento capazes de antecipar riscos, assegurar condições adequadas de funcionamento das instituições financeiras e promover a eficiência e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Essa atuação envolve, entre outras dimensões, a modernização dos instrumentos regulatórios aplicáveis a serviços financeiros baseados em tecnologia, o fortalecimento de sistemas de compartilhamento de dados e a implementação de procedimentos padronizados que ampliem a segurança, a interoperabilidade e a qualidade das informações utilizadas pelo mercado. Nesse contexto, o avanço regulatório que incorpora a portabilidade de operações de crédito à infraestrutura do Open Finance, estabelecido pela Resolução Conjunta nº 15 e pela Resolução CMN nº 5.265/2025, representa a continuidade lógica da agenda evolutiva já

Pág. 67 do doc. 6 (COMUNICAÇÃO DO GRC 192/2026-BCB/Direx-Numerado Manualmente) do PE 313930
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada no sumário

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil

delineada no relatório anterior, ao reforçar práticas de supervisão orientadas à digitalização, à redução de assimetrias informacionais e à modernização dos fluxos operacionais no ecossistema financeiro.

O avanço regulatório promovido em 2025 estabelece as bases para uma nova etapa na expansão do Open Finance e na modernização dos serviços financeiros. A publicação da Resolução Conjunta nº 15 e da Resolução CMN nº 5.265/2025 formalizou a inclusão da portabilidade de operações de crédito na infraestrutura do Open Finance, representando um marco na evolução normativa associada ao compartilhamento padronizado de dados. As normas mantêm o procedimento de portabilidade disciplinado pela Resolução CMN nº 5.057/2022, mas introduzem parâmetros específicos para autenticação das instituições envolvidas, compartilhamento de informações, solicitação da portabilidade e efetivação da transferência da operação. Ao estruturar requisitos técnicos e operacionais para essa modalidade, o Banco Central reforça o ambiente regulatório necessário para ampliar a eficiência e a automação do processo, preparando o ecossistema para as transformações previstas nos anos subsequentes.

A implementação da portabilidade via Open Finance seguirá uma trajetória progressiva, iniciando com produtos de menor complexidade e avançando para modalidades mais estruturadas. A primeira etapa prevê testes, a partir de fevereiro de 2026, da portabilidade relativa ao crédito pessoal sem garantia e sem consignação. Essa fase inicial permitirá observar a aderência dos fluxos digitais, a efetividade na redução de assimetrias informacionais e a segurança operacional na execução dos processos. Na etapa seguinte, está prevista a discussão e possível implementação, em novembro de 2026, da portabilidade de crédito consignado voltada a servidores públicos federais. A inclusão gradativa dessas modalidades sinaliza o compromisso regulatório em promover maior interoperabilidade entre instituições financeiras, com vistas a ampliar alternativas para o cidadão e assegurar condições adequadas para a migração de operações de crédito entre instituições de forma segura e padronizada.

A agenda de evolução futura contempla estudos destinados a ampliar o escopo da portabilidade no Open Finance, fortalecendo a modernização regulatória do Sistema Financeiro Nacional. Em fases posteriores, o Banco Central avaliará a viabilidade de estender o serviço às demais modalidades de crédito, aprofundando a padronização dos fluxos de portabilidade e ampliando a digitalização dos processos de transferência de operações. Essa agenda progressiva reforça a expectativa de ganhos relevantes em eficiência, redução de erros operacionais e mitigação de barreiras procedimentais, ao mesmo tempo em que promove maior transparência e autonomia ao cliente na gestão de seu crédito. A ampliação da portabilidade via Open Finance tende a fortalecer a competitividade no Sistema Financeiro Nacional, em consonância com os objetivos de longo prazo estabelecidos para o ecossistema de dados compartilhados no país.

5.3 Participação em iniciativas lideradas pelo governo federal

5.3.1 Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)

A Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) constitui instrumento

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
Versão gerada em 30/03/2026 às 19:00:13 (horário de Brasília)

estratégico do Plano de Transformação Ecológica do Brasil, voltado à classificação de atividades econômicas, ativos, projetos e organizações segundo critérios de sustentabilidade. Lançado pelo Ministério da Fazenda na COP28, o Plano de Ação da TSB deu início ao desenvolvimento do sistema, que abrange onze objetivos — sete climáticos e ambientais e quatro econômico-sociais. O Banco Central do Brasil participa ativamente das instâncias de governança da taxonomia, contribuindo para a formulação de critérios técnicos, o acompanhamento da implementação e a articulação com o sistema financeiro, o que confere ao tema relevância direta para o RIS.

A primeira edição da TSB, formalizada pelo Decreto nº 12.705/2025, estabeleceu os fundamentos normativos e técnicos da taxonomia. Os cadernos publicados contemplam os Objetivos 1 (mitigação das mudanças climáticas), 2 (adaptação às mudanças climáticas) e 9 (redução das desigualdades socioeconômicas de gênero e raça), além do Sistema de Monitoramento, Verificação e Reporte (MRV). Essa edição definiu os critérios estruturantes — Contribuição Substancial, Não Prejudicar Significativamente e Salvaguardas Mínimas — e a árvore de decisão em quatro etapas, que orienta a classificação das atividades econômicas.

A segunda edição da TSB, em desenvolvimento ao longo de 2026, amplia significativamente o escopo da taxonomia ao incorporar novos objetivos climáticos, ambientais e socioeconômicos. Nesta fase estão sendo tratados o Objetivo 3 (conservação e uso sustentável da biodiversidade), o Objetivo 4 (uso sustentável da terra e conservação das florestas), o Objetivo 6 (transição para a economia circular) e o Objetivo 10 (redução das desigualdades regionais do país). A inclusão desses objetivos representa avanço relevante na abrangência da taxonomia, ao incorporar dimensões de biodiversidade, economia circular e equidade territorial ao arcabouço de classificação das atividades sustentáveis.

A estrutura da TSB organiza-se em torno de objetivos, setores econômicos e critérios gerais, conferindo à taxonomia caráter operacional e aplicável ao mercado financeiro. Os setores são definidos com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e os critérios de classificação servem à construção de indicadores-chave de desempenho (KPIs, sigla em inglês) que permitem avaliar o alinhamento de atividades e operações financeiras aos objetivos da taxonomia. Essa arquitetura viabiliza a integração da TSB a processos de reporte, supervisão e tomada de decisão no âmbito do sistema financeiro. Nesse contexto, o Banco Central tem conduzido análise de seu arcabouço regulatório com o objetivo de identificar eventuais necessidades de ajustes normativos que viabilizem a aplicação da TSB pelas instituições financeiras supervisionadas, em alinhamento ao cronograma de implementação previsto para a taxonomia.

A implementação da TSB avança em múltiplas frentes, incluindo testagem, infraestrutura de dados e sistemas de verificação. A testagem

Cópia do documento constante no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC) do Banco Central do Brasil
A autenticidade deste documento pode ser verificada em https://www.bcb.gov.br/pec/autenticidade

da primeira edição está em curso junto a instituições financeiras e companhias listadas, enquanto o Portal MRV é desenvolvido com apoio do SERPRO para centralizar o reporte de informações. Paralelamente, o sistema de verificação e avaliação da conformidade das informações reportadas é construído com apoio do INMETRO, assegurando a confiabilidade e a rastreabilidade dos dados produzidos no âmbito da taxonomia.

A 1ª Semana de Oficinas presenciais da segunda edição, realizada no Centro de Treinamento do Banco Central do Brasil, em Brasília, entre 25 e 29 de maio de 2026, reuniu integrantes de todas as instâncias de governança para alinhar diretrizes metodológicas e avançar nos cadernos técnicos. As oficinas foram organizadas em grupos de trabalho setoriais — abrangendo Agricultura, Indústrias Extrativas, Indústrias de Transformação, Eletricidade e Gás, Água e Resíduos, Construção, Transporte e Serviços Sociais — além de reuniões dedicadas ao Objetivo 10, à sociobiodiversidade, ao Portal MRV e ao sistema de verificação de títulos de dívida e financiamentos alinhados à TSB. O cronograma de implementação prevê a continuidade da testagem até 2026, fase piloto em 2027 e implementação progressiva entre 2028 e 2029.